

**MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E SUBALTERNAS:
UMA ANÁLISE SÓCIO-DISCURSIVA
DE UMA HISTÓRIA DE VIDA**

por

ROGÉRIO CASANOVAS TILIO
(Curso Interdisciplinar de Lingüística Aplicada)

Dissertação de Mestrado no Programa
Interdisciplinar de Lingüística Aplicada
apresentada à Coordenação dos
Programas de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Orientador: Professor Doutor
Luiz Paulo da Moita Lopes

Rio de Janeiro
UFRJ / Faculdade de Letras
2001

EXAME DE DISSERTAÇÃO

TILIO, Rogério Casanovas. *Masculinidades
hegemônicas e subalternas: uma análise
sócio-discursiva de uma história de vida.*
Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2001.
Dissertação de Mestrado no Programa
Interdisciplinar de Lingüística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ)
Orientador

Professora Doutora Liliana Cabral Bastos (PUC-RJ)

Professora Doutora Alice Maria da Fonseca Freire (UFRJ)

Professora Doutora Lúcia Pacheco de Oliveira (PUC-RJ)
Suplente

Professora Doutora Marlene Soares dos Santos (UFRJ)
Suplente

Examinada a Dissertação

Em ____/____/2001

Para Helio,
por tudo

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Luiz Paulo da Moita Lopes, pelos ensinamentos, paciência e dedicação.

Aos professores do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada, a quem devo minha formação como pesquisador.

A “Henrique”, meu sujeito de pesquisa e sem o qual esse trabalho não teria sido possível.

Aos funcionários da Pós-Graduação, pelo suporte dado durante o curso.

Aos amigos, que de uma forma ou de outra torceram pela chegada desse momento.

Aos colegas do Curso de Mestrado, pelo apoio e companheirismo durante esses anos.

E, finalmente, às professoras Liliana Cabral Bastos e Marlene Soares dos Santos, pelas valiosas contribuições durante a defesa.

SINOPSE

Procurando entender o efeito do discurso sobre a construção das identidades sociais, faço um estudo de caso em que trabalho com histórias de vida de um garoto que vive dois momentos de construção de sua masculinidade.

TILIO, Rogério Casanovas. Masculinidades hegemônicas e subalternas: uma análise sócio-discursiva de uma história de vida. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. Dissertação de Mestrado no Programa Interdisciplinar de Lingüística Aplicada.

TILIO, Rogério Casanovas. Masculinidades hegemônicas e subalternas: uma análise sócio-discursiva de uma história de vida. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. Dissertação de Mestrado no Programa Interdisciplinar de Lingüística Aplicada.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como se dá a construção e reconstrução de masculinidades com base em uma visão sócio-construcionista de identidade social e do discurso. Para isso, faço um estudo de caso analisando histórias de vida de um rapaz que experimentou dois grandes momentos de construção de masculinidades: o primeiro aos treze anos, quando construiu uma masculinidade hegemônica, obedecendo às normas estabelecidas pela sociedade, pela família e pela escola; e o segundo aos dezoito anos, quando construiu sua masculinidade gay.

TILIO, Rogério Casanovas. Masculinidades hegemônicas e subalternas: uma análise sócio-discursiva de uma história de vida. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. Dissertação de Mestrado no Programa Interdisciplinar de Lingüística Aplicada.

ABSTRACT

This study aims to analyse the construction and reconstruction of masculinities based on a socio-constructionist view of social identities and discourse. In order to reach this objective, I carry on a case study in which I analyse life stories of a young man who has experienced two important moments of masculinity construction: the first when he was 13 – hegemonic masculinity, following the rules dictated by society, family and school; and the second when he was 18 – gay masculinity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	1
1. DISCURSO E IDENTIDADE SOCIAL -----	7
1.1. Discurso e Identidade Social: Introdução	
1.2. Discurso -----	8
1.3. Discurso e Poder -----	12
1.4. Identidades Sociais -----	16
1.5. Identidade Social e Poder -----	22
1.6. Identidade Social e Adolescência -----	23
1.7. Discurso e Identidade Social: Conclusão -----	26
2. NARRATIVA: POSICIONAMENTO E IDENTIDADE SOCIAL -----	27
2.1. Narrativa: Introdução -----	27
2.2. Narrativa e Identidade Social -----	27
2.3. Posicionamento -----	32
2.4. Histórias de Vida -----	39
2.5. Coerência -----	41
3. IDENTIDADES SOCIAIS: GÊNERO E SEXUALIDADE -----	45
3.1. Definindo Gênero e Sexualidade -----	45
3.2. Foucault e a Sexualidade -----	55
3.3. Homossexualidade -----	58
3.4. Gênero, Sexualidade e Sexo -----	65
4. MASCULINIDADES E IDENTIDADE SOCIAL -----	67
4.1. O Conceito de Masculinidade Hegemônica -----	67
4.2. Masculinidades: Um Conceito Plural e Fluido -----	68
4.3. Características da Masculinidade Hegemônica -----	70
4.4. Masculinidade Hegemônica e Prestígio Social -----	74

5. METODOLOGIA E CONTEXTO DE PESQUISA -----	76
5.1. Paradigma de Pesquisa Interpretativista -----	76
5.2. O Estudo de Caso -----	79
5.3. Metodologia de Pesquisa -----	85
5.3.1. As Narrativas de História de Vida -----	85
5.3.2. As Entrevistas de História de Vida -----	89
5.3.3. Instrumentos para Coleta de Dados -----	94
5.4. Contexto de Pesquisa e Participantes -----	96
5.5. Procedimentos para a Análise dos Dados -----	97
6. ANÁLISE DOS DADOS -----	100
6.1. Construção de Masculinidades Hegemônicas:	
Heterossexualidade -----	102
6.1.1. Práticas Discursivas na Família -----	102
6.1.2. Práticas Discursivas na Escola -----	114
6.1.3. Práticas Discursivas com os Amigos -----	116
6.2. Construção de Masculinidades Subalternas:	
Homossexualidade -----	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	150
BIBLIOGRAFIA -----	155

Hoje em dia, a "sexualidade" tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados. É algo que cada um de nós "tem", ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo, que tem de ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais. (Giddens, 1992:25)

**“Construímos nossa identidade ao mesmo tempo em que
contamos nossa história de vida”
(Sarup, 1996:15)**

Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia;
tudo passa, tudo sempre passará.
A vida vem em ondas como o mar:
num indo e vindo infinito (...)
Tudo muda o tempo todo no mundo (...)

(Lulu Santos/Nélson Motta, *Como uma onda*)

INTRODUÇÃO

O papel do homem na vida social vem sendo ultimamente alvo de muitos debates. Considerado durante muito tempo como o *sexo forte*, seu papel na sociedade vem sendo posto em xeque desde o surgimento dos movimentos feministas, nos anos 60. Com as mulheres lutando por direitos iguais e desprezando a figura do machão, os homens começaram a sentir suas identidades masculinas ameaçadas e a buscar uma nova forma de *ser homem*. No rastro do movimento feminista, surge também o movimento gay, que busca abrir caminhos para a aceitação social de outras formas de ser homem. São estes dois acontecimentos o ponto de partida, o pontapé inicial, para detonar a "crise do masculino" (Nolasco, 2001, 1997, 1995, 1993).

Não sabendo mais como agir, pois espera-se que ajam de uma forma completamente diferente daquela que vêm agindo há séculos, os homens buscam redescobrir suas identidades masculinas, tentando conseguir um ponto de equilíbrio entre a masculinidade hegemônica, a qual estão acostumados, e os modelos de um "novo homem" (Nolasco, 1993), ou "*soft man*" (Badinter, 1992), cada vez mais exigidos pela sociedade. Não tem sido fácil para os homens, no entanto, abandonar o modelo da masculinidade hegemônica, tão fortemente enraizado em diversas sociedades e culturas.

O objetivo deste trabalho é estudar como se dá a construção discursiva da identidade masculina de um garoto no Brasil, um país onde o domínio da masculinidade hegemônica ainda é muito forte, oferecendo bastante resistência à outras formas de masculinidades. Tal resistência é ainda maior em relação aos

movimentos de liberação homossexual e, conseqüentemente, à aceitação de homossexuais como integrantes da vida social. Meu objetivo é estudar como um garoto criado dentro desta masculinidade hegemônica constrói sua identidade masculina e exerce ou não esta masculinidade hegemônica. No caso do rapaz aqui estudado, pretendo investigar como se deram dois momentos da construção discursiva de suas masculinidades: primeiramente, no início da adolescência, a construção de uma masculinidade heterossexual, e anos mais tarde, no início da vida adulta, a construção de uma masculinidade homossexual. Além disso, é interessante observar como um rapaz lida com a dificuldade de ter que conviver com o que a sociedade espera dele e com o que esta mesma sociedade condena explicitamente.

Para alcançar meu objetivo, optei por um estudo de caso (Nunan, 1992; Hitchcock & Hughes, 1995; Lüdke & André, 1986), no qual terei maiores chances de estudar mais profundamente como se dá a construção das identidades masculinas desse garoto, podendo acompanhar bem de perto as transformações por ele vividas. No caso específico desse trabalho, meu objetivo é acompanhar como esse garoto é construído como heterossexual dentro do discurso da masculinidade hegemônica e como, mais tarde, ao ser exposto a outros e novos discursos, ele se constrói dentro de uma outra masculinidade – uma masculinidade homossexual, subalterna.

Para conduzir tal estudo, optei pela metodologia das histórias de vida (Hitchcock & Hughes, 1995; Linde, 1993), na qual o sujeito de pesquisa recupera histórias sobre sua vida passada e as conta ao pesquisador. Tais histórias são elicitadas através de entrevistas (Hitchcock & Hughes, 1995; Mishler, 1986; Lüdke & André, 1986) – mais especificamente, uma entrevista não-estruturada e outra semi-estruturada, nas quais o pesquisador dá toda a liberdade para que o sujeito

de pesquisa narre suas histórias de vida da forma como queira – com o mínimo de interferência possível da parte do pesquisador. São essas narrativas contadas pelo sujeito de pesquisa o principal objeto de estudo para a análise da construção social das identidades masculinas em sua vida. Além das narrativas, são também examinados trechos de um diário escrito pelo próprio sujeito de pesquisa, em que ele narra como a reconstrução de sua masculinidade afeta sua vida, e bilhetes endereçados a ele escritos por seu parceiro – o diário e os bilhetes estão presentes apenas na fase em que vive sua masculinidade homossexual.

Para entender a constante reconstrução das identidades masculinas na vida de um homem, trabalho com uma visão sócio-construcionista do discurso e das identidades sociais (Woodward, 1997; Sarup, 1996; Bradley, 1996; Fairclough, 1992; Bakhtin, 1929/1992). Trabalho também com a teoria de posicionamento (Harré & Langenhove, 1998) ao se contar uma narrativa e com conceitos distintos de sexo, gênero e sexualidade (Louro, 2000; Weeks, 1996/2000). Cada um dos construtos teóricos mencionados acima será examinado em um capítulo diferente.

No capítulo 1, *Discurso e Identidade Social*, discuto esses dois conceitos dentro de uma visão sócio-construcionista, ou seja, procurando entender o efeito do discurso sobre a construção das identidades sociais de um indivíduo. Trabalho com a idéia de que identidades sociais não são fixas (Woodward, 1997; Sarup, 1996; Bradley, 1996), sendo constantemente construídas e reconstruídas ao longo da vida social, em diferentes situações e contextos, através do discurso. O discurso tem um papel fundamental na construção das identidades sociais, pois é através dele que significados são negociados, contextos modificados e situações de poder impostas ou desafiadas (Fairclough, 1992; Bakhtin, 1929/1992; Foucault, 1982).

No capítulo 2, *Narrativas: Posicionamento e Identidade Social*, busco entender como narrativas atuam na construção das identidades sociais, ou seja, como, ao contar uma história, o narrador está se construindo e construindo o mundo a sua volta. Para isso, utilizo a teoria de posicionamento (Harré & Langenhove, 1998), segundo a qual o narrador posiciona a si próprio, as personagens de sua história e seus interlocutores ao contar uma história (Bamberg, 1999; Brockmeier & Harré, 1997; Linde, 1993; Davies & Harré, 1990). Tais posicionamentos podem ser aceitos ou contestados por sua platéia – seus interlocutores. Além disso, é preciso levar em conta o contexto de produção das narrativas (Mishler, 1999), ou seja, avaliar quem conta quais histórias para quem e em quais circunstâncias. Dentro do contexto de produção, as narrativas precisam, ainda, projetar coerência (Linde, 1993) para o narrador e para os seus interlocutores, seja essa coerência baseada no senso comum ou em algum conhecimento específico partilhado pelo narrador e sua platéia.

No capítulo 3, *Identidades Sociais: Gênero e Sexualidade*, trato da diferença conceitual entre sexo, gênero e sexualidade. Enquanto o primeiro refere-se ao sexo biológico inerente à pessoa, os outros dois são construções sociais (Louro, 2000; Weeks, 1996/2000). A identidade de gênero é construída na forma como a pessoa se posiciona socialmente como masculina ou feminina, enquanto a sexualidade refere-se à escolha dos parceiros sexuais.

No capítulo 4, *Masculinidades e Identidade Social*, começo o estudo das masculinidades, o tipo de identidade social que mais interessa para este trabalho. Trabalho com um conceito plural de masculinidades, segundo o qual existem diversas formas de ser homem, e todas essas formas surgem na vida social (Moita Lopes, 1999; Giddens, 1992). Assim como todas as identidades sociais, a identidade de gênero também não é fixa, sendo reformulada ao longo da vida do

homem. A visão da masculinidade hegemônica é apenas uma das formas de ser homem.

No capítulo sobre metodologia de pesquisa (*Metodologia e Contexto de Pesquisa*, capítulo 5), explico por que optei pelo estudo de caso (Nunan, 1992; Hitchcock & Hughes, 1995; Lüdke & André, 1986) e por que a metodologia das histórias de vida é a mais apropriada aqui (Mishler, 1999; Linde, 1993; Hitchcock & Hughes, 1995). Dentro do paradigma interpretativista de pesquisa, resalto a validade do estudo de caso e discuto a análise de narrativas de história de vida como metodologia de pesquisa (Hitchcock & Hughes, 1995). Dedico, também, parte do capítulo à uma discussão sobre os diferentes tipos de entrevista (Hitchcock & Hughes, 1995; Mishler, 1986; Lüdke & André, 1986), concluindo com o tipo de entrevista que usei na pesquisa, a entrevista de história de vida (Mishler, 1986). Concluo o capítulo introduzindo o contexto de pesquisa, situando um pouco melhor quem é o meu sujeito de pesquisa e como os dados para o trabalho foram coletados.

Finalmente, no capítulo 6, *Análise dos Dados*, parto para a análise dos dados coletados. A análise das narrativas é feita com base nos conceitos de discurso e identidade social (Woodward, 1997; Sarup, 1996; Bradley, 1996; Fairclough, 1992; Bakhtin, 1929/1992), e considera os posicionamentos do sujeito de pesquisa ao longo de suas narrativas (Bamberg, 1999; Harré & Langenhove, 1998; Moghaddam, 1998; Langenhove & Harré, 1998; Brockmeier & Harré, 1997; Linde, 1993; Davies & Harré, 1990), a coerência projetada pelo narrador ao contar suas histórias (Linde, 1993) e o contexto de produção (Mishler, 1999). Analiso as histórias de vida de meu sujeito de pesquisa, triangulando suas narrativas com

seu diário e com bilhetes de seu primeiro parceiro aos quais tive acesso¹, buscando entender como se dá a construção da identidade masculina de um garoto na adolescência e como esta identidade vai sendo reconstruída ao longo de sua vida adulta.

¹ Tal triangulação só foi possível na análise da construção de suas identidades homossexuais, pois o diário e os bilhetes só compreendem essa parte de sua vida.

CAPÍTULO 1

Discurso e Identidade Social

1.1 – Discurso e Identidade Social: Introdução

Neste primeiro capítulo, trato de dois conceitos teóricos que guiarão esta pesquisa: os conceitos de discurso e de identidade social. Para fazer a análise de construção de masculinidades a que me proponho neste trabalho, adoto uma abordagem sócio-construcionista que atribui ao discurso um papel central na vida social, regulando as práticas sociais dos indivíduos e estabelecendo relações de poder (Fairclough, 1992; Foucault, 1982). Dentro desta abordagem sócio-construcionista, deve-se também entender identidades sociais como múltiplas e em constante mudança, refletindo as práticas discursivas as quais os sujeitos estão expostos e/ou lutando para modificá-las (Fairclough, 1992; Sarup, 1996; Castells, 1999; Louro, 1997).

Outro ponto a ser discutido neste capítulo é o papel que o poder exerce sobre as práticas sociais ao moldar as identidades sociais dos indivíduos. Finalmente, termino este capítulo com uma breve reflexão sobre a construção de identidade social na adolescência, pois este será um período importante na análise das masculinidades do meu sujeito de pesquisa. Deixo a discussão sobre identidades sexuais e de gênero para o capítulo 3, onde tratarei da diferença entre sexo, gênero e sexualidade, para em seguida, no capítulo 4, trabalhar em específico com a questão das masculinidades.

1.2 – Discurso

O primeiro construto teórico fundamental para este trabalho é a definição de discurso. O conceito de discurso utilizado aqui é o mesmo adotado por Fairclough (1992), em que o discurso é visto como uma forma de agir socialmente, ou seja, o discurso é a forma como as pessoas interagem umas com as outras no mundo social. “O discurso é um modo de agir, uma forma pela qual as pessoas agem em relação ao mundo e principalmente em relação às outras pessoas” (Fairclough, 1992:63). Ainda segundo Fairclough (1992:64), “existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, havendo portanto uma relação entre prática social e estrutura social, em que a segunda é tanto uma condição para a primeira quanto um efeito dela”. Para Fairclough (1992), o discurso é a base da estrutura social, pois ele não apenas representa suas convenções, ele constitui, molda e restringe tais convenções, fazendo com que o mundo e as relações sociais adquiram significados.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que a moldam e a restringem direta ou indiretamente: suas normas e convenções, assim como as relações, identidades e instituições que se encontram por trás destas. O discurso é uma prática não apenas de representar o mundo, mas de fazê-lo significar, constituindo e construindo o mundo com base em significados. (Fairclough, 1992:64)

Nas práticas discursivas das quais participam, as pessoas estão constantemente construindo e reconstruindo o mundo e si mesmas, dentro de um contexto cultural, histórico e institucional, pois as ações e interações das pessoas não podem ser separadas do espaço sócio-cultural no qual elas ocorrem (Wertsch, 1991). Não podemos considerar “a natureza ou os indivíduos isoladamente” (Wertsch, 1991:9).

Os seres humanos são vistos como estando sempre em contato com, ou criando, seus arredores, assim como a si mesmos, através das práticas nas quais se engajam. Desta forma, é a ação, e não apenas os seres humanos ou a natureza considerados isoladamente, que constitui o ponto de partida para a análise [do discurso]. (Wertsch, 1991:8)

Como as pessoas não existem de forma isolada e não estão situadas em um vácuo social – estão inseridas no mundo social, pois a “ação é mediada e (...) não pode ser separada do meio social em que está inserida” (Wertsch, 1991:18) – podemos chamar suas ações e interações de práticas sociais – e o discurso faz parte destas práticas sociais. Uma vez que as pessoas utilizam a linguagem quando interagem no mundo social, afinal as pessoas se constroem e constroem o mundo social onde vivem interagindo através do discurso, podemos dizer que o discurso tem uma natureza social (Fairclough, 1992).

Tais práticas sociais são mediadas via linguagem. A linguagem desempenha um papel fundamental nas interações sociais, pois é através da linguagem que as pessoas interagem no mundo social (Wertsch, 1991; Vygotsky, 1934/1999; Bakhtin, 1929/1992). Não se pode isolar linguagem e meio social, pois um determina e é determinado pelo outro. A linguagem não existe se não estiver situada em um contexto social. Segundo Bakhtin (1929/1992), linguagem é muito mais do que as palavras que pronunciamos ou escutamos, pois “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 1929/1992:95); ou ainda, “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (Bakhtin, 1929/1992:106). É preciso, portanto, prestar atenção ao impacto da linguagem no mundo social.

Além de considerar o contexto social em que a linguagem é utilizada, é preciso também lembrar que ao mesmo tempo em que utilizamos a linguagem em

relação a outras pessoas, estas outras pessoas também a utilizam em relação a nós; o discurso possui, portanto, uma natureza dialógica (Freitas, 1999; Duranti, 1986; Clark & Holquist, 1984/1998; Bakhtin, 1929/1992). Isto significa dizer que o discurso é construído graças a um diálogo existente entre diversas vozes. Segundo Bakhtin (1929/1992:123), “a verdadeira substância da língua [é constituída] pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*”. Qualquer enunciado, seja oral ou escrito, precisa ser produzido por um sujeito, por uma voz: “uma elocução, falada ou escrita, é sempre expressa de um ponto de vista, o qual, para Bakhtin, é um processo mais do que uma localização” (Clark & Holquist, 1984/1998:37).

No entanto, o enunciado não é de autoria exclusiva daquele que o produziu; ele carrega consigo outras vozes. Ao levarmos em consideração que as vozes fazem parte de um contexto social, não faria sentido imaginar que uma voz poderia existir independentemente de outras vozes. Wertsch (1991:52) afirma que “o significado só passa a existir quando duas ou mais vozes entram em contato: quando a voz de um interlocutor responde à voz de um falante”.

É importante ressaltar que este diálogo entre vozes não ocorre apenas na situação imediata de fala-réplica; as vozes que dialogam com um determinado enunciado “podem estar temporal, espacial e socialmente distantes” (Wertsch, 1991:53). Segundo Bakhtin, uma das propriedades do discurso é a *polifonia* (Clark & Holquist, 1984/1998:33), no sentido de que todo discurso apresenta “muitos pontos de vista, muitas vozes” (Clark & Holquist, 1984/1998:259). Ou seja, os discursos ecoam várias vozes. Todo discurso ecoa vozes de outros discursos que surgiram em outras práticas discursivas. A pluralidade de vozes é uma propriedade inerente a qualquer discurso; “a polifonia é intrínseca ao uso da linguagem” (Moita Lopes, 1999:7).

Diante desta noção de que várias vozes estão sempre dialogando na construção do discurso (um conjunto de enunciados endereçados a alguém e situado em um meio social), podemos dizer que as pessoas *se constroem* nas práticas discursivas em que atuam – ao mesmo tempo em que elas estão construindo as outras pessoas, elas também estão sendo construídas por essas pessoas. O discurso não só é construído pela sociedade como também ajuda a construir essa mesma sociedade. “O discurso não apenas reflete ou representa as entidades e relações sociais, ele as constrói ou ‘constitui’; diferentes discursos constituem práticas sociais de formas diversas, posicionando os indivíduos de maneiras diferentes como sujeitos sociais” (Fairclough, 1992:3-4).

E como as práticas discursivas estão sempre situadas em um contexto cultural, histórico e institucional, como coloca Wertsch (1991), elas carregam consigo certos significados específicos. Ou seja, “o discurso constitui e constroe o mundo com base em significados, pois não basta que o discurso represente o mundo, é preciso que ele faça o mundo significar” (Fairclough, 1992:64). A partir daí, Fairclough (1992) atribui ao discurso uma natureza constitutiva ou sócio-construcionista. Isto significa dizer que o discurso é responsável, seja direta ou indiretamente, pela formação da estrutura social, com suas normas e instituições, suas relações e suas identidades. Ou seja, é com base no discurso que são moldadas as convenções sociais, construídas as relações entre as pessoas da sociedade e construídas as identidades sociais dos participantes da prática discursiva (Fairclough, 1992). Em síntese, “examinar o discurso desta perspectiva [sócio-construcionista] implica analisar como os participantes envolvidos na construção do significado agem no mundo através da linguagem e, portanto, como se constroem e como constroem sua realidade social” (Moita Lopes, 1996:2).

A natureza sócio-construcionista do discurso implica um papel-chave para os significados. Significados são construídos em um contexto amplo – social, histórico e cultural (Wertsch, 1991) – e não apenas no contexto imediato. A construção de significados não depende apenas de práticas locais e momentâneas; significados são construídos em um contexto mais abrangente, tomando como base nossas crenças e valores. Uma enunciação isolada, descontextualizada, não traz consigo qualquer significado; seu significado surge quando essa enunciação passa a fazer parte de um contexto social maior. Uma mesma enunciação pode adquirir significados diferentes em contextos diferentes.

Segundo Bakhtin (1929/1992:123):

qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (...). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado.

Além disso, não se pode esquecer que, segundo o próprio Bakhtin, significados são negociados e construídos em conjunto, através de um embate de vozes, de um diálogo (cf. o conceito de natureza dialógica do discurso já explicitado anteriormente). Uma enunciação isolada, se não fizer parte de uma interação verbal, de um diálogo, não possui significados.

1.3 – Discurso e Poder

Entendendo o discurso como uma prática social, pois as relações entre os indivíduos são construídas com base no discurso, como indicado acima, é importante ressaltar que os participantes de uma prática discursiva estão sujeitos a relações de poder, e são estas relações de poder que definem como os participantes podem interagir uns com os outros (Fairclough, 1992; Foucault,

1982). Segundo Fairclough (1992:67), “o discurso enquanto prática ideológica constitui, naturaliza, sustenta e modifica significados do mundo a partir de suas diferentes posições dentro de relações de poder”. Isto significa dizer que todo discurso é produzido com base nas relações de poder às quais está vinculado, e que um discurso aceito dentro de um determinado grupo pode não ser aceito por outro:

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1982:12)

Contudo, Foucault (1982:8) chama a atenção para o fato de que o poder não apenas reprime, ele também produz discurso: “ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”.

As circunstâncias culturais, históricas e institucionais que situam os participantes do discurso situam também as relações de poder existentes entre os participantes. “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Machado, 1982:X), além de cultural e institucionalmente. E estas relações de poder, tanto de forma mais incisiva quanto mais sutil, estão sempre presentes nas práticas discursivas. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos, e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (Bakhtin, 1929/1992:41). Relações de poder estão sempre presentes em qualquer prática discursiva. O poder não é

exercido exclusivamente pelo Estado: “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social” (Machado, 1982:XIV), eles “se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (Machado, 1982:XII).

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (Machado, 1982:XIV)

O poder se manifesta conforme os indivíduos vão participando de certas práticas sociais e/ou discursivas². Estas práticas sociais e/ou discursivas realçam, usando um termo cunhado por Britzman (1996:74), certos *marcadores sociais* (em meus termos, identidades sociais), a saber: classe social, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, nível educacional, profissão, religião, idade, etc. Dependendo da posição ocupada pelos participantes do discurso em cada uma destas práticas, serão determinadas as relações de poder, maiores ou menores, que uns participantes terão sobre os outros. Segundo Hall (1990:222), “ao falarmos, todos estamos em um determinado lugar e em um determinado momento, falando a partir de uma história e de uma cultura que são específicas. Tudo o que falamos está sempre ‘contextualizado’, *posicionado*”.

Entretanto, as relações de poder não são fixas, podendo haver resistência contra o poder. Por ser algo que se exerce, e não algo que existe por si só, o poder também pode ser disputado. Não se trata de “uma relação unívoca,

² Toda prática discursiva é uma prática social, mas nem toda prática social é necessariamente uma prática discursiva, pois as pessoas podem também se envolver em práticas não-discursivas (Fairclough, 1992).

unilateral” (Machado, 1982:XV), pois “onde há poder há resistência” (Machado, 1982:XIV). “O *exercício do poder* (...) se constitui por ‘manobras’, técnicas’, ‘disposições’, as quais são, por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas” (Louro, 1997:38-39). Segundo Fairclough (1992:65), práticas discursivas “contribuem tanto para a reprodução da sociedade como ela é quanto para a sua transformação”. Uma vez que as pessoas constroem e têm as suas identidades construídas pelos outros no mundo social, os agentes sociais são capazes de se posicionar tanto ativa quanto passivamente em relação às práticas discursivas – ao mesmo tempo em que são construídas pelos outros e pelo mundo, as pessoas também têm a oportunidade de construí-los. Se todos os participantes do discurso têm o poder de agir na construção do mundo social e das identidades sociais, o fato de algum participante estar posicionado inferiormente na escala de poder não tira necessariamente o seu direito à voz.

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas eles também são capazes de agir de forma a criar suas próprias conexões entre as diversas práticas sociais e ideologias às quais é exposto e reestruturar seu posicionamento dentro destas práticas e estruturas. O equilíbrio entre o sujeito enquanto ‘efeito’ ideológico e o sujeito enquanto agente ativo é uma variável que depende de condições sociais, tais como a estabilidade relativa das relações de dominação. (...) As práticas discursivas são investidas de um caráter ideológico até onde elas incorporam significados que contribuem para sustentar ou reestruturar relações de poder. Relações de poder podem ser afetadas por práticas discursivas de qualquer natureza. (Fairclough, 1992:91)

As pessoas fazem uso de seu poder de agir através do discurso na construção do mundo social e das identidades sociais produzindo contradiscursos e modificando as relações de poder existentes. Conforme indicado anteriormente, os significados construídos no mundo "contribuem para a

produção, reprodução e transformação das relações de dominação" (Fairclough, 1992:87). Ao participar de uma prática discursiva, as pessoas podem ser modificadas e/ou podem modificar os demais participantes.

1.4 – Identidades Sociais

Ao abordarmos a natureza sócio–construcionista do discurso, devemos considerar também a natureza sócio–construcionista das identidades sociais. Identidade social deve ser entendida como a forma pela qual os indivíduos se percebem dentro da sociedade em que vivem e pela qual percebem os outros em relação a eles próprios (Bradley, 1996). Weeks (1990) define identidade como o sentimento de pertencer a um determinado grupo; é a identidade que define “o que você tem em comum com algumas pessoas e o que o torna diferente de outras” (Weeks, 1990:88). Entrando no campo das identidades sociais em específico, Bradley (1996:24) diz que:

a identidade social se refere ao modo como nós, enquanto indivíduos, nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provém das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam.

A visão sócio–construcionista acarreta, naturalmente, uma visão não–essencialista das identidades sociais. Isto quer dizer que identidades sociais não são definidas biologicamente nem são fixas. “A identidade não é algo que encontremos, ou que tenhamos de uma vez e para sempre. Identidade é um processo” (Sarup, 1996:28). As identidades sociais surgem em manifestações de discurso, pois “embora a identidade possa ser construída de diversas formas, ela é sempre construída no simbólico, ou seja, na linguagem” (Sarup, 1996:48). Sendo construídas no discurso, as identidades sociais são, portanto, definidas

com base em critérios culturais, históricos e institucionais. Segundo Sarup (1996:48), “a identidade é, de certa forma, um efeito das instituições sociais. (...) Todas as identidades, sejam baseadas em classe social, etnia, religião ou nação, são construtos sociais”. Identidades sociais assumem papéis diferentes em sociedades diferentes, pois cada sociedade tem seus padrões culturais para gênero, sexualidade, raça e demais identidades sociais.

As identidades sociais emergem das várias práticas sociais e/ou discursivas das quais os indivíduos fazem parte (raça, etnia, idade, classe social, gênero, sexualidade, etc.). Segundo Louro (1997:24), os sujeitos possuem “identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. – constitui o sujeito”.

Essas múltiplas e distintas identidades constituem o sujeito, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (Louro, 2000:12)

Por possuir um conjunto de atributos culturais, o mesmo indivíduo pode ter identidades múltiplas. Uma visão não-essencialista das identidades sociais (ou seja, identidades sociais não são fixas ou pré-determinadas), de acordo com uma visão sócio-construcionista do discurso, implica três características para as identidades construídas socialmente: *fragmentação*, *contradição* e *fluxo* (Moita Lopes, 1999).

Identidades sociais são fragmentadas na medida em que não podem ser homogeneizadas e definidas levando-se em consideração apenas uma de suas

características. "Uma pessoa pobre não é só pobre, mas também homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, preta ou branca, jovem ou velha..." (Moita Lopes, 1998b:310). Uma mesma pessoa possui múltiplas identidades, de acordo com seu gênero, raça, idade, classe social, estado civil, sexualidade, profissão, etc.

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem "camadas" que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo "somando-as" ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes "posições". Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas – perceber-se de distintos modos. (Louro, 1997:51)

Identidades sociais também são contraditórias. Por possuir diversas identidades sociais, duas ou mais identidades de uma pessoa podem entrar em contradição devido às relações de poder existentes na sociedade e à posição que essa pessoa ocupa em determinadas práticas sociais. Na leitura que Moita Lopes (1999) faz de Mercer (1990), um mesmo homem pode ser um sindicalista, votar em um partido de direita, freqüentar a igreja católica e um terreiro de macumba, bater na mulher de vez em quando e ter sexo casual com outros homens. Uma visão não-essencialista das identidades sociais pressupõe que identidades contraditórias coexistam em uma mesma pessoa.

Identidades sociais também ocorrem em fluxo, ou seja, estão sendo constantemente construídas e reconstruídas, de acordo com as práticas discursivas em que os sujeitos sociais se engajam. Segundo Louro (2000), as identidades sociais são transitórias porque "podem ser (...) provisoriamente

atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes” (Louro, 2000:12).

Assim como o discurso é construído pelos seus participantes, o mesmo ocorre com as identidades sociais. É através do discurso que as pessoas constroem suas identidades sociais e se posicionam no mundo (Hall, 1990). As identidades sociais são construídas “no e através do discurso” (Sarup, 1996:47). Identidades sociais não são fixas e inerentes às pessoas; elas são construídas no discurso durante os processos de construção de significados. Um conceito fundamental, portanto, aqui é o conceito de alteridade: aquilo que dizemos em nossas práticas discursivas depende da forma como enxergamos o outro. Conseqüentemente, a forma como nos vemos no mundo social também depende da forma como enxergamos o outro e de como o outro nos enxerga.

Ao participarmos de uma prática discursiva, além de percebermos e considerarmos as identidades sociais dos participantes dessa prática, estamos também trabalhando na construção e reconstrução das identidades sociais destes participantes, assim como das nossas próprias. "A identidade não é uma qualidade inerente à pessoa (...), ela surge da interação com os outros (...). Nós construímos nossas identidades ao mesmo tempo em que contamos nossa história de vida" (Sarup, 1996:14-15).

Castells (1999), seguindo uma tradição existente na Sociologia, diferencia papel e identidade. Segundo ele, ao conjunto de atributos culturais possuídos pelo indivíduo – “ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo” (Castells, 1999:22-23) – dá-se o nome de papéis, “guardando-se o termo identidade para aqueles papéis internalizados pelos atores sociais na construção

do significado” (Castells, 1999:23). Castells (1999:23) afirma que “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” e argumenta que um papel pode vir a se tornar uma identidade, mas não necessariamente.

Não usarei tal distinção entre papel e identidade, pois ela me parece contraditória. A distinção entre papel e identidade sugerida por Castells (1999) leva a crer em uma visão essencialista das identidades sociais, pois estas não seriam necessariamente afetadas pelos papéis desempenhados pelos sujeitos. Com esta distinção, o que Castells (1999) diz é que o conjunto de atributos culturais possuído pelo indivíduo (definição do autor para o termo “papéis”) não afeta suas identidades sociais. O autor não utiliza, portanto, uma visão sócio-construcionista das identidades sociais, pois não considera o conjunto de atributos culturais possuído pelo indivíduo constituinte de sua identidade social. Seguindo a visão sócio-construcionista do discurso e das identidades sociais abordada por Moita Lopes (1999), entre outros autores, acredito que cada um desses atributos culturais possuídos por cada indivíduo seja uma de suas identidades sociais (que, conforme explicitado anteriormente, são múltiplas, contraditórias e em fluxo).

Não concordo que as funções dos indivíduos na sociedade não sejam constituintes de suas identidades sociais, e muito menos que não “organizem significados” (usando as palavras do autor) para seus atores. Concordo com Louro (1997:25) quando ela afirma que a idéia de possuir um conjunto de atributos culturais “transcende o mero desempenho de papéis”, pois estes atributos culturais fazem parte do sujeito, constituindo-o. É este conjunto de atributos culturais que forma a identidade social do sujeito.

Além disso, o discurso tem um importante papel na vida social e, conseqüentemente, na construção das identidades sociais dos indivíduos. Não se

pode ignorar que um indivíduo está (re)construindo suas identidades sociais cada vez que se engaja em uma prática social e/ou discursiva, ou seja, a todo momento. Como o discurso possui uma natureza dialógica, os significados estão sendo sempre construídos e reconstruídos, sendo qualquer um destes momentos considerado um importante momento na construção da identidade social daquele indivíduo (mesmo que mais tarde tal identidade venha a ser reconstruída, o que está de acordo com a visão sócio-construcionista de identidades sociais aqui adotada). Ao acreditar que, engajando-se em práticas discursivas, os atores sociais estão se transformando e transformando os outros e o mundo, acredito também que em cada um destes momentos novas identidades estão sendo construídas. Tais identidades podem, mais tarde, virem a ser reforçadas ou reconstruídas.

Existem ainda outros fatores que ajudam a determinar as identidades sociais, como o corpo, por exemplo (Schilling, 1997; Foucault, 1982). O corpo é um local de construção de identidade social, pois é um meio de expressão. As pessoas não são obrigadas a aceitar as identidades sociais impostas pelos seus corpos, elas podem trabalhar para modificá-los, modificando, assim, também suas identidades sociais. Por exemplo, “a exibição de corpos musculosos artificiais permite que as pessoas façam afirmativas marcantes sobre quem elas são” (Schilling, 1997:71). O corpo também desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, como será abordado no capítulo 3. Contudo, todos os fatores que contribuem para a formação das identidades sociais dos indivíduos só adquirem significado através do agenciamento do discurso (Fairclough, 1992), ou seja, através de práticas discursivas situadas cultural, histórica e institucionalmente e sujeitas a relações

de poder. O poder age até mesmo sobre o corpo das pessoas, como será discutido na próxima seção.

1.5 – Identidade Social e Poder

Um outro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção é a relação entre identidade social e poder. Segundo Sarup (1996:69), “o indivíduo, com sua identidade e características, é o produto das relações de poder as quais está sujeito”. Toda e qualquer prática social e discursiva envolve relações de poder, determinando “quem tem poder e quem é excluído” (Woodward, 1997:15). Uma vez que as identidades sociais surgem a partir das práticas sociais e discursivas dos atores sociais, possuir certas identidades sociais diferencia quem tem poder sobre quem.

As três características inerentes às identidades sociais apontadas por Moita Lopes (1999) e descritas na seção anterior (fragmentação, contradição e fluxo) implicam necessariamente que os sujeitos se posicionem e/ou sejam posicionados no mundo através das inúmeras práticas discursivas das quais fazem parte. Esse posicionamento pode ser passivo (os sujeitos aceitam as identidades sociais a eles impostas pelas práticas discursivas da sociedade e submete-se ao seu poder) ou ativo, escolhendo que posição tomar, independentemente das práticas discursivas e relações de poder impostas pela sociedade – o que Sarup (1996:51) chama de “identidade política”.

Na mesma linha que Sarup (1996), Castells (1999) também reconhece a construção de identidades ativas ou passivas, dependendo do posicionamento dos sujeitos no meio social. Castells (1999) identifica três formas e origens de construção de identidades: *identidade legitimadora*, *identidade de resistência* e *identidade de projeto*. A identidade legitimadora é aquela difundida pelas

instituições dominantes no intuito de perpetuar sua dominação. Por outro lado, a identidade de resistência é aquela que, como o próprio nome indica, resiste à identidade legitimadora. Finalmente, a identidade de projeto é aquela que vai além da simples resistência e parte para a construção de uma nova identidade. Enquanto a identidade de resistência apenas nega a identidade legitimadora, a identidade de projeto não só a nega como também propõe uma nova para substituí-la. A única diferença entre Castells (1999) e Sarup (1996), portanto, é o fato de o primeiro reconhecer dois níveis de resistência ao poder refletidos nas identidades sociais dos indivíduos.

O corpo, um dos fatores que ajuda a determinar as identidades sociais dos indivíduos, também é influenciado pelas relações de poder, podendo estar sujeito ou resistindo a elas. “O poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo” (Machado, 1982:XII). Isto significa que o poder produz efeitos diretos no corpo, seja adestrando os gestos, regulando o comportamento e normalizando o prazer (Machado, 1982:XX), controlando as pessoas e instituindo as diferenças (Louro, 1997), ou exercendo “um trabalho insistente, obstinado, meticuloso” (Foucault, 1982:146): ginástica, exercícios, desenvolvimento muscular, exaltação do corpo bonito. Este trabalho sobre o corpo pode ser um trabalho tanto de dominação quanto de resistência, ou seja, aceitação de uma identidade social imposta pelo poder, ou a busca de uma nova identidade social diferente daquela normalizada pelo poder.

1.6 – Identidade Social e Adolescência

Apesar de reconhecer que as identidades sociais estão sendo construídas e reconstruídas constantemente (em fluxo), a adolescência pode ser considerada um momento importante na construção das identidades sociais dos indivíduos. A

adolescência é o momento em que o indivíduo já tem seu corpo e espírito prontos para a vida adulta, mas ainda não é reconhecido como adulto, precisando ficar mais alguns anos sobre a tutela destes (Calligaris, 2000).

O adolescente quer saber o que faz neste mundo (...), quer entender o 'para que' da vida. Mais ainda, [quer saber] quem ele mesmo é, qual o seu potencial dentro de uma sociedade competitiva, desigual e incoerente. Tenta sobreviver, disfarçando a própria inabilidade e fraqueza, fingindo ser o que todos esperam que seja (...), e, para isso, representa papéis. (Lacerda & Lacerda, 1998:34)

Por se tratar de um período da vida em que os indivíduos lutam para descobrir quem são e buscar um lugar no mundo social em que vivem (Erickson, 1962, 1969 apud Linde, 1993), podemos considerar a adolescência um importante momento na construção das identidades sociais dos indivíduos. Entretanto, como as identidades sociais estão constantemente em fluxo, a adolescência não é o único período da vida em que são construídas, assim como essas identidades sociais construídas na adolescência não duram necessariamente para sempre, pois, conforme já discutido anteriormente, elas não são fixas.

Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade (...) seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (Louro, 1997:27)

Segundo Hall (1990:233), "em vez de pensar identidade como um fato concluído, (...) deveríamos pensar identidade como uma 'produção', que nunca está completa, está sempre em processo, e é sempre constituída dentro, e não fora, das representações". No caso específico da adolescência, “os adolescentes desenvolvem, às vezes, uma personalidade projetiva, identificando-se com os seus maiores, em vez de desenvolverem o seu próprio modo de ser” (Lacerda &

Lacerda, 1998:35). O adolescente precisa de modelos que lhe transmitam firmeza e segurança, sendo, portanto, comum que muitas vezes procurem imitar seus ídolos, pais, irmãos mais velhos, professores, familiares e amigos. Estão, na verdade, em busca de modelos. Por isso “podem apresentar identidades provisórias, de uso transitório e circunstancial” (Lacerda & Lacerda, 1998:36). Algumas destas identidades sociais criadas na adolescência poderão até mesmo persistir ao longo da vida adulta do indivíduo, mas não necessariamente. “O adolescente está fazendo testes com a vida, que desconhece, e com o eu ainda mais desconhecido. Está em contínua reestruturação” (Lacerda & Lacerda, 1998:37). Reestruturação essa que se encontra perfeitamente de acordo com uma visão sócio-construcionista das identidades sociais.

Por se tratar de uma fase de descobertas, em que o indivíduo começa a se perceber como parte de um meio social, a adolescência é um importante momento na construção das identidades sociais dos indivíduos. No entanto, estas identidades não precisam ser eternas, pois além de podermos considerar a adolescência uma fase de testes, em que os adolescentes podem experimentar várias identidades sociais e escolher aquelas a que melhor se adaptem, a adolescência não é o único momento da vida em que ocorre a construção de identidades sociais; na verdade, estas ocorrem ao longo de toda a vida de um indivíduo, podendo ser reestruturadas ou substituídas a qualquer momento. Meu enfoque na adolescência deve-se ao fato de reconhecê-la como um dos momentos da vida em que esta reestruturação é mais forte, por se tratar de um momento em que as pessoas buscam uma identificação com o mundo.

1.7 – Discurso e Identidade Social: Conclusão

Para estabelecer uma conexão clara entre identidade, práticas sociais e discurso, é importante lembrar que identidades sociais existem em contextos sociais, pois nossas ações ocorrem através de práticas sociais que têm o discurso como principal instrumento de mediação (Vygotsky, 1934/1999). Ao desenvolver seu modelo de produção do pensamento, Vygotsky (1934/1999) atribui à linguagem um papel fundamental – a variável mais influente no comportamento humano (Freitas, 1999:99). Dada esta importância da linguagem na vida social, e dado também que nem todas as pessoas usam a linguagem da mesma forma, algumas pessoas exercem maior poder que outras na construção de identidades sociais (Moita Lopes, 1998b), pois o poder é expresso via discurso e o discurso é um elemento fundamental na construção das identidades sociais. Citando Sarup (1996:15), Moita Lopes (1998a:8) conclui: " 'Não adquirimos identidade no vácuo, mas sempre em relação a um determinado tempo e espaço' e, certamente, em relação a nossos interlocutores".

CAPÍTULO 2

Narrativa: Posicionamento e Identidade Social

2.1 – Narrativa: Introdução

Um outro construto teórico de grande importância para este trabalho é o conceito de narrativas, entendidas aqui como uma forma de estruturar o discurso e posicionar seus interlocutores no processo de construção de significados e das identidades sociais (Brockmeier & Harré, 1997). Narrativas posicionam as pessoas no mundo social. A forma como narramos eventos que consideramos relevantes, ou seja, como contamos histórias importantes em nossas vidas, é um importante instrumento de mediação no processo de construção de significados sobre quem somos. Neste capítulo, atenção especial será dada a um tipo de narrativa: a história de vida. Neste tipo de narrativa, os indivíduos recuperam sua história (passada e presente) e traçam os caminhos de sua história futura. Ao contar estas narrativas, identidades sociais estão sendo construídas e negociadas (Bamberg, 1999; Mishler, 1999; Harré & Langenhove, 1998; Sarup, 1996; Linde, 1993).

2.2 – Narrativa e Identidade Social

Neste trabalho, os termos narrativa e história serão utilizados indistintamente, referindo-se a uma forma de discurso em que narrador e ouvinte/leitor produzem, interpretam e negociam significados.

A idéia de narrativa utilizada aqui não segue necessariamente o padrão Laboviano (Labov, 1972): prefácio (resumo da história), orientação (personagens, local, tempo, situação), enredo (eventos em ordem cronológica), avaliação (por

que contar a história) e coda (indica o fim da narrativa, trazendo-a para o presente). Na verdade, ao usar a palavra narrativa, refiro-me a uma unidade de discurso usada para contar histórias – daí o uso indistinto dos dois termos: narrativa e história.

Neste trabalho, analiso diversas formas de discurso, todas chamadas aqui de narrativas ou histórias (a grande parte na modalidade oral, mas também algumas na modalidade escrita, nos gêneros diário e carta), por entender que todos são unidades de discurso que recuperam histórias do sujeito de pesquisa. E é justamente por recuperarem histórias contadas que uso o termo narrativa em seu sentido mais genérico – o de narrar uma história. Uma história/narrativa é uma forma de discurso, e por isso está carregada de significados. Considero que tudo o que o entrevistado relata é importante para a construção de sua identidade, independentemente da forma como ele estrutura sua história, pois tudo é parte de sua história de vida.

A análise que me proponho a fazer neste trabalho segue o mesmo modelo da análise feita por Mishler (1999), levando em consideração o contexto de produção das narrativas. Como as narrativas são elicitadas através de uma entrevista dialógica (Mishler, 1999, 1986) – uma entrevista de história de vida (cf. seção 5.3.2) – há negociação de significados (cf. capítulo 1) e as narrativas são construídas em um contexto de interação, podendo ser consideradas, portanto, um trabalho conjunto (Mishler, 1999). É estabelecida, então, uma relação social entre entrevistado e entrevistador no contexto social de uma entrevista, e tudo isso contribui para os posicionamentos (cf. seção 2.3) que o narrador toma ao longo da história, o que influencia diretamente a construção da história (Mishler, 1999).

Outro pressuposto que guia o trabalho de Mishler (1999) – e também o meu – é o entendimento da narrativa como um ato social. Ao contar uma história, o narrador o faz de uma forma “que se adeqüe àquela ocasião” e que seja “apropriada a suas intenções, a sua platéia e a determinados contextos que queira especificar” (Mishler, 1999:xvi).

E por que a narrativa é uma forma de discurso? Porque para que haja uma narrativa, não basta apenas haver um narrador; toda narrativa pressupõe um narrador e um interlocutor, seja um ouvinte ou um leitor (Sarup, 1996). Portanto, uma narrativa (ou história) não é apenas uma seqüência de eventos; uma narrativa é uma forma de discurso em que o narrador e o ouvinte/leitor projetam coerência para que tal seqüência de fatos narrados adquiram significados para ambos.

A narrativa, segundo Linde (1993:98), é um dos “recursos sociais mais importantes na construção e manutenção da identidade (...)”, pois através dela criamos significados e negociamos estes significados com outras pessoas. “[A] narrativa é um recurso significativo para criar nosso senso de si-mesmo e um dos mais importantes recursos para transmitir e negociar este si-mesmo com os outros” (Linde, 1993:98). Através de narrativas as pessoas constroem a si próprias, umas as outras, e o mundo social a sua volta (Bruner, 1997).

Daí a importância do estudo de narrativas para o estudo das identidades sociais. Narrativas são contextualizadas socialmente, constroem identidades e unem forma e conteúdo (Mishler, 1999), características estas que influenciam diretamente na construção das identidades sociais. Explicarei mais detalhadamente cada uma destas características a seguir.

Em primeiro lugar, narrativas são contextualizadas socialmente porque, assim como qualquer outra forma de discurso, as pessoas não contam histórias

no vácuo social (cf. capítulo 1). Para que um determinado fato ou acontecimento faça sentido, é preciso que ele esteja situado no tempo e no espaço (Sarup, 1996), ou seja, que ele pertença a um determinado contexto.

Em segundo lugar, narrativas constroem identidades, pois ao contar uma história, o narrador faz uso de uma série de fatores que mostram ao seu interlocutor algumas de suas faces em relação a alguns aspectos do mundo (Moita Lopes, 1998b; Brockmeier & Harré, 1997; Schiffrin, 1996; Linde, 1993).

Em terceiro lugar, narrativas unem forma e conteúdo. Isto significa que o valor de uma narrativa não está somente no seu conteúdo, nos fatos em si; a maneira como o narrador conta uma história também dá pistas sobre suas identidades sociais (Brockmeier & Harré, 1997). Segundo Brockmeier & Harré (1997:269), “o conteúdo de uma narrativa não existe por si só, mas está atrelado de diversas formas à estrutura, forma e objetivo de sua apresentação oral ou escrita”.

Linde (1993), por sua vez, atribui às identidades sociais três características que emergem da narrativa: continuidade, distinção e reflexão. Assim como narrativas são temporalmente contínuas, também são as identidades sociais, pois o passado é relevante para o presente e influenciará o futuro. Da mesma forma que narrativas são distintas e individuais, o mesmo pode ser dito do conjunto de identidades sociais que forma um indivíduo. Duas pessoas não criam a mesma narrativa porque duas pessoas não compartilham exatamente todas as mesmas identidades sociais. No entanto, duas pessoas podem negociar suas identidades, pois, conforme já mencionado anteriormente, uma narrativa pressupõe dois indivíduos minimamente, um narrador e um interlocutor. Apesar de cada um possuir suas identidades sociais, eles trabalharão juntos na negociação de

significados – e possivelmente de identidades sociais – durante a construção da narrativa.

Nas palavras de Brockmeier & Harré (1997), narrativas são um “*modus operandi*” – um modo de agir no mundo. Narrativas não apenas externalizam verdades internas que já possuímos; narrativas são formas de “estruturar experiências sobre o mundo e sobre nós mesmos” (Brockmeier & Harré, 1997:274). Narrativas são formas de construção e reconstrução de identidades sociais, pois ao contar e/ou ouvir histórias, as pessoas negociam e constroem identidades sociais, conduzindo e sendo conduzidas pelas narrativas (Bruner, 1997). É através das narrativas que as pessoas contextualizam suas experiências, “organizam memórias, intenções e histórias de vida”, fazendo com que adquiram significados (Brockmeier & Harré, 1997:264). Ou seja, é por meio da narrativa que as pessoas estruturam suas identidades e “produzem umas as outras (e si mesmas) situando-as como ‘seres sociais’ ” (Bamberg, 1999:221).

No momento em que contam uma história, as pessoas reconstróem suas identidades sociais. Esta reconstrução de identidades sociais também pode ocorrer coletivamente. Ao contar uma história em grupo, as pessoas constroem significados em grupos, construindo conjuntamente o discurso e, conseqüentemente, construindo identidades coletivamente (Brockmeier & Harré, 1997). Contar histórias em grupo também determina quem faz parte de um grupo, pois os endereçamentos³ (Wertsch, 1991:53) que são feitos ao se contar uma história servem tanto para incluir quanto para excluir membros de um grupo. Fazer parte de um grupo é um fator que regula a construção de identidades sociais (Connell, 1995; Badinter, 1992). Estar em grupo com outras pessoas é

³ Termo bakhtiniano usado por Wertsch (1991) e que uso aqui para designar a forma como um narrador pode se referir ou não a determinados membros de um grupo ao contar uma história em grupo, incluindo-os ou excluindo-os do grupo.

uma forma de reafirmar a identidade, pois o fato de ser aceito por um determinado grupo mostra que você compartilha os mesmos valores que aquele grupo, e o fato de ser visto em meio a tal grupo é suficiente para mostrar quem você é.

A característica mais relevante, no entanto, das histórias contadas coletivamente é o fato de elas conterem uma pluralidade de vozes (Bakhtin, 1929/1992). Múltiplas vozes atuam conjuntamente para contar uma história, negociando e construindo identidades sociais.

Para Bakhtin, toda história e toda palavra é “multivocal”; seu significado é determinado pelo número incontável de contextos de uso. Bakhtin chamou isto de “princípio dialógico” do discurso, sua inter-individualidade inerente. Toda palavra, enunciado ou narrativa carrega consigo traços de todos os assuntos, possíveis e reais, quem quer que tenha utilizado ou utilizará tal palavra, enunciado ou narrativa. (Brockmeier & Harré, 1997:271)

Quando contam ou ouvem histórias, as pessoas agem no mundo social (Carrithers, 1998 apud Moita Lopes, 1999), além de se posicionarem e posicionarem seus ouvintes no mundo (Bamberg, 1999; Mishler, 1999; Langenhove & Harré, 1998; Brockmeier & Harré, 1997; Sarup, 1996; Linde, 1993; Davies & Harré, 1990). “Nossas identidades são definidas e expressas pelas maneiras como nos posicionamos em relação aos outros nas diversas dimensões de nossas relações sociais” (Mishler, 1999:16).

2.3 – Posicionamento

Ao falar em posicionamento, Davies & Harré (1990) consideram que este é produto tanto das palavras escolhidas pelo narrador, que definem o seu posicionamento em relação à narrativa, quanto da reação dos demais participantes, que podem aceitar ou não tais posicionamentos. “Na teoria de posicionamento, o conceito de posicionamento é introduzido como uma metáfora

que permite ao pesquisador captar como as pessoas, enquanto participantes coerentes de histórias produzidas conjuntamente, são ‘situadas’ nas conversas” (Harré & Langenhove, 1998:61). Enquanto participantes de uma conversa ou evento discursivo, as pessoas sempre se posicionam e posicionam outras pessoas (Langenhove & Harré, 1998). Segundo Moghaddam (1998:76), “todo enunciado não só posiciona o narrador, como também provém de um determinado posicionamento ocupado pelo narrador”.

Bamberg (1999) identifica três tipos de posicionamentos presentes em uma narrativa: o posicionamento das personagens da narrativa entre si, o posicionamento do narrador em relação à sua platéia, e o posicionamento do narrador em relação a si mesmo – resultado dos dois posicionamentos anteriores, pois ao posicionar as personagens e posicionar-se em relação à platéia, o narrador assume um posicionamento em relação à sua própria história. Analogamente, Linde (1993) também identifica três tipos de posicionamento em narrativas, a saber: entre narrador e ouvinte, entre os personagens da história, e entre narrador, ouvinte e personagens da história.

Em relação ao posicionamento do narrador em particular, Harré & Langenhove (1998:65) ressaltam sua importância lembrando que posicionar-se como um narrador alheio à história é completamente diferente de posicionar-se como um narrador presente à história, uma pessoa que vivenciou aquela situação. Além do posicionamento do narrador, os autores também reconhecem a relevância dos demais posicionamentos identificados por Bamberg (1999) e Linde (1993). Segundo Langenhove & Harré (1998:30), “onde há narrativas há posicionamentos”.

Esse conceito de posicionamento surgiu no trabalho de Langenhove & Harré (1998) em contraposição ao conceito de papel – um conceito estático – por

esses autores entenderem que as pessoas não desempenham papéis fixos na sociedade, mas posicionam-se de forma diversa em diferentes contextos e situações sociais. O significado social adquirido por um enunciado depende do posicionamento dos interlocutores, que, por sua vez, depende do posicionamento social assumido por eles em diferentes contextos (Moghaddam, 1998).

O mesmo enunciado terá diferentes significados sociais ao ser pronunciado por uma pessoa na posição P1 e por outra pessoa na posição P2. (Langenhove & Harré, 1998:17)

Desta forma, o posicionamento dos interlocutores tanto é determinado pelo como também determina o seu posicionamento social – o que mostra que os posicionamentos podem e estão sempre mudando (Langenhove & Harré, 1998; Moghaddam, 1998).

A idéia de fluidez está, portanto, intrínseca ao conceito de posicionamento: “posições não só podem mudar como realmente mudam” (Langenhove & Harré (1998:17). Tais mudanças são óbvias quando há mudança de contexto social – as pessoas assumem posicionamentos diferentes em situações sociais diferentes. Entretanto, não é necessário que haja um novo contexto social para que haja um novo posicionamento. Ao participarem de uma conversa ou contar uma história, as pessoas podem se reposicionar ou serem reposicionadas ao longo da história, no decorrer da conversa (Langenhove & Harré, 1998) – ou seja, pode haver um reposicionamento dentro de um mesmo evento discursivo.

Nas palavras dos autores, “o posicionamento pode ser entendido como a construção discursiva de histórias pessoais que tornam as ações de uma pessoa inteligíveis socialmente e dentro da qual os participantes de uma conversa adquirem posições específicas” (Langenhove & Harré, 1998:16). Ou seja, diversos posicionamentos são construídos para uma mesma pessoa através de

histórias contadas por elas ou por outras pessoas – as pessoas podem posicionar-se ou serem posicionadas (Langenhove & Harré (1998:17), dependendo da forma como se insiram ou sejam inseridas na história.

Dizer, como venho fazendo, que as pessoas posicionam-se ou são posicionadas deixa claro que as pessoas nem sempre são livres para escolher a posição que querem ocupar em determinada narrativa (Langenhove & Harré, 1998). Embora muitos posicionamentos possam ser livremente manipulados pelo narrador, outros são involuntários, sendo o narrador obrigado a aceitá-los devido a questões sociais, culturais ou institucionais (as relações de poder existentes na sociedade, como será discutido mais adiante), ou até mesmo devido ao posicionamento das demais personagens da história ou de seus interlocutores.

Langenhove & Harré (1998) classificam os diversos tipos de posicionamento que podem ocorrer em uma prática discursiva em diversas categorias, das quais destaco as seguintes:

- *posicionamento de primeira ordem*: a forma como uma pessoa se posiciona ou posiciona outras pessoas em suas narrativas;
- *posicionamento de segunda ordem* ou *posicionamento reflexivo*: o posicionamento de primeira ordem é questionado ou contestado e precisa ser negociado;
- *posicionamento de terceira ordem*: o posicionamento de primeira ordem é contestado em uma outra conversa sobre a conversa inicial;
- *posicionamento social*: fatores sociais, culturais, históricos e institucionais determinam posicionamentos;
- *posicionamento pessoal*: além do posicionamento social, características particulares de cada pessoa também contribuem para determinar os

posicionamentos – sua história de vida, a forma como foi educada, suas crenças e suas características pessoais;

- *posicionamento tácito*: posicionamento inconsciente e não-intencional; o narrador não tem consciência de estar posicionando a si mesmo ou outros ao contar uma história;
- *posicionamento intencional*: posicionamento consciente; o narrador tem a intenção de posicionar si mesmo ou outras pessoas de determinada forma. Posicionamentos de segunda e terceira ordem são sempre intencionais, enquanto posicionamentos de primeira ordem são, na maioria das vezes, tácitos, mas também podem ser intencionais.

Durante um evento discursivo, os posicionamentos mencionados acima nunca ocorrem de forma isolada (Langenhove & Harré, 1998; Moghaddam, 1998). Como tal evento discursivo envolve mais de um interlocutor, que juntos negociam e constroem significados (cf. capítulo 1), vários posicionamentos são assumidos simultaneamente pelos diversos interlocutores – o que Moghaddam (1998:77) chama de posicionamento paralelo. O mesmo autor, aliás, traça um paralelo entre a teoria de posicionamento e o dialogismo de Bakhtin (1929/1992):

uma narrativa compreende não apenas uma, mas uma polifonia de ‘vozes’. Cada voz ‘fala’ de um posicionamento diferente, de onde cada uma pode corroborar ou contestar a outra em uma relação dialógica, com o objetivo de negociar a narrativa conjuntamente. (Moghaddam, 1998:79)

Seja qual for o posicionamento adotado pelo narrador da história, é preciso lembrar que os posicionamentos tomados ao longo de uma narrativa são produtos de relações de poder. Ou seja, ao contar uma história, o narrador pode se posicionar de acordo com seus interesses, dependendo do efeito que queira causar no ouvinte/leitor. Segundo Langenhove & Harré (1998:25), “as histórias

que as pessoas contam sobre elas mesmas serão diferentes de acordo com a maneira como elas queiram se apresentar”. Contudo, “os direitos de se posicionar e de posicionar os outros são distribuídos de forma desigual, e nem todas as situações permitem um posicionamento intencional” (Langenhove & Harré, 1998:23).

Desta forma, pode-se dizer que o posicionamento de primeira ordem pode ser voluntário ou forçado (Langenhove & Harré, 1998:23). O posicionamento voluntário ocorre quando o narrador tem a intenção de expressar claramente uma (ou mais) de suas identidades sociais. Esse posicionamento voluntário pode ocorrer de três formas: o narrador pode responsabilizar-se por sua forma de agir, enfatizar seu ponto-de-vista, ou referir-se à sua própria história de vida, sua própria experiência (Langenhove & Harré, 1998:24). Em todos os três casos, o narrador encontra-se “em uma posição de oferecer uma explicação pessoal para um comportamento pessoal” (Langenhove & Harré, 1998:24), o que também pode ocorrer de três formas: o narrador pode referir-se ao seu poder e ao seu direito de exercê-lo, à sua história de vida e às suas experiências pessoais (Langenhove & Harré, 1998:24-25).

Por outro lado, o posicionamento de primeira ordem também pode ser forçado. Neste caso, a iniciativa do posicionamento não parte do narrador, mas de uma outra pessoa. É essa outra pessoa que força o narrador a se posicionar de uma determinada forma, assumindo um posicionamento que provavelmente não adotaria se não fosse forçado a tal.

Além de se posicionar, em um posicionamento de primeira ordem o narrador também pode posicionar terceiros (Langenhove & Harré, 1998). Neste caso, o narrador posiciona outras pessoas em sua história (também intencionalmente), tanto voluntariamente (o próprio narrador posiciona uma outra

pessoa), quanto à força (o narrador força alguém a posicionar uma terceira pessoa), podendo essa pessoa estar presente ou não. No caso da pessoa estar presente, esse posicionamento pode ser aceito ou contestado (posicionamento de segunda ordem).

Os posicionamentos adotados em uma narrativa são, portanto, produto de relações de poder. Narrativas são formas de utilização de poder, na medida em que podem controlar e legitimar situações, práticas, pessoas e identidades (Bruner, 1997). O posicionamento do narrador, do ouvinte e das personagens na e em relação à história é determinado por relações de poder. A forma como as pessoas se posicionam e estão posicionadas no discurso determina “*quem* pode contar *quais* histórias, *quando*, *onde*,” como “*e para quem*” (Brockmeier & Harré, 1997:266). As narrativas estão “entrelaçadas com um amplo cenário cultural de ordens do discurso⁴ que determinam quem conta qual história, quando, onde e para quem” (Brockmeier & Harré, 1997:266). Considerando que a narrativa é uma forma de discurso, Sarup (1996) aplica as idéias de Foucault em relação à produção do discurso à produção de narrativas:

(...) em qualquer sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída. De acordo com Foucault, existe um número de “procedimentos de exclusão” em operação, o mais óbvio deles a proibição. Sabemos muito bem que não somos livres para dizer qualquer coisa, que não podemos falar qualquer coisa onde e quando quisermos, e que, em resumo, ninguém pode falar simplesmente o que quiser. (Sarup, 1996:18)

Contudo, este poder pode ser contestado, ele não vai em apenas uma direção. A natureza dialógica do discurso permite que narradores e ouvintes se envolvam em embates para negociar significados através das histórias, permitindo a alteração das situações de poder (cf. capítulo 1).

⁴ A expressão “ordem do discurso” foi cunhada por Foucault (1971/1996) e refere-se ao poder exercido pelos discursos institucionais.

2.4 – Histórias de Vida

Até aqui, venho enfocando narrativas como uma forma de se contar uma história. Narrativa é o termo mais genérico para se designar uma estrutura que pode estar presente em diferentes formas de se contar uma história. De acordo com Brockmeier & Harré (1997), narrativas são estruturas que contêm personagens envolvidos em um evento que se desenrola ao longo do tempo. Esta estrutura pode ocorrer em diversos tipos de narrativa (explicação, justificativa, propaganda, notícia, fábula...), tanto na forma oral quanto na forma escrita. Ainda segundo estes autores, narrativas refletem um modo de agir dentro de uma determinada cultura, pois estão constantemente presentes na vida social dos participantes de práticas discursivas. Nesta seção, discutirei um tipo específico de história/narrativa: a *história de vida*. Segundo Harré & Langenhove (1998:66), “narradores adotam posicionamentos ao contar suas vidas” (cf. seção 2.3 acima); identidades são, portanto, manifestadas em práticas discursivas, dentre as quais encontram-se as histórias de vida (Harré & Langenhove, 1998:60).

De forma bem simples, pode-se dizer que “histórias de vida são histórias ou narrativas que resgatam eventos da vida de uma pessoa” (Hitchcock & Hughes, 1995:187). Por se tratar de um conceito fundamental neste trabalho, tal definição merece ser cuidadosamente aprofundada. Histórias de vida não são apenas narrativas que servem de locais de construção de identidade, mas também uma metodologia de pesquisa para estudar a forma como identidades são construídas nestas narrativas (cf. capítulo 5).

Para Linde (1993:20), uma história de vida é “uma unidade oral de interação social” que relata quais eventos fizeram da pessoa aquilo que ela é ou o que se deve saber a respeito de uma pessoa para saber quem ela é. Linde (1993:21) ressalta que uma história de vida deve ser relevante em dois sentidos:

ser relevante na vida do narrador e merecer ser contada. Uma narrativa de história de vida deve levantar alguma questão relevante na vida do narrador, não no mundo em geral; além disso, uma história de vida deve ser relevante o suficiente de forma a merecer ser contada.

É importante ressaltar ainda que histórias de vida estão “sob revisão constante” (Linde, 1993:25), “são instáveis” (Harré & van Lagenhove, 1998:64), estão sempre sofrendo modificações, de maneira a expressar como o autor enxerga sua vida em diferentes períodos. As histórias de vida de uma pessoa mudam na medida em que suas identidades sociais mudam. Uma pessoa não possui as mesmas histórias de vida ao longo de toda a sua vida, pois novas histórias surgem para dar conta de novas identidades sociais. “Construímos nossa identidade ao mesmo tempo em que contamos nossa história de vida” (Sarup, 1996:15), pois ao contá-las expressamos “nosso senso a respeito de o que nossas vidas significam, ou nosso senso a respeito de que tipo de pessoas somos” (Linde, 1993:25). Ao contar uma história de vida, não estamos simplesmente relatando a história; estamos construindo esta história:

quando falamos sobre nossa identidade e sobre nossa história de vida incluímos algumas coisas e excluimos outras, enfatizamos algumas coisas e menosprezamos outras. Este processo de exclusão, ênfase e menosprezo é conduzido de acordo com os interesses de se contar um determinado tipo de história. (Sarup, 1996:16).

Portanto, ao se contar uma história, uma pessoa constrói não só esta história, parte da história de sua vida, como também suas identidades sociais. Digo parte da história de sua vida porque uma narrativa de história de vida não abrange uma vida inteira; ela é necessariamente descontínua (Linde, 1993). Diferentes narrativas de história de vida, ou seja, diferentes narrativas sobre diferentes partes da história da vida de uma pessoa, são contadas em ocasiões

diferentes para interlocutores diferentes (Linde, 1993:27). Esta diversidade de contextos também contribui para que as histórias de vida se modifiquem, pois “histórias [de vida] são o resultado da interação entre o narrador, sua platéia e suas memórias. O narrador precisa agir de acordo com as expectativas de sua platéia” (Harré & Langenhove, 1998:64), “ ‘reinventando’ o passado de forma a adequá-lo às circunstâncias presentes” (Harré & Langenhove, 1998:68).

Para Linde (1993), uma história de vida deve ter três características fundamentais: ser construída conjuntamente via interação face a face (uma narrativa pressupõe minimamente um narrador e um interlocutor), ser usada na negociação para fazer parte de um grupo (uma história de vida precisa mostrar algum ponto relevante a respeito do narrador, o motivo pelo qual ele julga importante contar aquela história), e ser passível de mudança ao longo do tempo (identidades sociais estão constantemente em fluxo – cf. seção 1.4 – portanto histórias de vida também estão).

2.5 - Coerência

É preciso ainda chamar a atenção para como histórias são usadas na vida social, ou seja, como narradores e ouvintes constroem significados em suas vidas através das histórias que contam e ouvem. Para que uma história tenha significado, é preciso que ela adquira coerência – e interlocutores diferentes constroem coerências diferentes.

Coerência é o modo como “diferentes partes de uma história se organizam de uma maneira consistente e ordenada de forma a acessar o significado da narrativa” (Mishler, 1999:14). Conforme já discutido anteriormente, uma história não é apenas uma seqüência de fatos relatados por um narrador. Para se tornar uma história, estes fatos precisam expressar significados para o interlocutor. O

interlocutor, portanto, precisa projetar coerência nos fatos narrados para que eles possam adquirir significados. A coerência é, portanto, uma “demanda social” (Linde, 1993:17). Sem coerência, o interlocutor não constrói significados e a narrativa não existe, pois não alcançou seu objetivo de comunicação. Sem coerência, o que existe é uma série unilateral de relatos sem qualquer sentido ou objetivo para o interlocutor. Tal organização deve ainda levar em consideração significados sociais e culturais (Schiffrin, 1996), pois só assim o interlocutor transforma tudo o que está sendo dito em discurso.

Segundo Linde (1993:12), um dos aspectos do conceito de coerência é:

(...) um resultado adquirido pela cooperação entre o narrador e o interlocutor; [coerência] não é uma propriedade absoluta de um texto isolado, descontextualizado. O narrador trabalha para construir um texto cuja coerência possa ser apreciada, e ao mesmo tempo, o interlocutor trabalha para alcançar um entendimento daquele texto como sendo coerente e para comunicar o seu entendimento. O texto coerente que o interlocutor constrói pode não ser o mesmo que o narrador acredita ter sido construído. Contudo que a defasagem não seja muito grande, a discrepância provavelmente não será percebida. Mas se for muito grande, novas negociações sobre o significado do texto podem se fazer necessárias.

Histórias adquirem significados na vida social através de “sistemas de coerência” (Linde, 1993), ou seja, como as pessoas – narrador e ouvintes – fazem a história coerente para elas, pois é necessário que haja uma base cultural sobre a qual narrador e ouvinte negociem significados. Segundo Linde (1993), estes sistemas de coerência podem ser baseados tanto no senso comum (fatos de natureza cultural) quanto em conhecimentos específicos (fatos de uma área específica). “O senso comum é um conjunto de crenças pressupostamente compartilhado por todos os indivíduos de uma determinada cultura e que não requer qualquer circunstância especial para ser utilizado” (Linde, 1993:164). Por outro lado, sistemas de coerência baseados em conhecimentos específicos

projetam conhecimentos de uma (ou mais) determinada área de conhecimento, não sendo, a princípio, acessíveis a todos.

Os sistemas de coerência que fazem as histórias de vida adquirirem significados ocupam uma posição intermediária entre o senso comum e o conhecimento específico (Linde, 1993): ao mesmo tempo em que devem ser baseados no senso comum para que o interlocutor possa projetar coerência, também refletem algum tipo de conhecimento específico, pois o narrador é o criador da história, foi ele quem a vivenciou. Além disso, os sistemas de coerência baseados em conhecimentos específicos podem funcionar como instrumentos de utilização de poder por parte do narrador, servindo para distanciar o interlocutor. O narrador pode se utilizar cada vez mais ou cada vez menos de conhecimentos específicos conforme queira aproximar ou afastar o interlocutor.

Os sistemas de coerência necessários ao se contar uma história podem, portanto, também servir como uma forma de poder ou exclusão (Linde, 1993). As histórias de vida que projetam sistemas de coerência mais próximos do senso comum democratizam a narrativa, e, conseqüentemente, permitem que o ouvinte faça parte do mesmo grupo que o narrador. Por outro lado, histórias que projetam sistemas de coerência que necessitem de conhecimentos específicos não compartilhados pelo ouvinte contribuem para excluí-lo da narrativa e, portanto, do grupo. Desta forma, os sistemas de coerência também contribuem para o exercício do poder ao se contar uma história.

De acordo com Moita Lopes (1999), o conceito de senso comum criado por Linde (1993) está diretamente relacionado ao conceito de naturalização do discurso elaborado por Fairclough (1992), segundo o qual existem alguns fatores culturais que, perante às relações de poder a que são submetidos, são considerados dados, universais e naturais – tornando-se, assim, senso comum.

Um exemplo (como será visto nos próximos dois capítulos) são as diferenças entre homens e mulheres. Muito do que é dito a respeito das diferenças entre homens e mulheres e da suposta superioridade masculina não possui qualquer fundamento ou explicação, mas vem sendo aceito há séculos. A propagação de tais diferenças foi simplesmente naturalizada e tornou-se senso comum (Crawford, 1995).

CAPÍTULO 3

Identidades Sociais: Gênero e Sexualidade

3.1 – Definindo Gênero e Sexualidade

Gênero e sexualidade são dois conceitos que, apesar de distintos, são muitas vezes tomados como um único. Histórica, cultural e socialmente, espera-se que os indivíduos desempenhem sua sexualidade e seu gênero de acordo com seu sexo. Desta forma, todo homem, por pertencer ao sexo masculino, deve viver seu gênero e sua sexualidade da mesma forma, ou seja, deve possuir um comportamento masculino ditado pela sociedade e direcionar sua sexualidade masculina para as mulheres. A mesma lógica aplica-se às mulheres, seu gênero e sua sexualidade. Qualquer pessoa que não se adeqüe a esses padrões é considerada um *desvio à norma* e é discriminada e marginalizada socialmente. O *normal* é a “plena correspondência entre o corpo e a identidade de gênero socialmente aceitável” (Weeks, 1996/2000:50). A mesma correspondência é esperada também da identidade sexual.

No entanto, conforme já discutido anteriormente, identidades sociais não são fixas; possuem um caráter sócio-construcionista que lhes permitem ser moldadas de acordo com situações sociais, culturais e históricas (cf. seção 1.4). Desta forma, a sexualidade possui um “caráter compartilhado, coletivo, considerado não como propriedade de indivíduos isolados ou atomizados, mas de pessoas sociais integradas no contexto social de culturas sexuais distintas e diversas” (Parker, 2000:132).

Sendo a sexualidade uma das identidades sociais de uma pessoa, ela também é construída socialmente e compartilha de todas as características das

demais identidades sociais. A sexualidade (ou diferença sexual, como denomina Butler, 1993/2000) é formada em práticas discursivas (Butler, 1993/2000:153) e “construída de forma diferente através das culturas e do tempo” (Parker, 2000:128). “A sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (Louro, 2000:11). Por isso, não podemos atrelar a sexualidade exclusivamente ao gênero ou ao corpo.

Só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular e apreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como comportamento normal ou anormal, aceitável ou inaceitável. (Weeks, 1996/2000:43)

O gênero é apenas um dos fatores que contribuem na formação da sexualidade de um indivíduo; existem ainda outros de natureza social, cultural e histórica. Segundo Louro (2000:9), “as muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente”. A autora vai ainda mais longe, afirmando que “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política” (Louro, 2000:11).

A identidade de gênero, na verdade, também é uma identidade social, e não um mero dado biológico. Assumir uma identidade de gênero é uma consequência direta dos diferentes contextos sociais e culturais dos quais os indivíduos participam:

o que significa ser macho ou fêmea, masculino ou feminino, em contextos sociais e culturais diferentes, pode variar enormemente, e a identidade de gênero não é claramente redutível a qualquer dicotomia biológica subjacente. Todos os machos e fêmeas biológicos devem ser submetidos a um processo de socialização sexual no qual noções culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade

são modeladas ao longo da vida. É através desse processo de socialização sexual que os indivíduos aprendem os desejos, sentimentos, papéis e práticas sexuais típicos de seu grupo de idade ou de *status* dentro da sociedade, bem como as alternativas sexuais que suas culturas lhes possibilitam. (Parker, 2000:135)

Estas muitas formas de fazer-se homem ou mulher permitem que infinitas novas identidades sociais sejam criadas para cada indivíduo, não apenas as identidades essencialistas atreladas ao gênero. Segundo Louro (2000:10), desde os anos sessenta “novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades” (Hall, 1997). Ou seja, os sujeitos não precisam se conformar a um determinado padrão e adequar-se a ele: novas identidades podem ser criadas e novas posições podem ser tomadas.

Isto é possível porque a sexualidade não está necessariamente atrelada ao corpo. Ela vai muito além disso, envolvendo “rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (Louro, 2000:11). Segundo Weeks (1996/2000:38), “a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico”. Diferentemente da visão tradicional, que enxerga a sexualidade como um dado natural e biológico, ela deve ser entendida como um produto do meio social. Além do corpo, outros fatores também influenciam na construção da sexualidade de um sujeito.

A sexualidade é, na verdade, uma “construção social”, uma invenção histórica, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: o sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas. (Weeks, 1996/2000:40)

Existem formas diferentes de ser homem e mulher, dependendo da sociedade em que a pessoa vive, além da posição ocupada por esta pessoa na sociedade e das relações de poder que exerce e as quais está submetida (Louro, 2000; Parker, 2000).

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (Louro, 2000:11)

Na citação acima, Louro (2000) toca ainda em outro ponto de extrema importância na formação de identidades sexuais: as relações de poder existentes na sociedade. Apesar das diferentes formas de ser homem ou mulher, ou seja, das diferentes identidades sexuais e de gênero que um homem e uma mulher podem assumir, estas identidades nem sempre podem ser vividas livremente e impunemente. Como tais identidades são construídas socialmente, e, portanto, sujeitas às regras da sociedade e às relações de poder nela existentes, cabe à sociedade legitimar ou não as identidades sexuais e de gênero (Parker, 2000; Louro, 2000).

Quem tem permissão de ter sexo com quem, sob que circunstâncias e com que resultados específicos não são, nunca, questões simplesmente casuais. Tais possibilidades são definidas através de regras implícitas e explícitas e regulamentos impostos pelas culturas sexuais de comunidades específicas. (Parker, 2000:138)

As identidades sexuais não são, portanto, uma decorrência direta das ‘evidências’ dos corpos” (Louro, 2000:15). Identidades sexuais são construídas no

discurso, mas o corpo também serve como local de construção de identidades, pois no corpo pode ser reconhecida a presença de discursos. Apesar de parecer existir momentos em que o corpo fala por si só, isto só ocorre porque ele incorpora vários discursos. Não podemos negar, no entanto, que “nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por fim, a identidade” (Louro, 2000:14). Ou seja, mesmo reconhecendo que o corpo é apenas um dos fatores que constituem a identidade sexual de um indivíduo, não se pode negar sua força, pois é uma marca visível (Schilling, 1997; Giddens, 1992; Foucault, 1982) de identidade (especialmente as identidades sexuais e de gênero). O corpo “torna-se um portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida” (Giddens, 1992:42).

Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas como se expressam. (Louro, 2000:15)

As práticas discursivas nas quais os indivíduos se engajam (cf. seção 1.2) – e seus conseqüentes efeitos sobre o corpo – produzem sujeitos masculinos ou femininos (Louro, 2000:25). Há todo um esforço da sociedade para imprimir em seus integrantes marcas de gênero:

para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas. (Louro, 2000:25)

Pode parecer, entretanto, que esse processo de imprimir marcas de gênero nos indivíduos é um processo meramente passivo, em que o indivíduo é uma vítima da máquina social e não tem outra opção a não ser aceitar aquilo que ela lhe impõe. Isto não é de maneira alguma verdadeiro. Assim como com as demais identidades sociais (cf. seção 1.5), os sujeitos também têm o poder de lutar, resistir e criar para si novas identidades de gênero:

a produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados e são participantes ativos na construção de suas identidades. (...) Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou “jeitos de viver” sua sexualidade e seu gênero. (Louro, 2000:25-26)

Mas, afinal, por que dar às identidades sexual e de gênero uma importância tão grande (Foucault, 1988)? Se estas duas identidades são apenas mais duas em meio às infinitas identidades sociais de um indivíduo, qual o motivo de haver uma preocupação especial com elas? Porque, segundo Louro (2000:13), “freqüentemente nos apresentamos (ou nos representamos) a partir de nossa identidade de gênero e de nossa identidade sexual”. Apesar de serem apenas duas das várias identidades sociais do sujeito, são duas das que mais se destacam, por uma série de fatores sociais, culturais e históricos.

No mundo ocidental do final do século XX e início do século XXI, a supremacia da masculinidade hegemônica foi e ainda é um fator determinante e legitimador. “Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (Louro,

2000:15). A partir daí, abre-se precedente para o surgimento do preconceito e uma série de discriminações passam a ser legitimizadas: “a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual” (Louro, 2000:16). Aos “que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual (...) restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação” (Louro, 2000:27).

Por adotar uma visão essencialista das identidades sociais, em oposição à visão sócio-construcionista, a sociedade rotula seus cidadãos e cria estereótipos. Segundo Weeks (1996/2000:43), “o ‘essencialismo’ é o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior”. Ao ignorar o caráter múltiplo, fragmentado e transitório das identidades sociais (cf. seção 1.4), a sociedade trabalha com identidades fixas, imutáveis, que classificam os indivíduos e segmentam ainda mais a sociedade, criando cada vez mais novas divisões: “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades” (Louro, 2000:16).

A maior prova de que identidades sociais não são essencialistas está no fato de que, no mundo real, as identidades sexuais não correspondem necessariamente às identidades de gênero impostas pela sociedade. Em outras palavras, o padrão heterossexual não é natural, é apenas mais um padrão entre outros.

Da mesma forma, as identidades de gênero adotadas pelos indivíduos não correspondem necessariamente à formação biológica da pessoa. Isto significa que um homem biológico (ou uma mulher) pode se identificar como não pertencente (cf. seção 1.4) ao seu sexo biológico e optar por viver outra identidade de gênero. Por exemplo, um homem biológico pode não se reconhecer

como um representante do sexo masculino e escolher viver um gênero feminino, adotando um comportamento feminino ou até mesmo transformando-se em mulher. “Pode ocorrer (...) que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo” (Louro, 2000:14).

Mas por que isso ocorre? É verdade que “as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural” (Louro, 2000:12), mas “a admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial, uma alteração que atinge a ‘essência’ do sujeito” (Louro, 2000:13).

Isso acontece graças às relações de poder que existem na sociedade. As relações entre homens e mulheres, a Igreja e o Estado, a intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, as diferenças de classe e de raça, juntamente com outras forças, como o feminismo e os movimentos de reforma sexual, interferem em como as pessoas vivem a sua sexualidade (Weeks, 1996/2000:42). O padrão tomado como normal ou natural não é, na verdade, nem uma coisa nem outra; trata-se apenas de um padrão definido hierarquicamente e imposto como o certo.

Nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder. (...) Os códigos e identidades sexuais que tomamos como dados, inevitáveis e “naturais”, têm sido freqüentemente forjados nesse complexo processo de definição e auto-definição, tornando a moderna sexualidade central para o modo como o poder atua na sociedade moderna. (Weeks, 1996/2000:42)

Define-se o padrão *normal* e, a partir daí, todos que não se encaixam nesse padrão são considerados o *outro*. “O reconhecimento do ‘outro’, daquele ou

daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos” (Louro, 2000:15). Quem tem o poder tem voz para falar não só por si próprio, mas também pelo outro:

os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder. (Louro, 2000:16)

É importante lembrar que o chamado *normal* só existe em oposição ao *outro*. Desta forma, o outro é sempre necessário para o normal se reafirmar (Louro, 2000:31). Se as demais identidades sexuais além da heterossexual não fossem consideradas *alternativas*, não haveria motivo para a heterossexual ser considerada normal. Ao mesmo tempo, como considerar não-normais as tantas identidades sexuais existentes no mundo de hoje? Elas estão aí, presentes, no mundo, diante dos olhos de todos, surgindo a cada dia, plurais (Weeks, 1996/2000:80) reafirmando cada vez mais o seu caráter fluido (Louro, 2000:31). Já que elas existem, por que não aceitá-las como normais, pois, segundo Louro (2000:30), existem outros modos de vida que não se querem alternativos (no sentido de ser o outro), mas que pretendem, simplesmente, existir pública e abertamente, como os demais.

Devido à dificuldade de viver uma identidade não aceita socialmente, principalmente no caso de uma identidade sexual, campo onde a discriminação ainda é muito grande, “pode ser argumentado que sentimentos e desejos sexuais

são uma coisa, enquanto que a aceitação de uma posição social particular e um organizado senso de si – isto é, uma identidade – é outra” (Weeks, 1996/2000:72). O comportamento sexual não pode ser interpretado como um marcador da identidade sexual (Parker, 2000:128). Para Weeks (1996/2000:72), “não existe nenhuma conexão necessária entre comportamento e identidade sexual”. Muitas pessoas que vivem uma sexualidade marginal, mesmo satisfeitas com sua vida sexual, recusam tal identidade sexual, por esta não se adequar aos padrões de normalidade da sociedade. Segundo o Relatório Kinsey de 1948 (Giddens, 1992), alguns homens, mesmo com vida homossexual ativa, recusavam o rótulo de homossexual, e mesmo aqueles que eram exclusivamente homossexuais “não expressavam necessariamente uma identidade homossexual” (Weeks, 1996/2000:72).

De acordo com Weeks (1996/2000), viver a identidade sexual envolve um determinado grau de escolha. Apesar de ter sua identidade sexual construída socialmente, o indivíduo pode escolher a forma como vai vivê-la: abertamente, clandestinamente, ou negando-a e buscando viver uma nova identidade. No caso de um sujeito que identifique em si a construção de uma identidade sexual não aceita socialmente, mas que escolha não reprimi-la, Weeks (1996/2000:71) identifica “quatro estágios característicos na construção de uma ‘identidade pessoal⁵ estigmatizada’ “:

- 1) *sensibilização* – o indivíduo percebe-se diferente em relação à norma socialmente aceita;

⁵ Apesar de também trabalhar com o conceito de identidades socialmente construídas, Weeks (1996) utiliza aqui o termo identidade pessoal. Atribuo a escolha deste termo ao grau de escolha mencionado anteriormente que a pessoa tem de aceitar ou recusar uma identidade social. Visto por este lado, a identidade, mesmo que construída socialmente, passa por um momento de escolha pessoal – mesmo que essa escolha seja obviamente influenciada por fatores sociais.

- 2) *significação* – o indivíduo começa a fazer estas diferenças significarem, percebendo as possibilidades do mundo social;
- 3) *subculturação* – através do envolvimento com outras pessoas que compartilhem as mesmas diferenças, o indivíduo começa a se reconhecer;
- 4) *estabilização* – plena aceitação de sua identidade sexual, que passa a ser incorporada aos seus sentimentos e ao seu estilo de vida.

Entretanto, como lembra o autor, a transição entre os estágios não é automática, podendo algumas pessoas nunca alcançarem o último estágio.

3.2 – Foucault e a Sexualidade

O trabalho de Foucault (1988) é, sem dúvida, uma contribuição significativa para o estudo da sexualidade. A importância da *História da Sexualidade* de Foucault está, principalmente, no fato de ele conseguir estabelecer uma clara conexão entre sexualidade e poder. Além disso, Foucault (1988) também define a sexualidade como sendo emergente de uma proliferação de discursos proferidos socialmente.

Para Foucault (1988:67), “a história da sexualidade (...) deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos”. Ele rejeita a “hipótese repressiva”, segundo a qual o advento do capitalismo seria responsável pela repressão sexual, pois à sociedade capitalista só interessaria “reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (Foucault, 1988:38).

Mais do que vítima da opressão exercida pelo poder econômico, Foucault acredita que a sexualidade é produto dos diversos discursos presentes na sociedade (cf. seção 1.2). Como esses discursos são, muitas vezes, conflitantes, ele reconhece a existência de diversas sexualidades. Em suas palavras, a multiplicação dos discursos é responsável por uma “dispersão de sexualidades”, ou seja, por “heterogeneidades sexuais” (Foucault, 1988:38).

Toda essa variedade de discursos e sua inter-relação está, obviamente, sujeita às relações de poder existentes na sociedade. Desta forma, não é qualquer pessoa que pode viver qualquer sexualidade: *quem* pode viver *qual* sexualidade, *quando*, *onde* e *como* está sujeito à posição que a pessoa ocupa na sociedade e às relações de poder que exerce ou às quais está sujeita (cf. capítulos 1 e 2). No entanto, tais relações de poder podem ser contestadas, e não precisam ser necessariamente aceitas passivamente (cf. seções 1.3 e 1.5). As sexualidades, portanto, podem ser contestadas, e cada indivíduo tem o direito de brigar por exercer sua sexualidade, mas sem esquecer que tal direito está inserido em uma sociedade e sujeito às suas relações de poder.

A hipótese de um poder de repressão que nossa sociedade exerceria sobre o sexo e por motivos econômicos revela-se insuficiente se for preciso considerar toda uma série de reforços e de intensificações que uma primeira abordagem manifesta: proliferação de discursos, e discursos cuidadosamente inscritos em exigências de poder (...). Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes. (Foucault, 1988:70)

Apesar da grande contribuição da obra de Foucault (1988) para o entendimento da sexualidade, é preciso reconhecer em sua teoria algumas limitações, como apontam Giddens (1992) e Castells (1999). Reconhecer que “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e

não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (Giddens, 1992:33) é um grande avanço feito por Foucault (1988). No entanto, segundo Giddens (1992) e Castells (1999), Foucault (1988) é muito teórico, sendo preciso contextualizar um pouco mais suas idéias:

é difícil, senão impossível, compreender estas questões se permanecemos na posição teórica geral desenvolvida por Foucault, em que as únicas forças impulsionadoras são o poder, o discurso e o corpo. Nos escritos de Foucault, o poder se movimenta de maneiras misteriosas e a história, como a realização ativamente elaborada das questões humanas, mal existe. Por isso, aceitamos os seus argumentos sobre as origens sexuais da sexualidade, mas vamos situá-los em uma estrutura interpretativa diferente. Foucault colocou demasiada ênfase na sexualidade em detrimento do gênero sexual. Silenciou quanto às conexões da sexualidade com o amor romântico, fenômeno intimamente vinculado às mudanças na família. Além disso, sua discussão da natureza da sexualidade permanece em grande parte no nível do discurso – e, nesse nível, as formas mais específicas de discurso. Finalmente, deve-se colocar em questão a sua concepção do *eu* em relação à modernidade. (Giddens, 1992:33-34)

Como coloca Giddens (1992), é verdade que, conforme afirma Foucault (1988), a sexualidade é construída socialmente e impulsionada pelo discurso, pelo poder e pelo corpo. Entretanto, Foucault (1988) não contextualiza socialmente o discurso, o poder e o corpo, mantendo-os apenas no campo teórico. Giddens (1992), por sua vez, chama a atenção para uma série de fatores (sociais) que devem ser considerados ao se estudar a forma como os indivíduos vivem sua sexualidade. Segundo Giddens (1992), poder e corpo agem de forma diferenciada em cada indivíduo – nem todos estão sujeitos às mesmas relações de poder e nem todos constróem seu corpo da mesma forma, pois diferentes pessoas participam de diferentes práticas sociais e discursivas (cf. seção 1.2). E, seguindo as idéias de Giddens (1992), Castells (1999:275) também critica Foucault (1988), chamando atenção para o fato de que, além de não

contextualizar socialmente o corpo, Foucault (1988) não soube reconhecer o corpo como um local de luta entre poder e identidade.

3.3 – Homossexualidade

Dentro de uma visão sócio-construcionista das identidades sexuais, pode parecer complicado definir termos como *heterossexual* e *homossexual* – tal nomenclatura parece estar associada a uma visão essencialista de identidades sociais⁶. No entanto, apesar de reconhecer a fluidez das identidades sociais e a dissociação dos conceitos de sexo e gênero, tal distinção precisa ser feita, o que não significa que indivíduos que tenham construído para si tais identidades não possam vir a reconstruí-las posteriormente. A sexualidade, assim como as demais identidades sociais, é constantemente construída e reconstruída ao longo de toda a vida da pessoa (cf. seção 1.4).

O termo *heterossexualidade* é usado então, neste trabalho, para referir-se à sexualidade direcionada a indivíduos do sexo (biológico) oposto, enquanto *homossexualidade* refere-se à sexualidade direcionada a indivíduos do mesmo sexo. Entretanto, dentro da visão sócio-construcionista que adoto, um indivíduo não é heterossexual ou homossexual; um indivíduo constrói identidades sexuais ao longo de sua vida, e essas identidades podem ser heterossexuais ou homossexuais – ou seja, o indivíduo **está** heterossexual ou homossexual. Enquadrar as pessoas dentro de um destes tipos de sexualidade seria considerar as identidades sexuais fixas e imutáveis.

Da mesma forma, não faz sentido falar em *bissexual* para se referir ao indivíduo que vive sua sexualidade voltada indistintamente para os dois sexos, pois ninguém tem uma sexualidade fixa. Aceitar o termo bissexual significa aceitar

⁶ Segundo Feire Costa (1992), o termo homossexual está também relacionado ao tratamento da homossexualidade como doença.

que somente indivíduos enquadrados nesta categoria têm o direito de construir diferentes identidades sexuais ao longo de sua vida. Todos aqueles que não se enquadrem nesta categoria teriam que viver identidades sexuais fixas: heterossexuais ou homossexuais, sem o direito de mudá-las. Como sabemos que todas as identidades sociais de todos os indivíduos são passíveis de reconstrução ao longo de toda a sua vida (cf. seção 1.4), não há porquê atribuir uma nomenclatura especial a um indivíduo que reconstrua uma de suas identidades sociais. O que este indivíduo chamado bissexual está, na verdade, fazendo é construindo diferentes identidades sexuais em diferentes práticas sociais e/ou discursivas, como fazem todas as pessoas (cf. seção 1.4). Todas as pessoas seriam, portanto, da perspectiva adotada aqui, bissexuais em potencial.

É importante ressaltar que defino os conceitos de heterossexualidade e homossexualidade em relação à identidade sexual apenas, nunca à identidade de gênero. Isso ocorre porque, conforme já discutido no início deste capítulo, gênero e sexo são dois conceitos distintos. Um indivíduo pode construir qualquer identidade de gênero ou identidade sexual independentemente do seu sexo. No entanto, a sexualidade (heterossexual ou homossexual) se dá em relação aos sexos biológicos do indivíduo e de seu parceiro sexual. Sendo assim, um homem sempre pertence ao sexo (biológico) masculino, mas sua sexualidade será vivida em relação à indivíduos do mesmo sexo (homossexual) ou do sexo oposto (heterossexual), independentemente do gênero (masculino ou feminino⁷) que este homem viva em sua vida social.

Como pode ser visto, esta forma de enxergar as sexualidades considera a homossexualidade e a heterossexualidade apenas diferentes, e não coloca uma

⁷ Qualquer pessoa pode construir-se socialmente como masculina ou feminina, independentemente do seu sexo biológico, pois as identidade de gênero são construídas socialmente (cf. seções 1.4 e 3.1).

em posição superior à outra (Weeks, 1996/2000; Katz, 1996; Freire Costa, 1992; Giddens, 1992). Tal maneira de olhar as sexualidades não é, contudo, uma prática dominante. Há séculos a heterossexualidade vem sendo considerada a norma, e qualquer outra sexualidade que fuja a esta norma é considerada anormal e deve ser banida da sociedade. Weeks (1996:61) chama a atenção para o fato de que a “definição (...) de heterossexualidade como sendo a norma foi forçada precisamente pela tentativa de definir a ‘homossexualidade’, isto é, a forma ‘anormal’ de sexualidade”. Em outras palavras, o conceito de heterossexualidade só foi inventado (Katz, 1996) para legitimar a suposta anormalidade da homossexualidade.

Além de oprimidos pelos heterossexuais, que os consideram anormais, os homossexuais estão também sujeitos a relações de poder dentro da própria homossexualidade. A distinção entre ativo (o que penetra durante o ato sexual) e passivo (o que é penetrado) está diretamente ligada à questão do poder. O ativo é posicionado (cf. seção 2.3) em uma situação superior ao passivo, pois desempenha o papel atribuído ao homem no ato sexual, enquanto o passivo desempenha o papel atribuído à mulher (Agacinski, 1999). Ou seja, as relações de poder histórico-sócio-culturais que colocam o homem como dominante e a mulher como dominada são também reproduzidas nas relações homossexuais, submetendo o passivo ao poder dominante do ativo.

Sobre estas relações de poder existentes dentro da relação homossexual, Weeks (1996/2000), comparando o modelo existente na Grécia antiga ao modelo atual, afirma que:

na medida em que o papel fosse ativo, a atividade homossexual poderia ser vista como um sinal de virilidade. Mas o mesmo não era verdade para aqueles que mantinham um papel passivo na vida adulta: eles eram estigmatizados e, freqüentemente, maltratados.

Esse padrão é muito comum em várias partes do mundo. Ele é essencialmente o antigo modelo grego, mas que sobreviveu, vigoroso, até o século XX. (...) Apesar disso, a partir do início do século XVIII, ele foi gradualmente superado por um segundo modelo, que associou, cada vez mais, qualquer comportamento homossexual masculino, fosse ativo ou passivo, com ser efeminado, com abrir brechas no comportamento de gênero esperado ou aceito. (Weeks, 1996/2000:67)

Portanto, apesar de um certo status (resultado de relações de poder) que o homossexual ativo tem em relação ao passivo, esse homossexual ativo perde em status para o heterossexual, pois este é o normal, a norma socialmente aceita. Para não perder status e poder, passando a ser o dominado ao invés de dominador, muitos homossexuais, mesmo que ativos – aqueles que se consideram homossexuais machos – preferem esconder sua situação. Para isso, podem simplesmente ser discretos no que diz respeito a sua sexualidade, ou, como preferem outros, fingir um interesse heterossexual perante a sociedade (Louro, 2000). Outros chegam até mesmo a condenar ou desprezar publicamente a homossexualidade para disfarçar melhor a sua própria sexualidade, ainda que esta não seja necessariamente fixa, conforme discutido acima, “tratando de ser mais machos do que os machos” (Sullivan, 1996:20) e tornando-se “réplicas irônicas da masculinidade heterossexual” (Giddens, 1992:162): “o gay machão, (...), aquele do jeans justo (...)”. Um exemplo desta tentativa de disfarçar a sua sexualidade homossexual é o indivíduo inventar um nome do sexo oposto para referir-se ao seu parceiro do mesmo sexo (Heilborn, 2001).

Com o objetivo de tornarem-se socialmente aceitos, muitos homossexuais optam ainda por passar a serem heterossexuais, pois, segundo Heilborn (2001), a aceitação (para si próprio) de uma identidade fixa socialmente mais forte evita constrangimentos sociais. Embora a sexualidade não seja fixa, algumas pessoas

podem às vezes adotar uma imagem (fixa) de heterossexual para se justificarem socialmente. Esse sujeito que decide passar a ser heterossexual para ser aceito socialmente pode vir a reprimir completamente as práticas homossexuais ou vivê-las na clandestinidade, caracterizando o que Heilborn (2001) chama de transitoriedade do sujeito – e que reflete também a heterogeneidade do sujeito, com suas identidades múltiplas, fragmentadas, contraditórias e transitórias (cf. seção 1.4).

Ao adotar uma identidade sexual fixa socialmente aceita e torná-la visível, encobrimo as demais, o sujeito acredita que “ ‘estar’ homossexual, ao invés de ‘ser’ homossexual, é uma forma de administrar o segredo sobre sua orientação sexual” (Heilborn, 2001). Apesar de as identidades sociais não serem fixas (cf. seção 1.4), ou seja, ninguém **é**, e sim **está**, heterossexual ou homossexual, o indivíduo acredita que ao viver relações homossexuais ocasionais paralelamente às relações heterossexuais que mantém freqüentemente, ele apenas *está* homossexual eventualmente, não *é* homossexual (Heilborn, 1996); ele acredita *ser* um heterossexual (portanto, socialmente aceito) que vive relações homossexuais esporádicas (e que, por estas serem condenadas socialmente, devem ser mantidas em segredo, vividas às escondidas).

Uma boa parte da atividade que ocorre entre pessoas do mesmo sexo nunca é definida como “homossexual” e não afeta radicalmente o sentido de si de alguém: em instituições fechadas como prisões, em encontros ocasionais e em relações um-a-um que são vistas como especiais, mas não definidoras. Para que surjam identidades distintivas, colocando-se contra as normas heterossexuais de nossa cultura, algo mais do que a atividade sexual ou mesmo desejo homossexual é necessário: a possibilidade de algum tipo de espaço social e apoio social ou rede que dê sentido às necessidades individuais. (Weeks, 1996/2000:69)

Castells (1999) vai um pouco mais além e afirma que tais encontros homossexuais ocasionais podem até mesmo vir a ser socialmente aceitos. Uma vez que a sociedade estabelece como norma a família heterossexual chefiada pelo homem, Castells (1999) acredita que esta sociedade pode fechar os olhos para eventuais encontros homossexuais do homem, desde que estes homens não abandonem o seu papel social de chefiar uma família heterossexual. Ou seja, encontros homossexuais podem ser aceitos desde que não sejam a regra, mas, sim, a exceção na vida de um homem (preferencialmente casado, pois este está certamente cumprindo seu papel social de chefe de família).

Como os homens sempre mantiveram seus privilégios de gênero, classe e raça, a repressão do homossexualismo era, e continua sendo, a vida organizada em torno da família heterossexual, permitindo-se expressões ocasionais particulares de desejo dos homens por pessoas do mesmo sexo desde que mantidas nos becos escuros da sociedade. (Castells, 1999:239)

Quero ainda chamar a atenção para dois pontos que envolvem a homossexualidade: a opção por não escondê-la e a sua “não-rejeição” ao patriarcalismo.

Segundo Weeks (1996/2000), no mundo globalizado de hoje está cada vez mais fácil aceitar a pluralização, e, por isso, o surgimento de um modo de vida gay e de uma cultura gay (Agacinski, 1999) torna cada vez mais fácil que homossexuais vivam sua sexualidade de forma mais aberta, sem parecerem tão diferentes da norma. Apesar de ainda não ser socialmente aceita como apenas diferente da norma, Weeks (1996/2000) acredita que a identidade homossexual encontra atualmente menos barreiras do que encontrava no passado.

Cada vez mais, a homossexualidade se torna uma opção, ou uma escolha, a qual os indivíduos podem seguir de um modo que era impossível numa sociedade mais hierárquica e monolítica. A existência de um modo de vida gay dá

oportunidade para as pessoas explorarem suas necessidades e desejos, sob formas que eram algumas vezes literalmente inimagináveis até pouco tempo. É por isso, obviamente, que a homossexualidade é vista, freqüentemente, como uma ameaça para aqueles ligados ao *status quo* moral, estejam eles situados à esquerda ou à direita do espectro político. A existência de identidades lésbicas e gays positivas simboliza a pluralização cada vez mais crescente da vida social e a expansão da escolha individual que essa oferece. (Weeks, 1996/2000:70)

Mais do que poder viver sua sexualidade livremente, assumir uma identidade homossexual significa lutar contra o poder da sociedade patriarcal. Segundo Rajagopalan (2001), a escolha de assumir ou encobrir sua identidade sexual é uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder que o indivíduo exerce e ao qual está submetido na sociedade. Segundo Weeks (1996/2000:70), "dizer 'eu sou gay' ou 'eu sou lésbica' significa fazer uma declaração sobre pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes". Tal postura poderia ser tomada como uma visão essencialista (cf. seção 1.4), em que o indivíduo assume uma identidade fixa. Entretanto, não interpreto Weeks (1996/2000) desta forma. Acredito que Weeks (1996/2000) esteja chamando atenção para o fato de que assumir uma identidade social (mesmo que transitória) significa adotar uma postura política (aquilo que Sarup (1996) chama de "identidade política" – cf. seção 1.5) e que esta postura pode significar, muitas vezes, contestar o poder dominante e brigar para que essa identidade seja socialmente aceita.

Contudo, segundo Castells (1999), nem todos os homens gays estão preocupados em lutar contra o patriarcalismo, pois, por serem homens, também gozam de alguns de seus privilégios. "Gays são homens e sua socialização na qualidade de homens, e o privilégio de que gozam, principalmente se forem brancos e de classe média, restringem a sua total adesão à aliança contra o

patriarcalismo” (Castells, 1999:256). Como alguns homens gays já conseguem adotar um modo de vida gay e criar para si identidades gays positivas (Weeks, 1996/2000), a estes homens gays não interessa engajar-se em movimentos radicais contra o patriarcalismo, pois a eles já foi dado um lugar tolerado – mas não aceito – dentro da sociedade patriarcalista, na qual lhes é permitido gozar de seus privilégios como homens (Castells, 1999). A esses homens não interessa desafiar o patriarcalismo, como fazem os gays mais radicais, e colocar em risco aquilo que já conquistaram. Castells (1999) afirma que existe uma:

(...) ruptura cada vez maior entre a aliança formada por gays radicais e lésbicas e uma elite gay respeitável estabelecida como grupo de interesse para defender os direitos de homens gays na condição de minoria tolerada inserida nas instituições do patriarcalismo. (Castells, 1999:256)

3.4 – Gênero, Sexualidade e Sexo

Antes de encerrar este capítulo, quero retomar as definições de gênero e sexualidade, para que fiquem bem claras sua conceituação e utilização neste trabalho. Dentro de uma abordagem sócio-construcionista que rejeita qualquer verdade interior desprovida de contexto – essencialismo – “os significados que damos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados, sendo sustentados por uma variedade de linguagens que buscam nos dizer o que o sexo é, o que ele deve ser e o que ele pode ser” (Weeks, 1996/2000:43).

Neste contexto, segundo Weeks (1996/2000), sexo é o termo utilizado para descrever as diferenças anatômicas básicas entre homens e mulheres – embora tais diferenças, dadas no nascimento, adquiram significados históricos e sociais. O termo gênero, por sua vez, descreve a diferenciação social entre homens e mulheres, ou seja, os papéis sociais de homens e mulheres. Por fim, o termo sexualidade é usado “como uma descrição geral para a série de crenças,

comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o que Michel Foucault denominou ‘o corpo e seus prazeres’ (Foucault, 1988)” (Weeks, 1996/2000:43).

Ainda segundo Weeks (1996/2000:52), a sexualidade de um indivíduo é moldada com base em dois fatores principais: a subjetividade individual (quem e o que somos) e a sociedade. Conforme discutido no início deste capítulo, uma pessoa não vive necessariamente seu gênero e sua sexualidade de acordo com o seu sexo. Ela pode pertencer a um determinado sexo mas sentir-se mais à vontade vivendo um gênero e/ou uma sexualidade que não são aquele e/ou aquela que a sociedade considera normal para o seu sexo, ou seja, ela pode reconhecer-se em outro gênero e/ou sexualidade. No entanto, dentro da visão sócio-construcionista desta pesquisa, não trabalho com identidades individuais, apenas com identidades sociais, por acreditar que um indivíduo não se constitui individualmente, mas sim socialmente, ao se engajar em uma série de práticas sociais e discursivas (cf. seção 1.4). A sexualidade é, portanto, um produto da forma como o indivíduo se reconhece aliada às possibilidades que a sociedade lhe oferece de viver este reconhecimento, construindo, assim, sua identidade sexual. Segundo Giddens (1992:25):

hoje em dia a “sexualidade” tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados. É algo que cada um de nós “tem”, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo, que tem de ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais.

CAPÍTULO 4

Masculinidades e Identidade Social

4.1 – O Conceito de Masculinidade Hegemônica

Um último construto teórico necessário para este trabalho é o conceito de masculinidades. Ao se usar a palavra masculinidade (no singular) neste texto, o que se tem em mente é o conceito de *masculinidade hegemônica*, ou seja, o conceito de masculinidade aceito socialmente em uma determinada época, sociedade e cultura como sendo o padrão, o *normal*, o *certo* (Moita Lopes, 1999). Há séculos o conceito de masculinidade hegemônica predominante é o da masculinidade heterossexual (cf. capítulo 3). O “homem de verdade” (Nolasco, 2001, 1997) é aquele isento de qualquer traço de feminidade, forte, audacioso, independente, bem-sucedido, poderoso e admirado (Badinter, 1992:134). O homem que possui todos esses requisitos “é o supermacho que (...) encontra uma ilustração perfeita na imagem do homem dos cigarros *Marlboro*” (Badinter, 1992:134):

o homem duro, solitário porque não precisa de ninguém, impassível, viril a toda prova. Todos os homens, em determinada época, sonharam ser assim: uma besta sexual com as mulheres, mas que não se liga a nenhuma delas; um ser que só encontra seus congêneres masculinos na competição, na guerra ou no esporte. Em suma, o mais duro dos duros, um “mutilado de afeto”, feito mais para morrer do que para se casar e ninar bebês. (Badinter, 1992:134)

Atualmente, apesar da consciência cada vez maior da inexistência de tal supermacho (Nolasco, 1993, 1995, 1997, 2001), a imagem acima ainda é o ideal masculino, a representação da masculinidade hegemônica. “Ninguém duvida de que a masculinidade heterossexual tradicional comporta (...) aspectos positivos

(sic), como o *status*, o sucesso, a resistência, a independência ou a dominação dos homens adultos por outros homens, e suas relações sexuais com as mulheres" (Badinter, 1992:117). Esta imagem está ligada a uma visão essencialista de gênero (cf. capítulo 3), que atribui papéis fixos e diferenciados a homens e mulheres: o homem é "solitário e reservado quanto a suas experiências pessoais, ou então superficial e prático, orientado para agir e realizar atividades" (Nolasco, 1997:21), enquanto a mulher "tem as condições necessárias para gerenciar, com desenvoltura e habilidade, situações de forte tensão emocional" (Nolasco, 1997:22). Dentro de uma visão essencialista de gênero, o homem é construído socialmente para ser superior à mulher.

4.2 – Masculinidades: um conceito plural e fluido

O conceito de masculinidade utilizado neste trabalho é um conceito plural, em que a masculinidade hegemônica é apenas mais uma entre os vários tipos de masculinidades existentes (Moita Lopes, 1999). Por isso trabalho com uma visão não–essencialista de gênero, entendendo que diferentes masculinidades são construídas em diferentes contextos sociais e em diferentes épocas. Entendendo que identidades sociais são múltiplas (cf. seção 1.4), e reconhecendo a masculinidade como um dos aspectos da identidade social, as masculinidades também devem ser entendidas como sendo múltiplas, variando não só de acordo com contexto social e época, mas também com classe social, idade, raça, sexualidade, etc.

Como parte das identidades sociais de um indivíduo, as masculinidades também são fragmentadas, contraditórias e em fluxo (cf. seção 1.4). Fragmentadas porque dependem de vários aspectos (classe social, idade, raça, etc.), não apenas do sexo biológico; contraditórias porque, por serem múltiplas,

podem incorporar simultaneamente aspectos contraditórios (por exemplo, um homem pode ser casado com uma mulher e ter sexo casual com outro homem); e em fluxo porque identidades de gênero, assim como outras identidades sociais, não são fixas (um heterossexual convicto pode, com o passar do tempo e ao experimentar novas práticas sociais, passar a viver experiências homossexuais – como se verá na análise dos dados, no capítulo 6).

Seguindo uma visão não–essencialista, Beauvoir (1990:487) afirma que “ninguém nasce homem; as pessoas se tornam homem. Também a virilidade não é dada desde o início”. Ou seja, o homem se torna homem a partir de seu engajamento em diferentes práticas sociais e discursivas. E existem diferentes formas de se tornar homem, dependendo, mais uma vez, das práticas sociais e discursivas das quais os indivíduos participam. Entendendo o gênero como não–essencialista, não há um conceito único para masculinidade. Entretanto, qualquer conceito de masculino só existe em relação ao(s) conceito(s) de feminino. Uma das características da masculinidade hegemônica é deixar bem claro que ser homem é não ter características consideradas femininas (Badinter, 1992).

Como as masculinidades, enquanto parte das identidades sociais dos homens, estão sendo sempre construídas e reconstruídas no discurso através de práticas sociais (cf. seção 1.4), e nenhum homem possui uma única identidade masculina fixa, o homem passa a vida toda construindo sua masculinidade (Moita Lopes, 1999). Na ótica do senso comum (cf. seção 2.5) e da masculinidade hegemônica, estas masculinidades precisam também estar sempre negando o feminino (Badinter, 1992). Em outras palavras, o homem passa a vida toda tentando provar que é homem: " 'Ser um homem', segundo Norman Mailer, 'é a batalha sem fim de toda uma vida'. O homem peleja sempre contra si mesmo para jamais ceder à fraqueza e à passividade que estão sempre à sua espreita."

(Badinter, 1992:133). A construção da masculinidade, segundo Badinter (1992), envolve uma série de negativas: "Ser homem significa *não ser* feminino; *não ser* homossexual; *não ser* dócil, dependente ou submisso; *não ser* efeminado na aparência física ou nos gestos; *não ter* relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; *não ser* impotente com as mulheres" (Badinter, 1992:117). A construção da identidade masculina passa por uma *negação triplíce* (Badinter, 1992:34): o homem passa a sua vida toda tentando provar que ele não é um bebê (que depende da mãe), não é mulher e não é gay.

4.3 – Características da Masculinidade Hegemônica

Nesta constante construção de sua masculinidade, o homem está sempre se envolvendo em novas formas de provar sua masculinidade (Louro, 2000; Moita Lopes, 1999; Epstein & Johnson, 1998; Weeks, 1996/2000; Giddens, 1992; Badinter, 1992) – entendida aqui como masculinidade hegemônica. Uma dessas provas envolve fazer parte de um grupo. O homem precisa estar com outros homens para provar que é homem, pois fazer parte de um grupo masculino é uma forma de preservar a masculinidade hegemônica (Louro, 2000; Moita Lopes, 1999).

Embora a homofobia seja muitas vezes evidente em nossa sociedade, isso não impede que, em inúmeras situações e em distintas idades, meninos e homens constituam grupos extremamente "fechados" e os vivam de forma muito intensa. Equipes de futebol; parcerias de acampamentos, caçadas e pescarias; rodas de chope ou de jogos de carta e bilhar se constituem, freqüentemente, em redutos exclusivamente masculinos nos quais a presença de mulheres não é admitida. (Louro, 2000:28)

Estar com mulheres pode ser uma ameaça à masculinidade de um homem (por mais contraditório que isso possa parecer!!!!), pois não se identificar com a

identidade feminina é uma das maiores preocupações da vida de um homem que quer provar que "é homem" (Badinter, 1992). Além disso, estar com outros homens em grupo evita tentações homossexuais (Louro, 2000; Moita Lopes, 1999), pois a intimidade que poderia surgir a dois fica mais difícil em meio a um grupo.

[Em] fraternidades⁸ são vividas, muitas vezes, situações em que os corpos podem ser comparados, admirados e tocados, de formas "justificadas" e "legítimas". Nos banheiros e vestiários escolares, os garotos aprendem, desde cedo, a conviver com a nudez coletiva. (Louro, 2000:28)

No entanto:

a homofobia funciona como mais um importante obstáculo à expressão de intimidade entre homens. É preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o "macho". (Louro, 2000:28)

Na sua luta incessante para provar que é homem e se adequar ao conceito de masculinidade hegemônica, o homem deve desprezar os gays, estar sempre disposto para o sexo, gostar de esportes e ser racional (Louro, 2000; Moita Lopes, 1999; Epstein & Johnson, 1998; Weeks, 1996/2000; Badinter, 1992; Giddens, 1992). Desprezar os gays é condição *sine qua non* para um homem provar sua masculinidade (Moita Lopes, 1999; Weeks 1996/2000), pois os gays são a maior ameaça à masculinidade hegemônica, a prova de que existe uma forma de ser homem diferente da considerada socialmente normal. Segundo Weeks (1996/2000:76), a "mobilização conservadora acerca de questões sexuais" visa manter o status social dominante do homem, que vem se sentindo ameaçado

⁸ Uma fraternidade é uma organização formada por alunos do sexo masculino e que tem como objetivo principal promover festas e outros eventos sociais. Para fazer parte desse grupo, os alunos precisam passar por uma iniciação e alguns ritos, todos secretos (*Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language*).

pelas conquistas femininas e, principalmente, pelos gays, que não são considerados masculinos pelo senso comum. Reconhecer a homossexualidade seria, portanto, questionar a superioridade da masculinidade hegemônica e o poder exercido pelos homens na sociedade.

Estar sempre disposto para o sexo é outra exigência do conceito de masculinidade hegemônica (Moita Lopes, 1999; Giddens, 1992). Moita Lopes (1999) chama a atenção para os conceitos de discurso sexual naturalizado (Fairclough, 1992), ou senso comum (Linde, 1993), que colocam o desejo sexual incontrolável como parte da natureza do homem. Dentro deste discurso, um homem nunca pode recusar uma relação sexual, pois isso colocaria em dúvida a essência de sua masculinidade. Segundo Giddens (1992:19), a reputação dos rapazes depende das conquistas sexuais que podem realizar. “O apetite dos homens pelo sexo, com tantas parceiras quanto possível, (...) [é] uma característica definidora de sua masculinidade” (Giddens, 1992:79) – entendida aqui como masculinidade hegemônica. Enquanto para a mulher, ainda hoje, é considerada uma virtude recusar-se a sucumbir à tentação sexual (Giddens, 1992:16), “o homem dado a aventuras sexuais é com freqüência admirado, particularmente em meio a outros homens” (Giddens, 1992:92). A variedade sexual é considerada uma necessidade fisiológica para o homem, e aqueles que a buscam são positivamente apelidados de “garanhões” (Giddens, 1992:93):

os homens (...) têm sido tradicionalmente considerados – e não apenas por si próprios – como tendo necessidade de variedade sexual para a sua saúde física. Em geral têm sido aceitável o envolvimento dos homens em encontros sexuais múltiplos antes do casamento, e o padrão duplo após o casamento era um fenômeno muito real. (Giddens, 1992:16)

O interesse por esportes é mais uma condição para que um homem possa ser classificado como homem de acordo com o conceito de masculinidade

hegemônica (Louro, 2000, 1997; Moita Lopes, 1999; Epstein & Johnson, 1998; Badinter, 1992). Para Moita Lopes (1999), praticar esportes pode ser entendido como uma forma de estar com outros homens – formação de grupos masculinos – longe das mulheres, reafirmando não só a masculinidade de cada um dos participantes daquele esporte como também o conceito de masculinidade hegemônica como um todo, que despreza a mistura entre homens e mulheres. A prática de esportes está também associada ao desenvolvimento da força física (Moita Lopes, 1999), uma característica que deve ser visível no corpo do homem para reforçar e reafirmar sua masculinidade (cf. seções 1.5 e 3.1).

Finalmente, em um projeto de masculinidade hegemônica o homem deve ainda ser racional (Moita Lopes, 1999; Giddens, 1992), em oposição à mulher, que é emotiva. Mais uma vez com base nos conceitos de Fairclough (1992) e Linde (1993) para naturalização e senso comum, respectivamente, notamos que é socialmente aceito dizer-se que o homem é mais racional e prático, enquanto se diz que a mulher é mais emocional – ou até mesmo que a mulher não é racional: “as mulheres são seres emotivos, caprichosos, cujos processos de pensamento não caminham por linhas racionais” (Giddens, 1992:17). O homem “de verdade”, segundo Louro (2000:22), deve ser “ponderado, provavelmente contido na expressão de seus sentimentos. Conseqüentemente, podemos supor que a expressão de emoções e o arrebatamento seriam considerados, em contraponto, características femininas”. Um homem, portanto, segundo Badinter (1992), não quer ser identificado com nada que lembre o feminino – e essa conseqüente fragilidade. Para Louro (2000:22), apesar da existência de laços estreitos de amizade entre alguns homens, “o culto a uma espécie de ‘insensibilidade’ ou dureza” parece ser mais forte do que as relações de amizade. “Nas suas relações de amizade [dos homens], podem ser acentuadas a camaradagem e a lealdade;

no entanto, são mais ou menos freqüentes os obstáculos culturais à intimidade e à troca de confidências entre eles” (Louro, 2000:23). Um desses obstáculos parece ser a competição ao qual os meninos são expostos e cobrados desde cedo:

a competição, no entanto, que é freqüentemente enfatizada na formação masculina, parece dificultar que os meninos e jovens “se abram” com seus colegas, expondo suas dificuldades e fraquezas. Para um garoto (mais do que para uma garota) tornar-se um adulto bem-sucedido implica vencer, ser o melhor ou, pelo menos, ser “muito bom” em alguma área. (Louro, 2000:23)

Todo esse esforço do homem para provar que ele é homem começa na adolescência, quando as pessoas começam a compreender seus papéis no mundo social, e os meninos começam a assimilar os discursos da masculinidade hegemônica (Moita Lopes, 1999). A adolescência é considerada o período natural para o desenvolvimento da sexualidade (Lacerda & Lacerda, 1998; Tiba, 1997; Paiva, 1996; Erickson, 1962, 1969 apud Linde, 1993) – embora não seja o único momento da vida em que a construção de identidades sexuais ocorra (cf. seção 1.6). Espera-se que a sexualidade surja naturalmente na adolescência e aceita-se que os jovens tenham vida sexual ativa, embora com papéis diferenciados (Paiva, 1996): os garotos não devem resistir à oportunidade de fazer sexo, enquanto as garotas devem cuidar dos métodos anticoncepcionais. O sexo é considerado natural na adolescência, contanto que seja heterossexual e não-reprodutivo (Paiva, 1996).

4.4 – Masculinidade Hegemônica e Prestígio Social

Um último ponto para o qual gostaria de chamar a atenção aqui é o esforço empenhado pela sociedade para reforçar e perpetuar a masculinidade

hegemônica como a única forma de masculinidade aceitável, por ser a única forma natural de masculinidade (Moita Lopes, 1999). Se a heterossexualidade fosse natural, a escola, por exemplo, entre outras instituições (como a família, no caso dessa pesquisa), não precisaria reforçá-la, negando e encobrendo outras formas de masculinidades (Moita Lopes, 1999; Louro, 1997; Mac an Ghail, 1995). No entanto, a escola desempenha um forte papel no controle da sexualidade de todos que por ela passam (Epstein & Johnson, 1998; Louro, 1997).

Como resultado desse controle generalizado que se espalha por toda a sociedade, o que se espera das pessoas é que elas devam se controlar para não agir fora da norma. As pessoas (neste caso, os homens), estão sempre em "uma eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo" (Damatta, 1997:37). Ao se procurar controlar as pessoas, esquece-se de que essas pessoas possuem identidades sociais múltiplas, e que a masculinidade é parte destas identidades sociais. Gênero e sexualidade certamente fazem parte de qualquer projeto de masculinidade, assim como outros aspectos da identidade social (classe social, idade, raça) que com certeza influenciam na (re)construção da(s) masculinidade(s).

Entretanto, a chamada condição de garanhão dá ao homem não apenas prestígio sexual dentre os demais homens, mas, principalmente, legitima o exercício do poder (Giddens, 1992:97). Este homem, um típico representante da masculinidade hegemônica, tem não apenas prestígio social, mas também legitimidade social para exercer o poder. Por outro lado, homens que não se adequem a esse perfil são submetidos ao poder dos demais – os dominantes, os socialmente aceitos.

CAPÍTULO 5

Metodologia e Contexto de Pesquisa

5.1 – Paradigma de Pesquisa Interpretativista

Conforme indicado no título do trabalho, essa pesquisa faz um estudo da construção social das identidades masculinas através do discurso. Para isso, faço um estudo de caso em que analiso as narrativas de histórias de vida do meu sujeito de pesquisa. O estudo segue o paradigma interpretativista, pois estou interessado no processo de construção e reconstrução de identidades (masculinas) de um homem ao longo de sua vida. Para alcançar esse objetivo, trabalho com a interpretação de dados obtidos através da interação entre pesquisador e sujeito de pesquisa.

Até bem pouco tempo, a abordagem quantitativa ainda era considerada a única forma de se fazer pesquisa. “Durante muito tempo se acreditou na possibilidade de decompor os fenômenos (...) em suas variáveis básicas, cujo estudo analítico, e se possível quantitativo, levaria ao conhecimento total desses fenômenos” (Lüdke & André, 1986:3). Para ter *validade* (Nunan, 1992), uma pesquisa deveria trabalhar com dados estatísticos, que pudessem comprovar (ou rejeitar) a tese proposta. Além disso, a pesquisa deveria ser passível de generalização, ou seja, o resultado obtido em uma amostragem deveria ser generalizado para toda a população (Nunan, 1992). Seguindo esta tradição, “a ciência’ é definida como a busca por leis gerais através da aplicação de métodos experimentais e quantitativos” (Mishler, 1999:9).

Contudo, alguns pesquisadores começaram a questionar a validade de pesquisas quantitativas em certas áreas do conhecimento, como as Ciências

Humanas e Sociais. Ao se trabalhar com linguagem e comportamento humano, como é possível isolar variáveis? Podem a linguagem e o comportamento humano serem tratados de forma quantitativa e analisados estatisticamente? A resposta é não, pois não são iguais em diferentes culturas e diferentes momentos históricos (Mishler, 1999). Surge então uma nova forma de fazer pesquisa que atenda à essas necessidades: a pesquisa qualitativa. Lüdke e André (1986:11-13) citam Bogdan & Biklen (1982) ao apresentarem cinco características básicas que configuram uma pesquisa qualitativa:

1. o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento de coleta de dados;
2. os dados coletados devem ser predominantemente descritivos;
3. maior preocupação com o processo do que com o produto;
4. o pesquisador dá atenção especial aos significados construídos pelos sujeitos de pesquisa;
5. a análise dos dados deve seguir um processo predominantemente indutivo, ou seja, não há uma hipótese definida *a priori*, pois o foco do pesquisador vai ficando mais preciso à medida que ele interpreta os dados.

Em uma pesquisa qualitativa, os dados coletados são interpretados à luz de bases teóricas existentes na área, e não agrupados em categorias para serem tratados estatisticamente. Quando a principal fonte de dados é o ser humano, o que ocorre na área das Ciências Sociais, não faz sentido trabalhar com dados estatísticos apenas, pois não há como agrupar diferentes seres humanos, caracterizados por sua diversidade e pertencentes a diferentes realidades sociais, em categorias homogêneas. Segundo Moita Lopes (1994:331):

a natureza do mundo social é de tal ordem que é necessário que se descubram meios adequados à produção científica nas Ciências Sociais (...). O que é específico, no mundo

social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem (sic), que interpreta e reinterpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.

Trabalhando-se com diversas realidades, não é possível agrupar dados e trabalhá-los de forma homogênea, como propõe a pesquisa quantitativa. Além da individualidade que caracteriza o ser humano, cada um constitui uma realidade própria dentro de determinado contexto. Ou seja, além de um ser humano nunca ser igual a outro, o mesmo ser humano ainda pode constituir realidades diferentes dependendo do contexto em que esteja inserido em um determinado momento. Conforme indicado por Moita Lopes (1994:332), “os múltiplos significados que constituem as realidades só são passíveis de interpretação”. O pesquisador deve dar atenção à pluralidade de vozes existente no mundo social (cf. seção 1.2) e basear sua interpretação nos diversos significados construídos por seus sujeitos durante a investigação:

(...) a investigação nas Ciências Sociais tem que dar conta da pluralidade de vozes em ação no mundo social e considerar que isso envolve questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. Na posição interpretativista, não é possível ignorar a visão dos participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, já que é esta que o determina: o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem (sic). [Portanto,] o acesso ao fato deve ser feito de forma indireta através da interpretação dos vários significados que o constituem. (Moita Lopes, 1994:331)

A pesquisa interpretativista, é, portanto, a mais indicada para investigar o processo de construção social da identidade masculina, pois leva em consideração o mundo social em que os sujeitos de pesquisa estão inseridos. Neste mundo social, os significados são constituídos por pessoas, que interpretam e reinterpretam o mundo a sua volta (Moita Lopes, 1994).

Para conduzir essa pesquisa, duas tradições de pesquisa serão utilizadas dentro das premissas do paradigma interpretativista: o estudo de caso e a metodologia de histórias de vida. Acredito, desta forma, estar seguindo os passos de uma pesquisa interpretativista, pois o uso destas tradições “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (Lüdke & André, 1986:13). O trabalho a que me proponho realizar não poderia jamais seguir um outro caminho: os resultados não satisfariam aos meus objetivos.

5.2 – O Estudo de Caso

Talvez a grande controvérsia existente em torno do estudo de caso ser ou não uma metodologia de pesquisa resida no fato do termo "estudo de caso" em si não definir os procedimentos a serem adotados durante a pesquisa para a coleta e análise de dados, nem quais os instrumentos a serem utilizados para tal (Nunan, 1992). O termo *estudo de caso* indica como e por que uma pesquisa será feita, mas a forma como os dados serão coletados e analisados, e os instrumentos que deverão ser utilizados na coleta, dependerão do tema da pesquisa (Nunan, 1992). Segundo Nunan (1992), não existe um modelo padrão que todos os estudos de caso devam seguir. Ou seja, nem todos os estudos de caso são conduzidos da mesma forma, e, se fossem, os resultados seriam desastrosos, pois não se pode adotar o mesmo procedimento para coleta e análise de dados independentemente do tema da pesquisa.

Citando Adelman, Jenkins & Kemmis (1976), Nunan (1992:74) afirma que "*estudo de caso* não é um termo para designar um pacote metodológico padrão". E acrescenta: "Do ponto de vista metodológico, o estudo de caso é um híbrido

que mistura diversos métodos de coleta e análise de dados; não é restrito a um único procedimento" (Nunan, 1992:74). No caso deste trabalho, temos um estudo de caso que utiliza a metodologia de histórias de vida.

O que caracteriza um estudo de caso é o fato de o universo de pesquisa ser limitado a uma única unidade (Lüdke & André, 1986). "O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus controles claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular" (Lüdke & André, 1986:17). O objetivo do estudo de caso é observar as características de uma unidade individual – uma pessoa, uma situação – e investigar a fundo e analisar cuidadosa e detalhadamente cada faceta desta unidade, com o intuito de fazer generalizações sobre a população à qual esta unidade pertence (Cohen & Manion, 1985 apud Nunan, 1992) – a questão das generalizações será, porém, tratada com mais cuidado mais adiante. Estudos de caso podem buscar mais evidências e estudar mais a fundo um determinado tópico do que as chamadas "pesquisas tradicionais", mesmo que elas tenham um foco específico. O estudo de caso é uma forma de investigar algo com mais detalhes. Nunan (1992:79) define um caso como uma única ocorrência de um evento, e um estudo de caso como uma investigação desta única ocorrência no contexto em que ela ocorre.

Lüdke & André (1986:18-20) relacionam uma série de características fundamentais que um estudo de caso deve possuir. Dentre as idéias das autoras, destaco as seguintes:

- enfatizar a "interpretação em contexto";
- retratar a realidade de forma completa e profunda;
- usar uma variedade de fontes de informação;

- revelar experiências e permitir generalizações naturalísticas – os dados do estudo, associados a outros dados de outros estudos, outras pesquisas, ou simplesmente de experiências pessoais, podem permitir que algum tipo de generalização seja eventualmente feita;
- representar os diferentes, e às vezes conflitantes, pontos-de-vista presentes em uma situação social;

As autoras ressaltam ainda que os estudos de caso possuem linguagem e forma mais acessível do que outras formas de pesquisa.

Tais características podem ser consideradas a essência de um estudo de caso. Contudo, complementando a relação acima, cabe ainda mencionar outros pontos adicionais citados por Hitchcock & Hughes (1995:317) na caracterização de um estudo de caso:

- preocupação com uma descrição rica dos eventos no caso;
- narrativa cronológica dos eventos no caso;
- debate interno entre a descrição dos eventos e sua análise;
- foco em determinado(s) participante(s) e suas percepções;
- foco em eventos particulares no caso;
- envolvimento do pesquisador no caso;
- uma forma de apresentação do caso que capte a riqueza da situação.

Entretanto, nem todos os pesquisadores concordam que o estudo de caso seja uma forma de fazer pesquisa. A principal crítica ao estudo de caso é a sua validade externa, ou seja, a maior dificuldade enfrentada pelo estudo de caso é o argumento de que não se podem fazer generalizações a partir de um estudo de caso para a elaboração de teorias.

Tal argumentação encontra bastante adeptos entre os pesquisadores positivistas, mas não entre os interpretativistas. Embora o estudo de um caso seja

apenas um fato isolado, a generalização buscada pelo estudo de caso na pesquisa interpretativista é bem diferente da generalização intencionada pela pesquisa positivista. O modelo positivista de "hipótese, coleta e verificação" ignora o fato de que no campo das Ciências Sociais há uma preocupação com o indivíduo (Donmoyer, 1990 apud Hitchcock & Hughes, 1995). Diferentemente do que ocorre no modelo positivista, as generalizações do modelo interpretativista não são feitas a partir de um caso isolado, mas de um conjunto de vários casos estudados, formando portanto um corpo teórico que permita fazer generalizações.

Segundo Stake (1988 apud Nunan, 1992), em um estudo de caso o importante é estudar aquele caso em particular, mas em *outras pesquisas* o importante é generalizar. Ao se referir a *outras pesquisas*, Stake (1988 apud Nunan, 1992) provavelmente refere-se à pesquisa de natureza positivista, pois podemos dizer que pesquisas interpretativistas são grandes estudos de caso, pois nela são estudados contextos específicos. Ao fazer pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada, minha maior preocupação é estudar um contexto específico. Segundo Hitchcock & Hughes (1995), o pesquisador que opta por este tipo de pesquisa reconhece os limites do seu contexto e reconhece a validade da sua pesquisa dentro daquele contexto estudado, sem a menor intenção de haver elaborado uma teoria que sirva para outros contextos – muito menos para todo e qualquer contexto, como é o caso da pesquisa positivista. No entanto, o conjunto de várias pesquisas interpretativistas sobre o mesmo tema em diferentes contextos pode eventualmente levar à elaboração de uma teoria (Hitchcock & Hughes, 1995).

Será que o mesmo não pode ser dito sobre o estudo de caso? Uma série de estudos de caso sobre o mesmo tema e em diferentes contextos não pode também levar à elaboração de uma teoria? Schofield (1990 apud Hitchcock &

Hughes, 1995) acredita que sim. Segundo esse pesquisador, uma certa generalização é possível se a pesquisa for conduzida com essa intenção em mente. A situação estudada no estudo de caso pode ser útil para se aplicar seus conceitos e conclusões em outras situações. Tais generalizações dependem da riqueza e consistência dos dados, além do contexto estudado.

Mesmo os que não concordam com a possibilidade de generalização do estudo de caso reconhecem a sua importância, como é o caso de Adelman, Jenkins & Kemmis (1976:140), citado em Nunan (1992:74-75):

Os entendimentos gerados por estudos de caso são significativos por si só. É incerto argumentar que o acúmulo de estudos de caso permite a construção de uma teoria (...) [via] o acúmulo de casos particulares. Mas as generalizações produzidas no estudo de caso não são menos válidas se forem feitas sobre o caso particular, e não sobre a situação de onde o caso particular foi pinçado (por exemplo, generalizar sobre o caso, em vez de generalizar a partir do caso).

Contudo, Adelman, Jenkins & Kemmis (1976:149 apud Nunan, 1992:78) enumeram algumas vantagens do estudo de caso, dentre as quais destaco:

- estuda um contexto real bem específico;
- permite uma possível generalização a partir de um caso (como também acredita Schofield (1990 apud Hitchcock & Hughes, 1995), conforme visto anteriormente);
- o material pode ser reinterpretado em pesquisas futuras;
- *insights* alcançados pelo estudo de caso podem ser colocados em prática imediatamente.

Donmoyer (1990 apud Hitchcock & Hughes, 1995) acrescenta ainda duas outras vantagens do estudo de caso: o acesso a situações que nem todos podem experimentar e um panorama da realidade vista pelos olhos de outras pessoas.

Estudos de casos são oportunidades de trabalhar com situações específicas, em que às vezes não é fácil encontrar um universo muito grande para pesquisa. Além disso, ao fazer um estudo de caso, podemos dizer que o pesquisador e os leitores da pesquisa têm a oportunidade de vivenciar uma realidade diferente da sua.

Uma solução para o problema da validade do estudo de caso é a triangulação dos dados (Nunan, 1992; Hitchcock & Hughes, 1995; Lüdke & André, 1986). Coletar dados em diferentes fontes, situações ou momentos e triangulá-los diminui as chances de o pesquisador tirar conclusões equivocadas, pois ele tem a chance de cruzar e checar as informações obtidas. O problema de se ter apenas um caso particular na pesquisa é atenuado quando o pesquisador olha os dados de diferentes ângulos, o que lhe permitirá conclusões sólidas, pois poderá constatar uma certa freqüência na ocorrência de um determinado comportamento nos dados (Lüdke & André, 1986).

No caso de análise de narrativas de histórias de vida, como é o caso deste trabalho, este problema não existe, pois não interessa ao pesquisador verificar se as histórias contadas pelo sujeito de pesquisa são verdadeiras ou não (Mishler, 1999; Linde, 1993). O que interessa, nessa pesquisa, é que, ao contar histórias, o sujeito está se construindo discursivamente. Ou seja, o sujeito está construindo identidades sociais através das práticas discursivas em que está engajado (cf. seção 1.4) – sejam as histórias que conta verdadeiras ou não. Tais histórias, mesmo que irreais, possuem algo de real para ele (Harré & Langenhove, 1998:70). Mesmo assim, esse estudo faz uma tentativa de triangulação, como será explicado na seção 5.3.3 abaixo.

5.3 – Metodologia de Pesquisa

5.3.1 – As Narrativas de História de Vida

Conforme visto na seção anterior, o estudo de caso não é um procedimento metodológico único. Na verdade, ele é apenas o desenho da pesquisa. Os instrumentos para a coleta de dados e a forma como o trabalho deve ser conduzido são determinados pela metodologia de pesquisa, que varia de acordo com os objetivos do trabalho. Neste caso, a metodologia adotada é a metodologia das histórias de vida, pois trata-se de um estudo de caso centrado em histórias de vida coletadas através de entrevistas.

De acordo com Linde (1993:51), e conforme já visto anteriormente, histórias de vida são "unidades temporalmente descontínuas contadas em várias ocasiões e alteradas para se adequar a ocasiões específicas da fala, assim como a interlocutores específicos, e para refletir mudanças de longo prazo na situação, nos valores, no entendimento, e (conseqüentemente) nas práticas discursivas do falante". Ou simplesmente, como colocam Hitchcock & Hughes (1995:187), "histórias de vida são histórias ou narrativas que trazem de volta eventos passados na vida de uma pessoa".

Embora não seja um dos métodos mais tradicionais, o estudo de histórias de vida é certamente uma metodologia de pesquisa (Hitchcock & Hughes, 1995). Quando o objeto de estudo é a construção da identidade social de uma pessoa, por exemplo, uma das metodologias de pesquisa pertinentes é a de histórias de vida, em que o sujeito de pesquisa conta suas histórias de vida ao pesquisador. Conforme já visto no capítulo 2, é através destas histórias que as pessoas se constroem socialmente:

através de suas narrativas, as pessoas têm a possibilidade de ir do texto às possibilidades de ação. Ou seja, elas

têm o poder não só de mostrar sua própria voz e contar sua própria história, mas também de agir de acordo com seus próprios interesses. (Mishler, 1986:119)

Estas narrativas – as histórias – são os dados a serem analisados pelo pesquisador. A análise de narrativas de história de vida vai além da simples apresentação e reconstrução de fatos na vida da pessoa – ela permite a interpretação destes fatos (Hitchcock & Hughes, 1995). “A metodologia das histórias de vida permite uma apreciação mais profunda de experiências passadas, à luz do presente, e é uma forma de encarar e desafiar o futuro” (Hitchcock & Hughes, 1995:186). Como a narrativa está ligada a experiências pessoais, ela pode ser considerada uma representação de uma ocorrência verdadeira (Mishler, 1986). Mesmo que a história contada não seja verdadeira, o fato do narrador tê-la contado como tal demonstra seu desejo de fazer com que ela construa significados para si e para sua vida. “Contar histórias é uma maneira significativa de os indivíduos darem significado e expressarem seu entendimento a respeito de suas experiências” (Mishler, 1986:75), mesmo experiências não vividas – mas que adquiram significados ao serem contadas, pois o narrador está se construindo socialmente.

Hitchcock & Hughes (1995) comparam a metodologia de histórias de vida à introspecção. Em ambas as metodologias, os sujeitos de pesquisa são solicitados a “refletir sobre o passado e olhar novamente para suas próprias vidas e experiências de forma introspectiva e subjetiva” (Hitchcock & Hughes, 1995:192). Na introspecção pede-se que o sujeito relate experiências – presentes ou passadas – e então reflita sobre elas. Na história de vida o procedimento é basicamente o mesmo, com a única diferença de que o sujeito tem de evocar suas memórias e relatar eventos passados, sobre os quais refletirá a seguir

juntamente com o pesquisador. Assim como na introspecção, na história de vida o pesquisador acompanha o processo mental do sujeito de pesquisa.

Histórias de vida são construídas conjuntamente com o narrador e o pesquisador (Hitchcock & Hughes, 1995); este também participa da construção das histórias do narrador ao interagir com ele. Histórias de vida são, portanto, “um exercício altamente interativo e colaborativo baseado em entendimento, empatia, confiança e afinidade mútuos, além de certas percepções compartilhadas” (Hitchcock & Hughes, 1995:193).

Por esta razão, um pesquisador não pode analisar de maneira satisfatória histórias que não tenha coletado pessoalmente, nem histórias editadas, pois estas duas situações colocariam o pesquisador em uma posição de não ter como esclarecer as dúvidas que certamente surgirão durante a análise de dados (Hitchcock & Hughes, 1995; Lüdke & André, 1986). Por se tratar de uma pesquisa interpretativista, que não tem o intuito de classificar e quantificar dados, e, sim, analisá-los, não podemos ter a situação – possível em uma pesquisa quantitativa – de um pesquisador trabalhar dados coletados por outra pessoa – que não precisa nem mesmo ser necessariamente um pesquisador (Hitchcock & Hughes, 1995).

Enquanto a pesquisa quantitativa acredita que os dados carregam significados por si só, a pesquisa qualitativa busca a construção do significado através da interação (Lüdke & André, 1986). É por isso que um dos pré-requisitos fundamentais para esta pesquisa é que o próprio pesquisador colete os dados e tenha contato com seus sujeitos de pesquisa. Como o próprio nome indica, eles são *sujeitos* de pesquisa, não *objetos* de pesquisa; ou seja, não existem por si só, estão sempre atrelados a um determinado contexto (Lüdke & André, 1986).

Hitchcock & Hughes (1995:198) propõem algumas medidas que podem ser tomadas pelo pesquisador a fim de ajudá-lo a interpretar os fatos narrados, tais como: considerar a relação entre o pesquisador e o sujeito, ou seja, como o narrador se posiciona para o pesquisador (cf. capítulo 2); e comparar fatos narrados com dados de outra procedência, com o objetivo de triangulá-los e interpretá-los com maior segurança (cf. seção 5.3.3 abaixo).

Uma das críticas em relação à metodologia das histórias de vida é o fato de que o pesquisador não tem outra alternativa a não ser acreditar que as narrativas de seu sujeito sejam verdadeiras. Apesar de isto não ser um problema, pois o que interessa é a forma como o narrador constrói discursivamente a sua história (cf. seção 5.2 – último parágrafo), o pesquisador deve, sempre que possível, fazer uso da triangulação dos dados. Desta forma, os relatos do sujeito não são os únicos dados a serem analisados pelo pesquisador; este deve fazer uso também de outros instrumentos de pesquisa para checar sua interpretação dos dados e, assim, não tirar conclusões equivocadas. Na ausência da possibilidade de analisarem-se diários do sujeito, o pesquisador pode marcar outras entrevistas a fim de esclarecer possíveis dúvidas e solidificar suas conclusões.

É importante, no entanto, ressaltar que o trabalho do pesquisador é analisar como o indivíduo constrói sua identidade social através do discurso, ou seja, como as histórias que ele conta contribuem para a construção de sua identidade social. Se o sujeito opta por inventar histórias, ele tem um motivo para tal. Através de seu discurso mentiroso, ele está buscando sinalizar algo. Este sujeito não deixa de construir identidades sociais por estar mentindo. Sua fantasia reflete algo sobre as identidades sociais que está construindo. Para o pesquisador, o que interessa é que o sujeito se constrói daquela forma.

Um último ponto para o qual gostaria de chamar à atenção é a elaboração de teorias a partir de histórias de vida. Assim como no estudo de caso (Schofield, 1990 apud Hitchcock & Hughes, 1995), uma forma de validar os resultados da pesquisa de história de vida é comparar uma série de histórias de vida em diferentes contextos e, a partir daí, ver se é possível chegar a conclusões mais generalizadas e até mesmo elaborar uma teoria.

5.3.2 – As Entrevistas de História de Vida

Em uma pesquisa cuja metodologia utilizada seja a história de vida, os dados a serem analisados serão, obviamente, experiências pessoais. Para a coleta de experiências pessoais, o instrumento mais adequado são as entrevistas (Mishler, 1986). São chamadas aqui de "entrevistas de história de vida".

Uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. (Lüdke & André, 1986:34)

As entrevistas podem ser de três tipos: estruturadas, semi-estruturadas e não-estruturadas (Nunan, 1992; Hitchcock & Hughes, 1995; Lüdke & André, 1986). A entrevista estruturada é uma entrevista rígida, em que há um grande controle por parte do entrevistador (Hitchcock & Hughes, 1995). O entrevistador tem uma agenda a cumprir, com perguntas previamente preparadas e em momento algum foge a esta agenda. As perguntas são diretas e pressupõem respostas também diretas e objetivas. Segundo Lüdke & André (1986:33), neste tipo de entrevista “podemos flagrar freqüentemente a inabilidade de um entrevistador que antecipa e força a resposta do informante, através da própria pergunta, quase não deixando margem de liberdade de resposta, a não ser a própria confirmação”.

Por ser tão rígida, qualquer pessoa pode conduzir uma entrevista deste tipo, não necessariamente o próprio pesquisador (Hitchcock & Hughes, 1995:155). Além disso, pesquisadores que utilizam este tipo de entrevista acreditam que as respostas para as perguntas formuladas podem trazer todo o tipo de informação necessária ao andamento da pesquisa, pois não abre espaço para qualquer outra manifestação por parte do entrevistado – e quando tais manifestações ocorrem, são muitas vezes dispensadas, por serem consideradas irrelevantes para a pesquisa. Ao acreditar que respostas por si são suficientes para uma análise satisfatória, ignora-se o contexto destas respostas (Mishler, 1986), dando-se importância exclusivamente para *o que* foi dito, não importando *quem* disse, *quando*, *onde*, *como* e *por quê*.

A entrevista semi-estruturada, por sua vez, permite maior flexibilidade por parte do entrevistador ao conduzir sua entrevista (Hitchcock & Hughes, 1995). Este tipo de entrevista é organizada acerca de algumas perguntas principais, a “espinha dorsal” da entrevista, e permite que o entrevistador conduza suas perguntas de acordo com as respostas do entrevistado, mas sem fugir à sua “espinha dorsal” (Lüdke & André, 1986). Neste tipo de entrevista, o entrevistado tem mais espaço para se expressar e tudo o que ele diz é relevante para o entrevistador, que, no entanto, conduz a entrevista de forma a obter conclusões para a sua pesquisa (Hitchcock & Hughes, 1995). Seguindo esta estrutura, duas entrevistas, mesmo que para a mesma pesquisa, nunca são iguais, diferentemente da entrevista estruturada (Lüdke & André, 1986). O contexto também assume um papel aqui, pois será um dos responsáveis pelo rumo a ser tomado pela entrevista (Lüdke & André, 1986; Mishler, 1986).

A entrevista não-estruturada, apesar do nome, não é uma entrevista desestruturada. Ela requer algum tipo de preparação (Hitchcock & Hughes, 1995),

na qual o pesquisador estabelece alguns pontos principais que, a princípio, devem ser cobertos na entrevista. No entanto, o fluxo da entrevista segue como que em uma conversa, um “diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (Lüdke & André, 1986:34), sem uma seqüência fixa a ser seguida pelo entrevistador e dando o máximo de liberdade para que o entrevistado responda às perguntas da forma como se sinta mais à vontade:

(...) a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica. (Lüdke & André, 1986:33-34)

Apesar de toda esta liberdade, o entrevistador deve ter em mente o ponto onde espera chegar.

Ao contrário da entrevista estruturada, que pode ser aplicada por qualquer pessoa, as entrevistas semi-estruturada e não-estruturada só podem ser aplicadas pelo próprio pesquisador, pois, ao escolher as perguntas adequadas àquele contexto, ele já está, de certa forma, começando a interpretar os dados – ou, pelo menos, esboçando uma linha de interpretação a ser seguida. Mishler (1986) compara a entrevista estruturada ao padrão comportamentalista de estímulo-resposta, que não permite que o discurso do entrevistado se afaste muito das perguntas elaboradas. Ressalta ainda que as entrevistas semi-estruturada e não-estruturada, por darem mais voz ao entrevistado, permitindo que este tenha “maior controle sobre os processos através dos quais suas palavras adquirem significado” (Mishler, 1986:118), diminuem a assimetria e a

hierarquia (Lüdke & André, 1986) presentes no padrão tradicional (entrevista estruturada).

A entrevista de história de vida é considerada não-estruturada (Hitchcock & Hughes, 1995), pois, deve ser como uma conversa, dando liberdade para que o entrevistado conte suas narrativas da forma que achar melhor. Para reforçar este ponto, Hitchcock & Hughes (1995:193) citam Whyte (1982:27):

uma boa entrevista de pesquisa é estruturada em termos do problema de pesquisa. A estrutura da entrevista não é fixada por perguntas pré-determinadas, como em um questionário, mas é designada para dar ao entrevistado a liberdade de introduzir dados não imaginados pelo entrevistador.

Uma entrevista de história de vida deve ainda, segundo Mishler (1986:37), não ser iniciada por uma pergunta fechada, mas por uma “pergunta-texto”. Na verdade, em vez de simplesmente lançar uma pergunta, o entrevistador conta uma narrativa. Esta narrativa esclarece um pouco mais a natureza da conversa-entrevista e deixa o entrevistado à vontade para fazer aquilo que se espera dele: contar histórias – aquelas que queira e da forma que queira – sobre o assunto introduzido pela narrativa do entrevistador (Mishler, 1986).

O objetivo da entrevista de história de vida é elicitare narrativas e retrabalhá-las juntamente com o pesquisador; significados são obtidos através do discurso construído via uma “entrevista dialogicamente estruturada” (Mishler, 1999:86). Trata-se de uma produção dialógica (Mishler, 1999) em que entrevistado e entrevistador constroem conjuntamente as narrativas de história de vida do entrevistado:

uma entrevista é uma produção conjunta sobre o que e como entrevistado e entrevistador conversam. O registro de uma entrevista feita pelo pesquisador e posteriormente utilizada no seu trabalho de interpretação é uma representação desta conversa. (Mishler, 1986: vii)

A entrevista deve ser entendida como uma forma de discurso e, como tal, entrevistado e entrevistador constroem em conjunto significados contextualizados para as perguntas e respostas (Mishler, 1986). Em uma entrevista deste tipo, em que não há um roteiro fixo ou rígido de perguntas a serem seguidas, o entrevistador direciona as perguntas conforme o andamento da entrevista (Hitchcock & Hughes, 1995), ou seja, conforme certos contextos e significados vão surgindo. Desta forma, assim como que em qualquer outra forma de discurso, os participantes de uma entrevista também negociam significados:

(...) o discurso da entrevista é construído conjuntamente pelo entrevistador e pelo entrevistado. (...) tanto perguntas quanto respostas são formuladas no, desenvolvidas através do e moldadas pelo discurso entre entrevistado e entrevistador. (...) o entendimento adequado de uma entrevista depende do reconhecimento de como o entrevistador reformula suas perguntas e de como o entrevistado formula suas respostas em termos de seu entendimento mútuo e à medida que significados vão surgindo ao longo da entrevista. (Mishler, 1986:52)

Segundo Mishler (1986:ix), uma entrevista como esta que proponho neste trabalho deve conter quatro pressupostos básicos: (1) ser um evento de fala⁹; (2) ser construída conjuntamente por entrevistador e entrevistado; (3) sua análise e interpretação devem ser baseadas em teorias do discurso; (4) os significados das perguntas e respostas são sempre contextualizados. Estes quatro pressupostos resumem a teoria do discurso que está por trás deste trabalho (cf. capítulo 1), segundo a qual um enunciado é sempre um evento de fala, negociado conjuntamente para chegar-se à construção de significados contextualizados. As narrativas elicitadas em uma entrevista de história de vida não são meros enunciados, mas eventos de fala negociados entre entrevistado e entrevistador e que adquirem significados que variam de acordo com o contexto em que a

⁹ O conceito de *evento de fala* utilizado aqui equivale ao que Gumperz (1982) chamou de *atividade de fala* (*speech activity*): um conjunto de relações sociais com um objetivo comunicativo.

história, os participantes da história, a entrevista, e os participantes da entrevista estejam inseridos.

Histórias trazem possibilidades de coleta de dados que vão além das perguntas–respostas da entrevista tradicional. Segundo Mishler (1986), um pressuposto geral da análise de narrativas é que contar histórias é uma das formas mais significativas de as pessoas construírem e expressarem significados. Narrativas pessoais são, segundo Cohler (1982 apud Mishler, 1986:68), "a forma mais consistente de interpretação de como o passado é entendido no presente, de como o presente é vivido, e de como se espera viver o futuro".

Se, contudo, as narrativas de história de vida conseguidas em entrevistas não–estruturadas não forem suficientes para a análise satisfatória dos dados, o pesquisador pode ainda chamar novamente seu sujeito para uma outra entrevista mais estruturada (ou mais de uma entrevista) para checar alguns dados e conferir eventuais dúvidas. Na verdade, uma entrevista semi-estruturada nesta fase de “checagem” seria o ideal, pois mesmo se tratando de entrevistas com objetivos bem específicos, é importante sempre dar espaço para as narrativas de história de vida do pesquisado, não apenas seguir um padrão estruturado de perguntas e respostas.

5.3.3 – Instrumentos para Coleta de Dados

Para coletar os dados deste trabalho, ou seja, as experiências pessoais do meu sujeito de pesquisa, utilizei como instrumentos de pesquisa duas entrevistas, uma não–estruturada e uma semi–estruturada, ambas gravadas em áudio, e notas de campo tomadas durante as duas entrevistas. Além disso, utilizei um diário pessoal seu como instrumento de triangulação.

Para triangular os dados, ou seja, para reforçar minha interpretação dos dados, consultei seu diário pessoal, escrito entre 1989 e 1991 (momento de sua transição de uma masculinidade hegemônica para uma masculinidade subalterna) – na verdade, uma agenda que manteve por vários anos, onde ele não só anotava seus compromissos escolares, mas também falava sobre seu relacionamento com seu primeiro namorado, e onde este também lhe escrevia bilhetes. Como tal diário só começou a ser escrito na época em que começou a viver masculinidades homossexuais, só tenho como triangular as histórias dessa época de sua vida.

Primeiramente, utilizando um gravador, fiz uma entrevista não-estruturada com meu sujeito de pesquisa (Entrevista 1), na qual pedi que simplesmente contasse histórias relacionadas à construção de sua sexualidade. Conforme sugerido por Mishler (1986), não fiz uma pergunta, mas lancei um tema e pedi-lhe que ficasse à vontade e falasse o que quisesse relacionado ao tema *sexualidade* em sua vida, começando por suas memórias mais passadas e contando como surgiram seus primeiros contatos com o tema. Pedi que buscasse na sua infância qualquer acontecimento que pudesse ser ligado de alguma forma a este tema, para então descrever como surgiram seus primeiros desejos e impulsos, e como lidou com eles ao longo de sua vida.

Na verdade, minhas palavras foram:

Entrevista 1 – 07/01/2000

O objetivo desse trabalho... é assim... você vai contar a sua história de vida a respeito da construção da sua sexualidade e... então eu quero que você comece eeh... sei lá, do começo, como tudo começou. Você vai contar como você teve os primeiros desejos, esse tipo de coisa, e aí você vai... contar a primeira vez que você ficou com alguém e aí você vai crescendo, crescendo, passando por todas as histórias.

Deixei que ele falasse praticamente o tempo todo, interferindo apenas quando julgasse necessário esclarecer algum ponto obscuro, como no exemplo abaixo:

Entrevista 1 – 07/01/2000

Henrique: Eu nunca levei namorada minha pra Hell, porque eu queria ficar tranqüilo lá.
Pesquisador: Se você nunca levava suas namoradas pra Hell pra ficar com outras garotas lá, você aceitaria dizer que você nunca gostou de nenhuma das suas namoradas?
Henrique: Não, da Verônica eu gostei. Da Verônica eu gostei no início... De todas elas eu gostei; eu não gostava de ninguém no meu pé.
Pesquisador: É um jeito de gostar estranho, porque você fica com uma pessoa mas fica a fim de ficar com outras.
Henrique: Porque as outras eram troféus, era diferente. Entendeu?
Pesquisador: Você precisava desses troféus?
Henrique: Era bom... pra reputação da gente.

Em seguida, após ouvir e transcrever a entrevista, consultar as notas de campo, e ler seu diário e os bilhetes de seu namorado, fiz uma outra entrevista (Entrevista 2), também gravada, desta vez um pouco mais estruturada, para esclarecer algumas dúvidas das narrativas e para levantar temas não mencionados nas histórias.

5.4 – Contexto de Pesquisa e Participantes

O presente trabalho é um estudo de caso que analisa a construção e reconstrução das identidades masculinas de Henrique Rodrigues¹⁰ a partir da análise de suas narrativas de história de vida. Trata-se de um estudo de caso porque meu objetivo é analisar a fundo como se dá a construção da identidade masculina de um adolescente e como sua masculinidade vai sendo reconstruída na vida adulta.

¹⁰ Por razões éticas e para preservar a identidade das pessoas citadas, todos os nomes próprios que aparecem neste trabalho são fictícios.

A partir das histórias de vida que Henrique me conta de sua infância e adolescência, analiso como se deu a construção de suas identidades masculinas. Suas histórias começam quando tinha 7 anos de idade (1977) e estendem-se até os seus 29 anos (2000, data das entrevistas).

Escolhi Henrique – com 29 anos na época da primeira entrevista, nascido em Minas Gerais, morando no Rio de Janeiro desde os 7 anos de idade, branco, de classe média, representante comercial, com segundo grau completo, morador da zona sul da cidade na época – por ele ter tido dois grandes momentos de construção de masculinidades. Desde criança, sempre influenciado pelo pai, construiu uma masculinidade hegemônica, que exerceu durante toda a adolescência. Aos 18 anos, após conhecer Otávio – carioca, de classe alta, morador de uma área nobre do Rio de Janeiro e estudante de curso superior na zona sul da cidade, homossexual assumido, inclusive para a família – então com 20 anos, construiu uma masculinidade gay, na qual vive até hoje, embora com outro namorado. Por ser seu amigo pessoal, já conhecia de antemão algumas histórias de vida de Henrique, e por considerá-las um exemplo perfeito da fluidez das identidades sociais dentro de uma perspectiva sócio-construcionista (cf. seção 1.4), resolvi convidá-lo para a minha pesquisa.

As histórias de Henrique são contadas para mim – o pesquisador – seu amigo pessoal e íntimo – com 26 anos na época, carioca, branco, de classe média, professor de inglês, formado em Economia e fazendo mestrado em Lingüística Aplicada em uma universidade federal, morador da zona sul do Rio de Janeiro na época. O fato de ser seu amigo e conhecer sua história contribuiu para que ele se sentisse à vontade e revelasse detalhes bastante íntimos que provavelmente não contaria a um estranho. Esse contexto de produção é importante na análise dos dados, pois as histórias que conta são produto da

nossa interação (cf. capítulo 2); com outro interlocutor, as histórias seriam certamente outras.

5.5 – Procedimentos para a Análise dos Dados

Nesta fase do trabalho, pretendo analisar os dados obtidos através das entrevistas (narrativas) – minha fonte principal de investigação – e das notas de campo tomadas durante as mesmas e triangulá-los com os dados obtidos com o diário do sujeito pesquisado para entender o processo de construção (e reconstrução) da(s) masculinidade(s) de Henrique. Em alguns (poucos) momentos, não julguei necessário reproduzir as narrativas na íntegra, optando por citar apenas pequenos trechos que justificassem algum ponto em discussão.

Segundo Lüdke & André (1986:38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Desta forma, utilizo como documentos um diário e cartas para complementar – e até mesmo checar – os dados obtidos nas entrevistas. Tais documentos, além de contextualizados, constituem também uma “fonte natural de informação” (Lüdke & André, 1986), pois não foram elicitados do sujeito na época da pesquisa. Sua existência é anterior à pesquisa; na verdade, foram criados pelo próprio sujeito (sem interferência do pesquisador) e na época em que os fatos realmente ocorreram.

Os documentos constituem (...) uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (Lüdke & André, 1986:38)

Essa maior riqueza de informações permite uma interpretação mais precisa dos dados e, conseqüentemente, resultados mais conclusivos.

De posse dos dados obtidos com a utilização dos instrumentos explicitados acima, parto para sua interpretação no próximo capítulo. Interpretação esta que segue uma linha de análise do ponto de vista discursivo e inserida em um contexto de produção. Trata-se de uma análise em que o discurso (os dados: histórias, entrevistas) adquire significados através do contexto de produção em que surge, ou seja, na interação entre sujeito de pesquisa e pesquisador.

É importante ressaltar aqui que uma vez que toda narrativa ou conversa envolve algum tipo de posicionamento (cf. seção 2.3), o mesmo acontece com o tipo de entrevista deste trabalho, pois a entrevista não passa de uma grande conversa em que o sujeito de pesquisa conta várias histórias para o pesquisador. O sujeito posiciona-se não só em suas histórias, como também em relação ao pesquisador – além de também posicionar as demais personagens de suas histórias e o próprio pesquisador ao interagir com ele contando suas histórias.

Vários posicionamentos surgirão durante a conversa e, mesmo sem a interferência direta do pesquisador em diversas ocasiões, não se pode esquecer que é para ele que o sujeito de pesquisa está contando suas histórias – este é o contexto de produção das histórias, e é neste contexto de sua produção que se formam os posicionamentos de suas narrativas.

CAPÍTULO 6

Análise dos Dados

Neste capítulo, busco entender como as masculinidades são formadas na vida social através do discurso (cf. seção 5.4). Para isso, faço uma análise da construção das identidades masculinas de Henrique Rodrigues, que, conforme já mencionado (cf. seção 5.4), experimentou dois grandes momentos de formação de identidades masculinas distintas: masculinidades heterossexuais e masculinidades homossexuais. Minha análise será feita, primordialmente, com base em algumas histórias de vida a mim contadas por Henrique nas duas entrevistas de história de vida (cf. seção 5.3.2) que fiz com ele. Para complementar minha análise, como já disse acima, faço também uso do diário que escreveu entre 1989 e 1991 e de bilhetes escritos por Otávio, seu primeiro relacionamento homossexual, para triangular os dados encontrados em suas narrativas (cf. seção 5.3.3).

Como meu objetivo é analisar a construção e reconstrução de identidades sociais masculinas ao longo da vida de um homem, ou seja, a fluidez dessas identidades (cf. seção 1.4), é relevante que apresente os dados em ordem cronológica. Desta forma, fica mais fácil e claro mostrar como as identidades sociais podem se modificar ao longo da vida.

Para estruturar a análise, divido os dados em duas partes: *construção de masculinidades hegemônicas: heterossexualidade* e *construção de masculinidades subalternas: homossexualidade*. Dentro de cada uma destas seções, agruparei os dados de acordo com os diferentes discursos das diferentes práticas sociais e/ou discursivas das quais Henrique fez parte em algum momento

de sua vida e que ele considera relevantes em suas histórias para a (re)construção de suas identidades masculinas. Desta forma, a seção *construção de masculinidades hegemônicas: heterossexualidade* é subdividida em *práticas discursivas na família, práticas discursivas na escola e práticas discursivas com os amigos*, enquanto a seção *construção de masculinidades subalternas: homossexualidade* trata apenas de práticas discursivas com os amigos – o que a priori já indica que a homossexualidade é uma forma de masculinidade negada pela família de Henrique, como também pela instituição escolar (cf. seção 4.4).

Em ambas as seções, estarei sempre trabalhando com os conceitos de discurso (cf. seções 1.2 e 1.3), identidades sociais (cf. seção 1.4), gênero e sexualidade (cf. capítulo 3), homossexualidade (cf. seção 3.3) e masculinidades (cf. capítulo 5). Afinal, sigo a visão de que as pessoas estão constantemente, ao longo de toda a sua vida, construindo e reconstruindo suas identidades sociais através do discurso, inclusive identidades de gênero e sexuais – no caso desta pesquisa, masculinidades heterossexuais e homossexuais.

Em ambas as seções analisarei as narrativas de Henrique com base nos conceitos acima e, na tentativa de triangular os dados, buscarei, sempre que possível, subsídios em seu diário e nos bilhetes escritos por Otávio (o que só será possível na seção 6.2 abaixo – *Construção de Identidades Homossexuais* – conforme já explicado na seção 5.3.3 acima).

Para conduzir a análise, três construtos teóricos principais serão utilizados: posicionamento (cf. seção 2.3) – como as pessoas se posicionam, posicionam outras pessoas e são posicionadas ao contar histórias; sistemas de coerência baseados no senso comum (cf. seção 2.5) – as histórias contadas só adquirem significados quando os interlocutores constroem coerência no discurso (com base no senso comum ou em conhecimentos específicos compartilhados); e o contexto

de produção (cf. seção 2.2) – as histórias são construídas conjuntamente na interação entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa.

6.1 – Construção de Masculinidades Hegemônicas: Heterossexualidade

6.1.1 – Práticas Discursivas na Família

Conforme já mencionado anteriormente (cf. seção 5.4), pedi a Henrique que começasse contando como surgiram seus primeiros contatos com o tema *sexualidade*. Solicitei que buscasse na sua infância qualquer acontecimento que pudesse ser de alguma forma relacionado a este tema, para então descrever como surgiram seus primeiros desejos e impulsos sexuais, e como lidou com eles ao longo de sua vida. Seu relato começa remetendo a um fato de quando tinha apenas 7 anos de idade.

Narrativa 1: “Com 7 anos de idade eu vim morar no Rio...”

Com 7 anos de idade eu vim morar no Rio, eu ia à praia todos os dias, e eventualmente num desses dias, às vezes, principalmente no fim-de-semana, meu pai me levava; íamos nós quatro: eu, meu pai, minha mãe e minha irmã. Numa certa altura, numa parte do dia, ele me tirava para andar sozinho com ele, e deixava a minha mãe e a minha irmã na barraca. Nós andando, ele começava a me mostrar as mulheres de biquini, e como eu deveria agir, como eu deveria abordar... entendeu? Eeh, como ela era gostosa, eeh, do que que eu gostava mais, se eu gostava do peito, da bunda... eeh, mas só no intuito de fazer sexo. Assim, ele não comentava nada sobre namoro, casamento... só sexo.

O primeiro traço da construção da identidade masculina de Henrique surge, de acordo com sua narrativa, aos 7 anos, quando seu pai tenta construí-lo dentro da masculinidade hegemônica. Ao mostrar as mulheres de biquini, dizer que são gostosas, ensinar ao filho como agir com as mulheres, e perguntar de que parte do corpo das mulheres ele mais gosta, o pai está, de certa forma, forçando-o a observar o corpo feminino, caso ainda não o tivesse feito. Com este discurso, o pai ensina ao filho que homem gostar de mulher é o *certo*, a *norma* (cf. capítulo 4).

Ao contar esta história, Henrique assume alguns posicionamentos (cf. seção 2.3). Enquanto personagem, Henrique aceita um posicionamento de primeira ordem ditado por seu pai (a forma como o pai o posiciona não é contestada – cf. seção 2.3) e por regras sociais (cf. posicionamento social – seção 2.3) consideradas a norma, posicionando-se como submisso ao pai, como irremediavelmente exposto à sua autoridade – até mesmo como sua vítima, pois ele culpa o pai por tê-lo construído como um macho hegemônico, como será mostrado na narrativa 8 abaixo. A personagem Henrique, em momento algum, contesta a autoridade da família e da sociedade, representadas pela figura de seu pai – ou seja, não adota um posicionamento de segunda ordem (cf. seção 2.3), em que contestaria o posicionamento de primeira ordem que lhe fora designado pelo pai.

Outro posicionamento assumido por Henrique ao contar essa história é o seu posicionamento enquanto narrador. Trata-se de um posicionamento intencional (cf. seção 2.3), pois Henrique sabe que suas histórias integrarão uma pesquisa sobre a fluidez das identidades masculinas e sabe que sua platéia – no caso eu, o pesquisador – conhece bem sua vida e sua homossexualidade atual. Ou seja, há uma influência direta do contexto de produção (cf. seção 2.2). Henrique está contando sua história para o pesquisador; se estivesse fazendo o mesmo para outra platéia, a história surgida nessa interação narrador-interlocutor seria, provavelmente, outra. Ao se posicionar intencionalmente como vítima dos códigos sociais e da autoridade do pai, Henrique está, de certa forma, desculpando-se comigo por seu comportamento passado – como somos amigos, já conhecia parte de sua história de antemão, e ele sabe que não concordo com sua visão de superioridade da masculinidade hegemônica em relação às demais formas de masculinidades.

Por outro lado, também enquanto narrador, Henrique adota um posicionamento intencional de primeira ordem (cf. seção 2.3) e posiciona-se de forma crítica em relação ao pai (“ele não comentava nada sobre namoro, casamento... só sexo”). Contudo, esta não deixa de ser uma forma de posicionar-se como vítima do contexto social, histórico, cultural e institucional (cf. capítulo 1); no caso da narrativa acima, vítima da família, e, mais especificamente, do pai.

Mais uma vez, é importante lembrar o contexto de produção (cf. seção 2.2): tais posicionamentos são adotados perante o pesquisador, que conhece bem a história de Henrique e a quem este também conhece bem. Se não conhecesse bem a forma como enxergo a fluidez das masculinidades, talvez Henrique alinhasse seu posicionamento com o do pai, e não como vítima deste, pois, como será visto mais adiante, apesar de viver uma identidade homossexual atualmente, Henrique ainda atribui maior prestígio à masculinidade hegemônica. Entretanto, como sabe que não partilho dessa visão, acredito que tenha escolhido se posicionar como vítima do pai na narrativa acima para, de certa forma, não me decepcionar.

A família, enquanto parte das práticas sociais e discursivas e dos discursos institucionais a que os indivíduos são expostos (cf. capítulo 1), parece ter assumido um grande papel na construção da identidade de masculinidade hegemônica de Henrique – com papéis diferenciados para o pai e para a mãe. Enquanto o pai estava preocupado, desde os 7 anos, com o desempenho sexual do filho homem (cf. narrativas 2, 3 e 5 abaixo), a mãe estava mais preocupada com sua formação moral (cf. narrativas 2, 4 e 5 abaixo). Este contraste, que adquire coerência no senso comum (cf. seção 2.5) tanto para o sujeito de pesquisa como para o pesquisador (diferentes comportamentos são esperados de homens e mulheres – cf. seção 4.3), fica claro na narrativa 2, a seguir.

Narrativa 2: “A preocupação maior era o filho ser macho”

Com o tempo, minha mãe começou a ficar preocupada porque eu olhava muito para as garotas, porque eu era muito novo. Mas minha mãe sempre foi muito submissa, então... concordava com tudo que meu pai falava e não... não interrompia. E eu não sei se é no meio que meu pai trabalha, ou todos os pais trabalham, todos os homens trabalham, o filho sempre tinha que ser macho. Não tinha muita preocupação dele ser uma pessoa correta, ser uma pessoa honesta, a preocupação maior era o filho ser macho. E o filho, pra não decepcionar os pais, né, e a sociedade, então ele procurava também ser, agir, de forma que as pessoas...

Na narrativa acima, Henrique assume um posicionamento intencional de primeira ordem como narrador (cf. seção 2.3) ao, de certa forma, condenar a atitude omissa da mãe em relação ao comportamento machista do pai. O comportamento do pai, aliás, reforça o discurso da masculinidade hegemônica (cf. seção 4.1) e utiliza o senso comum para projetar coerência (cf. seção 2.5), atribuindo papéis sociais distintos para o homem e para a mulher (cf. seção 4.3). Isso pode ser comprovado em dois momentos da narrativa de Henrique: a submissão da mulher em relação ao homem, e a preocupação do pai em construir o filho como macho, mais importante do que ser honesto, segundo as palavras de Henrique. Henrique conclui sua narrativa demonstrando a falta de opção em que muitos filhos se encontram perante o modelo insistente de masculinidade hegemônica demonstrado pelo pai – um exemplo explícito de posicionamento intencional (cf. seção 2.3).

Como será visto nas próximas narrativas, Henrique faz uma distinção clara entre o papel de seu pai e o papel de sua mãe no que diz respeito à sua educação sexual. Enquanto a narrativa 3 a seguir mostra que o pai estava preocupado apenas em despertar em seu filho o desejo pelo sexo feminino, as narrativas 4 e 5 abaixo mostram que a mãe procurava realmente educar, informando e orientando.

Narrativa 3: “Ele fazia muita questão que eu visse esse tipo de coisa”

Conforme eu fui crescendo, as abordagens sobre esse assunto de sexo com o meu pai foram diminuindo no sentido de explicação, de como deveria ser mesmo, a maneira correta, e foram aumentando no tipo de sacanagem, pornografia, esse tipo de coisa. (...) Eu tinha mais ou menos uns 9 anos e ele me chamava pra ir no escritório dele pra ver umas revistas pornográficas. Tinha tudo que é tipo de forma de sexo, menos homossexualismo, a não ser de mulheres. Que existe entre os homens uma certa tara em ver duas mulheres transando, em transar com duas mulheres. Mas tinha outras formas de sexo, sexo com animal, sexo entre duas mulheres, um cara e dez mulheres, uma mulher e dez caras, esse tipo de coisa. Então ele fazia muita questão que eu visse esse tipo de coisa.

Mais uma vez, Henrique assume um posicionamento intencional como vítima do posicionamento social padrão e do posicionamento de primeira ordem dado por seu pai (cf. seção 2.3). Enquanto personagem e enquanto narrador, Henrique posiciona-se perante o pesquisador como vítima do pai, da família e da sociedade.

A narrativa acima mais uma vez vem reforçar a insistência do pai de Henrique em apresentá-lo ao mundo da masculinidade hegemônica. O importante para o pai de Henrique não é orientá-lo para que tenha uma vida sexual saudável, mas fazer com que o filho tome gosto pela pornografia. Para isso, começa a mostrar-lhe revistas pornográficas desde muito cedo, apenas aos 9 anos. Segundo Henrique, as revistas mostravam diversas formas de sexualidade, menos homossexualidade masculina (apesar de não ter falado “homossexualidade masculina”, suas palavras adquirem coerência com base no discurso do senso comum compartilhado pelos homens, que consideram homossexualidade apenas o relacionamento entre dois homens, não entre duas mulheres – cf. parágrafo abaixo).

Na verdade, o objetivo do pai de Henrique não é apenas fazer com que o filho tome gosto pela pornografia, mas fazer com que ele tome gosto pela pornografia heterossexual. E, como a maioria dos homens hegemônicos, o pai de

Henrique ignora (e esconde do filho) a existência de outras formas de masculinidades, a existência de outras formas de ser homem (cf. seção 4.4).

É interessante ainda notar que o pai de Henrique não se preocupava em esconder do filho a homossexualidade feminina. Na verdade, o próprio Henrique, em sua narrativa, usa uma desculpa que pode ser considerada típica da masculinidade hegemônica para não se referir ao relacionamento entre duas mulheres como homossexualidade. Sendo assim, homossexualidade refere-se apenas ao relacionamento entre dois homens (coerência projetada pelo senso comum), já que o relacionamento entre duas mulheres é visto, por esses homens, como a fantasia de todo homem: fazer sexo com duas mulheres ao mesmo tempo – multiplicidade de parceiras e disposição constante para o sexo (cf. capítulo 5).

Diferentemente do pai, que desde os 7 anos começou a ensinar ao filho que ele deveria gostar de mulheres, a mãe de Henrique só começou a falar com os filhos sobre sexo quando ele tinha 10 anos e sua irmã 12.

Narrativa 4: “Minha mãe explicou tudo”

Quando eu tinha mais ou menos uns dez anos, minha mãe mostrou pra mim e pra minha irmã um livro... explicou tudo – sobre sexo. Falou que não era pecado, mas falou que eu respeitasse a filha dos outros, porque eu não gostaria que fizessem nada com a minha irmã e os outros não gostariam que eu fizesse nada com as irmãs deles, e não sei o quê, não sei o quê...

Esta narrativa mostra bem um posicionamento tácito (não intencional, não explícito – cf. seção 2.3) adotado por Henrique para mostrar o contraste nas abordagens sobre sexo que seus pais tinham com os filhos. Sem comparar claramente seu pai e sua mãe, Henrique vai mostrando, ao longo de suas narrativas, que enquanto o pai só tocava no assunto com o filho homem, procurando despertar nele o interesse pelo sexo heterossexual, a mãe conversava com o filho e com a filha de igual para igual, procurando orientá-los.

Na verdade, essa orientação é uma forma bastante moralista, segundo a qual o sexo é uma coisa errada. Apesar de isto não ter sido dito explicitamente, fica claro que a mãe pensa desta forma quando ela diz ao filho que ele deve "respeitar a filha dos outros", refletindo em suas palavras o discurso do senso comum de que fazer sexo é bom para o homem e prejudicial à mulher (cf. Giddens, 1992 – seção 4.3). Henrique vivia, portanto, um conflito entre o discurso do pai e o discurso da mãe:

Narrativa 5: “Minha mãe... meu pai...”

Sempre minha mãe falando que eu devia respeitar a filha dos outros, sempre meu pai me mostrando as revistas, as mulatas na televisão. Tinha a índia Potira [uma personagem sensual da televisão na época], e meu pai dizia que eu tinha que arrumar uma namorada que fosse que nem a índia Potira.

A narrativa acima é mais um exemplo do posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) de Henrique (personagem) pelo discurso do pai – na verdade, um posicionamento social padrão (cf. seção 2.3) forçado pelo pai, que simplesmente repetia o discurso da sociedade. Por ser apenas uma criança, Henrique não tinha sequer noção de que poderia contestar o poder de seu pai (cf. seção 1.3), o que o levou a aceitar seu discurso (cf. seção 1.2) – na verdade, o discurso hegemônico – e aceitar seus posicionamentos de primeira ordem (cf. seção 2.3) com naturalidade. Enquanto narrador, mesmo sem dizê-lo explicitamente (posicionamento tácito – cf. seção 2.3), Henrique reposiciona-se (posicionamento de segunda ordem – cf. seção 2.3) como vítima dos discursos do pai e da sociedade.

Recebendo de seus pais orientações contraditórias – o pai ensinava-lhe que devia fazer sexo, a mãe falava justamente o contrário – Henrique sentiu-se confuso. Os discursos do pai e da mãe de Henrique incorporam as características do senso comum atribuídas aos gêneros masculino e feminino, em que o homem

é uma “besta sexual”, “insensível” (cf. Badinter, 1992 – seção 4.1), capaz de separar o amor do sexo, enquanto a mulher é mais emotiva (cf. Giddens, 1992 – seção 4.3), incapaz de um envolvimento sexual sem estar emocionalmente envolvida. Com estes estereótipos em mente, Henrique parece ter concluído – por conta própria – que o sexo era algo errado, mas que todo homem deveria fazer – às escondidas, como mostra a narrativa abaixo:

Narrativa 6: “Da maneira que meu pai passava, sexo só com a pessoa que a gente não gostasse”

Quando eu tava mais ou menos na 4ª série, eu tive minha primeira namorada, a Rosa. Mas como que era esse namoro. Eu já ia sozinho pro colégio. Então eu passava em frente à varanda dela, aí ela esperava eu passar e vinha descendo atrás de mim. Mas era um namoro assim, de beijo no rosto, não tinha nada mais que aquilo. Mas quando eu era pequeno eu achava que ia casar com a Rosa, ia ser muito feliz, etc, etc e tal. Mas eu não pensava assim em sexo claramente porque... da maneira que meu pai passava, e da maneira que as pessoas passavam, sexo mesmo a gente só faria com a pessoa que a gente não gostasse [rancoroso]. Porque meu pai falava aquilo tudo e depois falava assim, "só que não pode falar isso na frente da tua mãe". Aí eu pensava assim: "poxa, se ele não fala isso na frente da minha mãe é porque ele não deve fazer isso com a minha mãe... então eu não posso fazer com a mãe dos meus filhos; tem que ser de uma outra maneira ou só pode fazer isso pra ter filho"; e já tinha a parte religiosa, eu sempre fui uma pessoa muito religiosa, eu ia à igreja, assistia à missa, e o padre não falava de sexo – não fala até hoje. Aí mesmo que eu imaginava que a gente só podia fazer esse tipo de coisa com as prostitutas. (...) Eu tinha muito medo de pecar. Eu tinha muito medo de Deus, ou alguma coisa, ficar com raiva de mim. Então eu procurava não tocar nesses assuntos, a não ser quando eu estava com os meus amigos, que eu achava que era a hora certa.

Nesta narrativa, o Henrique de hoje olha para o seu passado e tira algumas conclusões – conclusões estas que só podem ser tiradas porque ele não é mais aquele garoto daquela época; Henrique experimentou uma série de novas práticas sociais e discursivas (cf. seções 1.2 e 1.3) ao longo de sua vida que lhe permitiram chegar às conclusões que chegou na narrativa acima. Ao contar essa história, o Henrique narrador de hoje adota um posicionamento de segunda ordem (cf. seção 2.3) em relação ao posicionamento social (cf. seção 2.3) ao qual ele se viu submetido enquanto personagem no passado. Em outras palavras, o Henrique de hoje contesta a forma como foi posicionado pelo pai no passado –

contesta seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) dado pelo pai dentro do posicionamento social (cf. seção 2.3) esperado e aceito.

A importância desta narrativa é mostrar como o pai, na tentativa de transformar o filho em um "supermacho" (cf. Badinter, 1992 – seção 4.1), passa ao filho uma noção completamente equivocada do que é sexo. O garoto é exposto a uma série de discursos hegemônicos (o do pai, o religioso – que nega completamente a sexualidade) e, sozinho, tem que tirar suas próprias conclusões, sem ninguém a recorrer para esclarecer suas dúvidas. Na dúvida, Henrique preferia o silêncio, a não ser quando estava no grupo de garotos, que ele julgava ser o lugar e momento certos para falar sobre esses assuntos. Com base na narrativa 10 abaixo, em que ele diz que 90% daquilo que os garotos falavam sobre sexo era mentira, percebemos que este estado de dúvida e de desinformação era comum a todos os garotos, não apenas a Henrique. Desta forma, portanto, todos continuavam desinformados, por falta de alguém para esclarecer suas dúvidas. Henrique posiciona não só a si próprio, mas todos os garotos de seu meio social e faixa etária, como vítimas de um posicionamento social padrão que, hoje, considera maléfico.

Alguns anos mais tarde, aos 13 anos, Henrique teve sua iniciação sexual; foi levado a um prostíbulo pelo pai, como mostra a narrativa abaixo:

Narrativa 7: “Meu pai arrumava mulher pra mim”

Henrique: Ah, esqueci de falar do sítio!

Pesquisador: Que sítio?

Henrique: O sítio que o meu pai tinha quando eu era pequeno. Foi lá que tudo começou. Quando eu tinha 13 anos a gente ia pro sítio e o meu pai arrumava mulher pra mim, prostitutas. Da primeira vez foi pra me iniciar, depois tiveram mais três vezes. Depois disso, duas vezes eu fui com o caseiro arrumar mulher [sorriso].

Sem perceber, Henrique (o narrador) assume um posicionamento tácito (cf. seção 2.3) ao contar essa história, pois seu sorriso ao usar a expressão “arrumar mulher” parece posicioná-lo (tacitamente) como heterossexual – apesar de no momento viver como homossexual. Por um momento, o narrador parece querer adotar a identidade heterossexual da personagem – uma identidade que, sem dúvida, goza de maior prestígio social.

Tal posicionamento será, contudo, invertido mais tarde, quando o Henrique personagem assumir identidades homossexuais. Apesar de hoje viver uma identidade homossexual, Henrique ainda vive o conflito de posicionar-se perante a heterossexualidade – mesmo que anonimamente, entre quatro paredes e para uma pessoa conhecida (eu), que sabe sobre sua sexualidade. Isso fica claro nos posicionamentos de Henrique. Ao contar histórias em que ele vive uma personagem heterossexual, seu posicionamento é de superioridade, cheio de orgulho de suas histórias, como pode ser concluído pelo sorriso esboçado ao final da narrativa. Entretanto, ao assumir uma identidade homossexual – como será retratado mais adiante – posiciona-se com mais humildade, sem orgulhar-se do que conta.

Retomando a narrativa acima em si, pode-se dizer que o pai de Henrique fez tudo o que estava ao seu alcance para transformar o filho em um homem dentro dos moldes da masculinidade hegemônica. E durante algum tempo Henrique realmente viveu como um típico representante da masculinidade hegemônica. A princípio, o próprio Henrique quis procurar prostitutas.

Mais tarde, ao conhecer novas pessoas e novos lugares (novas práticas sociais e discursivas – cf. capítulo 1), percebeu que não precisava mais de prostitutas, pois dava para ser homem como seu pai havia lhe ensinado no próprio meio social em que vivia (e com as garotas que conhecia). O discurso da

masculinidade hegemônica de seu pai finalmente começou a fazer sentido para Henrique, que passou a viver sua sexualidade da forma como o pai lhe havia ensinado, como mostra a próxima narrativa.

Narrativa 8: “Eu era meio safadinho, mas é porque o meu pai me falava que tinha que ter um monte”

Eu namorava a Ana mas ela morava em Petrópolis e tinha que ir pra casa durante a semana, a não ser nas férias. E nesse meio tempo, quando ela tava em Petrópolis, eu ficava¹¹ com a Mônica. Eu lembro que eu ficava com a Mônica, aí pulava o muro e ficava com a Ana. O pessoal ficava chutando a bola do outro lado do muro e aí eu ia pegar e ficava com uma de um lado e com a outra do outro [sorrindo]. Eu era meio safadinho [sorriso e tom de voz irônicos], mas é porque o meu pai me falava que tinha que ter um monte, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê [sério, rancoroso]. Aí eu fiquei namorando as duas, e nesse meio tempo eu ainda fiquei com a Alice, mas só três dias. Ah, quando o Flávio brigava com a Simone, a namorada dele, ela vinha se consolar comigo e a gente ficava. Mas eu não namorei a Simone, só beijava.

A narrativa acima retrata bem como Henrique aprendeu a ser homem, namorando várias garotas, inclusive a namorada de um amigo. Seu pai certamente se orgulharia se soubesse das conquistas do filho e de como ele assimilou seu discurso.

Henrique assume dois posicionamentos distintos na narrativa acima. Enquanto personagem e enquanto narrador, Henrique assume um posicionamento tácito (cf. seção 2.3) em relação às demais personagens da história e à sua platéia (eu) ao demonstrar orgulho em ser um conquistador – um garanhão que goza de prestígio com a masculinidade hegemônica – cf. seção 4.4). Esta conclusão pode ser tirada com base em seu tom de voz e leve sorriso ao contar esta narrativa.

Além disso, enquanto narrador, Henrique posiciona-se intencionalmente (cf. seção 2.3) para sua platéia (eu) como vítima dos ensinamentos do pai. Ao justificar seu comportamento dizendo que o pai dizia-lhe que ele deveria agir

¹¹ “Ficar” com uma pessoa é o mesmo que ter um envolvimento emocional sem compromissos.

desta forma, Henrique responsabiliza o pai pela construção de sua masculinidade hegemônica.

A mãe de Henrique, embora não compartilhasse o discurso do marido, ajudou a reforçar o conceito de "homem de verdade" (cf. Nolasco, 2001, 1997 – seção 4.1) que o pai tentava impor ao filho.

Narrativa 9: “Minha mãe falou que eu só me tornaria homem se eu saísse de lá do jeito que eu entrei”

Quando meus pais perceberam que eu era um péssimo aluno, eu fui estudar no Waxy. Lá tinha tudo que é tipo de gente de tudo que é idade, mas eu já podia ir pra lá porque eu ia à Hell, eu fumava cigarro... Eu me lembro que a minha mãe falou que eu só me tornaria homem se eu saísse de lá do jeito que eu entrei, porque o Waxy era um colégio conhecido por ter muito viciado.

Com essa narrativa, uma história de quando ele tinha 16–17 anos, Henrique posiciona intencionalmente (cf. seção 2.3) a mãe como uma das responsáveis pelo conceito de ser homem que ele conheceu na adolescência, além de se posicionar tacitamente (cf. seção 2.3) perante a mim como macho (“eu já podia ir pra lá porque eu ia à Hell, eu fumava cigarro...”) ao justificar porque ele podia ir para uma escola de má reputação.

Essa narrativa mostra que, mesmo sem querer repetir o discurso machista do pai de Henrique na educação do filho homem, sua mãe acaba por fazê-lo, embora de outra forma (pode-se até dizer que com uma boa intenção – a de que o filho não se envolvesse com drogas), ao chamar sua atenção para o fato de que ele precisa tornar-se homem. Ao dizer isso, sua mãe estava dizendo que aquela escola seria, portanto, um ritual de passagem para que ele deixasse de ser um garoto e se tornasse um homem.

Antes de encerrar esta seção sobre a importância das práticas discursivas da família na construção das identidades heterossexuais de Henrique, é importante ressaltar, mais uma vez, o contexto de produção (cf. seção 2.2) em

que tais histórias foram produzidas. Como foi bastante enfatizado em toda a análise até agora, Henrique posiciona-se na conversa, o tempo todo, como vítima do pai. Mesmo reconhecendo que sua mãe era submissa e achando que ela, em algum momento, deveria ter questionado a influência do pai na sua educação, Henrique não a culpa tão diretamente quanto culpa o pai. Ele não culpa nem mesmo os pais, apenas o pai. É preciso entender que Henrique vive afastado do pai – tanto geografica quanto emocionalmente – e não tem um relacionamento muito amistoso com ele. Por outro lado, na época dessas entrevistas Henrique ainda morava com a mãe, de onde dizia não ter vontade de se mudar e a quem considera desprotegida, vítima do pai, sendo ele, Henrique, seu protetor. Todo esse rancor em relação ao seu pai veio à tona em seu tom de voz, seu jeito de falar. Toda essa história de vida contribui para entender mais um pouco a forma como Henrique conta, hoje, suas histórias passadas de vida – e a forma como posiciona seu pai e se posiciona em relação a ele.

6.1.2 – Práticas Discursivas na Escola

Com o passar do tempo, Henrique, como acontece com todas as pessoas, começou a freqüentar novos meios sociais e a ser exposto a novos discursos (cf. capítulo 1) que não o da família. Além da igreja, que Henrique já mencionou em suas narrativas anteriores, um outro grupo social do qual ele fez parte e de cujas práticas discursivas começou a participar também ainda bastante cedo foi a escola.

Narrativa 10: “... a gente começou a falar mais de sexo no colégio, entre a roda de garotos”

Eu estudei num colégio (...) tinha gente de tudo que é tipo de classe; tinha gente que morava na Lagoa, tinha gente que morava em Copacabana, tinha gente que morava em prédio, tinha gente que morava no morro. E as pessoas, os garotos, já trazem de casa a bagagem de sexo, do que viram, do que ouviram falar, e 90% de mentira. Foi aí que eu comecei a... mas só quando eu tava na 2^a ou 3^a série, a gente começou a falar mais de sexo no colégio, entre a roda de garotos, mas era tipo assim, a garota que a gente ficava vendo a calcinha dela...

Na narrativa acima, o posicionamento tácito (cf. seção 2.3) de Henrique alinha a sua personagem com as demais personagens da história. Ou seja, para Henrique, o conhecimento compartilhado por aquele grupo de garotos é o mesmo, independentemente da sua classe social. Isso ocorre porque os discursos sobre sexo dos garotos adquirem coerência no senso comum. Mesmo que não entendam sobre o assunto (a “bagagem de sexo” que ele diz ser trazida para a escola inclui apenas “o que viram, o que ouviram falar, e 90% de mentira”), os garotos começam desde cedo a falar sobre o assunto, pois, pode-se assumir que a maioria dos garotos são expostos desde cedo aos mesmos discursos que Henrique.

Outro posicionamento adotado por Henrique, agora enquanto narrador, é o posicionamento tácito no contexto de produção (cf. seção 2.2), em que ele, o narrador, alinha-se comigo, o pesquisador, de igual para igual, ao falar sobre o que os garotos conversam na escola. Como também sou homem, Henrique assume que, com base no senso comum, sua história adquire coerência para mim, pois imagina que devo ter vivido as mesmas experiências quando garoto.

Esta narrativa mostra que as conversas sobre sexo da qual Henrique participava se davam apenas entre garotos. Isso não significa que as garotas não falassem sobre sexo, mas que meninos e meninas não se misturavam para falar

sobre sexo. Se elas falavam, isso ocorria em um grupo de meninas, pois os meninos, ao conversarem sobre o assunto, falavam apenas com outros meninos.

Começa então a formação de grupos masculinos, dos quais os homens se vêem obrigados a participar durante toda a vida para afirmar a sua masculinidade (cf. Louro, 2000; Moita Lopes, 1999 – seção 4.3). Para fazer parte desses grupos, os garotos precisam incorporar o discurso da masculinidade hegemônica, falando de mulheres e sexo. No caso da escola de Henrique, eles falavam das calcinhas das garotas e inventavam várias histórias sobre sexo (“90% de mentira”), um assunto ainda desconhecido para eles, mas que começava a despertar a sua curiosidade. É interessante chamar atenção para o fato de que se trata de um assunto e de uma situação comum a diferentes pessoas de diferentes classes sociais, o que pode ser comprovado pelo discurso de Henrique.

6.1.3 – Práticas Discursivas com os Amigos

Com seus outros amigos homens fora da escola, Henrique também conversava sobre sexo, mesmo que não estivesse necessariamente em um grupo de garotos.

Narrativa 11: “Eu tinha um amigo mais velho que começou a me explicar mais as coisas”

Eu tinha um amigo que era uns dois anos mais velho que eu. Foi a primeira vez que eu vi uma pessoa beijar na boca da outra sem ser na televisão e sem ser casal – adultos. Ele, como era mais velho, começou a me explicar mais as coisas, mas de uma maneira mais safada. Ele dizia, "olha você tem que fazer assim, eu já fiz com muitas, você tem que fazer desse jeito". Um dia ele virou pra mim e perguntou, "você quer comer uma garota?" [referindo-se a uma vizinha que tinha fama de "piranha"]. Nessa época a gente não falava "transar", a gente falava "comer". Eu falei "ah, quero, quero sim, mas ela é mais velha do que eu". Aí ele falou, "mas é assim mesmo, da primeira vez tem que ser com uma mulher mais velha".

Nesta narrativa, Henrique posiciona em primeira ordem (cf. seção 2.3) seu amigo como um professor, uma pessoa mais experiente que tem algo a ensinar a alguém inexperiente – posicionamento de primeira ordem adotado por Henrique para si próprio. Esses posicionamentos atribuídos por Henrique a seus personagens adquirem coerência no discurso do senso comum (cf. seção 2.5), segundo o qual pessoas mais velhas são mais experientes e, conseqüentemente, têm algo a ensinar aos mais novos.

Quanto ao posicionamento do narrador em relação ao pesquisador, há um momento em que o narrador se desculpa comigo por utilizar a palavra “comer”. Talvez por me conhecer (influência do contexto de produção – cf. seção 2.2) e imaginar que eu pudesse criticá-lo por falar dessa forma sobre uma garota, ele imediatamente assume um posicionamento tácito (cf. seção 2.3) em que se desculpa, explicando que na época em que essa história aconteceu falar “comer” era tão comum e não ofensivo quanto falar “transar” atualmente.

A narrativa acima ilustra como os filhos absorvem o discurso da masculinidade hegemônica que eles encontram no mundo social (adultos, televisão... e, em geral, o pai). O discurso do amigo de Henrique é o mesmo discurso do seu pai – explicar as coisas de uma maneira mais “safada”, “comer” uma garota, falar da vizinha que tem fama de “piranha”, a primeira relação sexual tem que ser com uma mulher mais velha... Esses são traços do discurso da masculinidade hegemônica, e estão presentes até mesmo no discurso de uma criança (o amigo mais velho tinha cerca de 13 anos, enquanto Henrique tinha 11).

Entre os grupos de garotos fora da escola dos quais Henrique participava encontrava-se o grupo de jogar futebol:

Narrativa 12: “Todo mundo botou o pau pra fora pra ver qual o maior”

A gente (Henrique e os amigos) foi jogar bola no Bombeiro e achou um monte de massa de vidraceiro. O que que a gente fez, a gente fez um monte de pênis, cada um de um tamanho, "ah, o meu é desse tamanho", "o meu é desse", "o meu é desse". Cada um fazia como era o tamanho do seu peru, aí todo mundo botou o pau pra fora pra ver qual o maior.

Esta narrativa mostra um outro exemplo de formação de grupos masculinos: quando eles se reúnem para jogar futebol. Praticar esportes é uma forma de exercer a masculinidade hegemônica (cf. Louro, 2000, 1997; Moita Lopes, 1999; Epstein & Johnson, 1998; Badinter, 1992 – seção 4.3), e reunir-se com os amigos para jogar futebol é uma oportunidade de estar afastado das garotas e reafirmar a masculinidade (cf. Louro, 2000; Moita Lopes, 1999; Badinter, 1992 – seção 4.3). Durante essas reuniões de homens, os assuntos são exclusivamente masculinos, sempre com o objetivo de reafirmar a masculinidade.

Na história contada por Henrique, esse assunto masculino era o órgão sexual masculino, o grande símbolo da masculinidade (no sentido de virilidade) no senso comum. Ainda no senso comum, existe a crença de que quanto maior o órgão, maior a masculinidade do seu dono. Na narrativa de Henrique, as crianças primeiro soltam a sua fantasia, moldando seus supostos órgãos na massa de vidraceiro e disputando quem tem o maior, e em seguida colocam seus órgãos genitais para fora das calças para conferir quem realmente possui o maior, para conferir quem é mais homem.

Com o passar do tempo, Henrique vai fazendo novos amigos e é então exposto a uma série de novos discursos (cf. capítulo 1), muitos deles conflituosos. Como não pode contar com a família para orientá-lo, começa a experimentar esses novos discursos por conta própria.

Narrativa 13: “Eu chamei uma amiga pra ver um filme pornô”

Um belo dia, eu tinha uns doze anos, eu chamei uma amiga pra ver um filme pornô que o meu pai tinha escondido no armário. Eu já chamei ela mal intencionado, né. Eu me lembro que eu dei um beijo de língua nela. Primeiro eu achei estranho aquela língua dentro da minha boca, mas depois eu me acostumei. Mas foi só isso, a gente não fez mais nada.
--

Nessa narrativa, Henrique retoma seu posicionamento tácito (cf. seção 2.3) de masculino hegemônico perante o pesquisador ao narrar sua primeira tentativa de fazer sexo com uma garota – embora, como o próprio Henrique confessou, nem soubesse exatamente o que era fazer sexo. Seu posicionamento tácito de primeira ordem (“eu já chamei ela mal intencionado, né”) – cf. seção 2.3 – é mais tarde contestado, na mesma narrativa e pelo próprio Henrique, que reformula seu posicionamento inicial e adota um novo posicionamento intencional de segunda ordem (“mas foi só isso, a gente não fez mais nada”) – cf. seção 2.3.

O contexto de produção (cf. seção 2.2), como sempre, interfere nos posicionamentos do narrador. Ao contar essas histórias, Henrique se gaba de seu passado como macho hegemônico. Digo isso baseado na forma como ele conta essas histórias – seu jeito de falar, tom de voz e expressão facial. Além disso, sou seu amigo pessoal, e sei que ele próprio, apesar de viver atualmente uma identidade homossexual, prestigia mais a identidade masculina hegemônica, que, certamente, goza de maior prestígio social (cf. Giddens, 1992 – seção 4.4). Por me conhecer (seu interlocutor nas histórias que conta) e saber que conheço sua história atual de vida, em que tudo isso de que ele se gaba ao contar suas histórias passadas não existe mais, Henrique redireciona seu posicionamento (“mas foi só isso, a gente não fez mais nada”), antes que este seja contestado por mim.

Um outro grupo social do qual Henrique passou a fazer parte na transição da sua pré-adolescência para a adolescência foi o grupo do prédio onde morava.

Como o prédio era grande (antes de se mudar para esse prédio ele morava em uma vila), o número de amigos aumentou, e as práticas discursivas as quais era exposto também.

Narrativa 14: “... tinha as histórias do prédio...”

Quando eu tinha uns doze ou treze anos, eu me mudei para um prédio com piscina e ficava olhando as garotas. Aí tinha as histórias do prédio: que o Lúcio tinha transado com a Estela na lixeira, que a Paloma transava com todo mundo. Então tinha sempre... as garotas de boa fama e as garotas de má fama. Tinha a Júlia, que era fofoqueira...

Na narrativa acima, há vários exemplos de posicionamentos de primeira ordem (cf. seção 2.3). Henrique posiciona cada uma das demais personagens de sua história com base nos sistemas de coerência baseados no senso comum que existiam naquele grupo, ou seja, cada um dos garotos ou garotas recebiam um rótulo, eram estereotipados, por terem supostamente vivido alguma certa história. Além de posicionar terceiros, Henrique também posiciona a si próprio. Como o objetivo dessas narrativas é contar a história de sua sexualidade, Henrique vê a necessidade de começar a narrativa se posicionando em relação a sua (hetero) sexualidade: “eu ficava olhando as garotas”.

Nesse e em outros grupos, o assunto que surgia freqüentemente era a sexualidade dos garotos. Embora eles falassem das garotas, elas nunca estavam presentes nas conversas. Os grupos eram exclusivamente masculinos – uma forma de reafirmar a masculinidade hegemônica (cf. Louro, 2000; Moita Lopes, 1999 – seção 4.3).

Narrativa 15: “É lógico que eu aumentei minha história com a Andressa”

Os comentários nessa época (12–13 anos) eram quem já tinha pelo, quem não tinha, quem já tinha transado... É lógico que eu aumentei a minha história com a Andressa [a “piranha”], eu não ia dizer que não tinha feito quase nada... (...) Nessa época eu já ia pra macumba, aí eu contava aquelas histórias e o pessoal tirava aquilo como filme de terror; aí ficava um monte de gente à minha volta, e as garotas ficavam admiradas, “Nossa! Mas você não tem medo? Nossa!”. Aí todo mundo ficava escutando aquelas histórias, e a Ana

gostava muito de ouvir as minhas histórias. Aí um dia cada um foi indo pra sua casa, foi indo pra sua casa, até que só sobrou eu e a Ana. Aí eu comecei a conversar com ela, ela começou a conversar comigo, e a gente se beijou. E aí a gente ficou namorando. Foi meu primeiro namoro fixo. Eu já tinha uns treze anos. E aí eu comecei a tirar onda com todo mundo.

A narrativa acima conta com três momentos diferentes. No primeiro momento, Henrique está em um grupo masculino, e o assunto principal é a sexualidade. Conversam sobre corpo e sexo. Henrique adota um posicionamento intencional de primeira ordem (cf. seção 2.3) em relação ao resto do grupo ao aumentar sua história, inventando um suposto ato sexual que não se consumou. Seu objetivo ao adotar esse posicionamento de primeira ordem é causar um efeito imediato sobre sua platéia – os demais garotos. O que ele espera é que seus interlocutores não contestem sua história e o admirem por sua virilidade. Esse é um traço de demonstração da masculinidade hegemônica: contar histórias sobre feitos sexuais – e aumentá-las – para ganhar a admiração dos demais integrantes de um grupo masculino (cf. Giddens, 1992 – seção 4.3). Tal efeito parece ter sido obtido sobre as demais personagens – pelo menos é isso o que o seu posicionamento enquanto narrador perante a mim, o ouvinte de sua história, parece demonstrar, pois em momento algum Henrique dá algum sinal de que seus interlocutores na narrativa tentaram reposicioná-lo. Se tal efeito não foi conseguido com as demais personagens, pelo menos foi comigo, pois seu posicionamento ao me contar a história parece indicar que sua platéia na história aceitou seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3), não contestando, portanto, os fatos de sua narrativa.

Em um segundo momento da narrativa, Henrique posiciona-se em primeira ordem perante as demais personagens por igual (“ficava um monte de gente à minha volta”, “aí todo mundo ficava escutando aquelas histórias”), intencionalmente, como uma espécie de herói, com o claro objetivo de

impressionar as garotas (“as garotas ficavam admiradas, ‘Nossa! Mas você não tem medo? Nossa!’”). A mesma técnica usada para impressionar os garotos foi usada com as garotas para a demonstração de sua masculinidade hegemônica: contar histórias e posicionar-se como um herói para ganhar a admiração das garotas. Nos discursos que adquirem coerência no senso comum (cf. Linde, 1993 – seção 2.5), espera-se que o homem seja mais forte e valente que as mulheres (cf. Badinter, 1992 – seção 4.1). Apesar desse trabalho tentar mostrar que tal superioridade não existe, trata-se de uma noção enraizada há séculos no senso comum, o que torna difícil modificá-la – até mesmo porque é essa superioridade que muitas mulheres ainda esperam dos homens.

No terceiro momento da narrativa, Henrique posiciona-se em primeira ordem intencionalmente (cf. seção 2.3) com superioridade em relação aos demais garotos, por estar namorando uma garota da turma. Os homens usam as mulheres para reafirmar sua masculinidade, pois o fato de ter uma namorada reforça sua masculinidade hegemônica e afasta definitivamente qualquer dúvida sobre sua heterossexualidade (cf. Badinter, 1992 – seção 4.2) – um discurso que adquire coerência no senso comum (cf. Linde, 1993 – seção 2.5).

Um outro grupo social de fundamental importância na adolescência de Henrique, e talvez o que mais tenha marcado a construção de sua masculinidade hegemônica foi a discoteca Hell, que Henrique freqüentou durante anos seguidos. Na verdade, ele freqüentou tal discoteca durante todas as tardes de domingo, dos seus 15 aos seus 17 anos de idade – e só parou porque a matinê acabou.

Narrativa 16: Só que eu não me contentava em ficar com uma só
--

Durante anos seguidos, todo domingo eu ia pra Hell, o tempo que a Hell durou. Aí o meu círculo de amizades, de 8, 10 colegas, homens, passou pra 30. De todos os níveis também: era gente do Pavão, era gente que morava na Atlântica, era gente que morava na Vieira

Souto, era gente que morava na Tabajaras. E... o que que era bom na Hell? Você ficava com as garotas, e no final ainda tinha uma briguinha pra esquentar. Só que eu não me contentava em ficar com uma só. (...) Eu comecei a me vestir como os garotos da época, então eu arrumava bastante namoradas. A Hell tinha dois andares, eu ficava com uma em cada andar. Todo domingo eu ficava com uma garota, eu não saía da Hell sem garota. Então eu fiquei com a Mônica, eu fiquei com a... com um monte. Entre a Hell e a Simone eu cheguei a **quase** transar com a Ana, e depois da Hell eu transei com a Mônica, eu transei com a Mara – depois, garotas da Hell – eu transei com a Kate, eu transei com a Regina, eu transei com a Alexandra, eu transei com a Ester. (...) O Flávio era o corno da história. Ele namorava a Jane e pedia para eu tomar conta da namorada dele na Hell quando ele ia para Campos ficar com a família, e eu tomava conta dela muito direitinho, entendeu? [sorriso irônico]

Na narrativa acima, Henrique assume um posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) para mim em que ele quer passar uma imagem de conquistador (com as garotas), aquele homem que está sempre disposto para o sexo (heterossexual), características do macho hegemônico (cf. Moita Lopes, 1999; Giddens, 1992 – seção 4.3). Seu posicionamento de primeira ordem – com seu sorriso irônico – mostra claramente seu orgulho, na época da história que conta, em ser um representante exemplar da masculinidade hegemônica: ficar com diferentes mulheres a cada semana, ter várias mulheres ao mesmo tempo, brigar como homem, roubar a namorada do amigo e fazer sexo com diversas mulheres (cf. seção 4.3). Apesar dessa história não refletir mais sua história de vida atual, Henrique ainda narra suas conquistas heterossexuais com orgulho – orgulho de um homem heterossexual que se considera um representante da masculinidade hegemônica.

Se o pesquisador não conhecesse bem as histórias de vida atuais de Henrique, certamente acreditaria que o Henrique do presente ainda vive essas mesmas histórias. Para uma platéia que não conheça Henrique, ele não é um homem gay contando histórias de experiências heterossexuais do passado, pois seu posicionamento como narrador, em momento algum, demonstra isso.

O único fator que pode levar o pesquisador a afirmar que o discurso de Henrique é o discurso de um homem gay de 29 anos contando uma história de quando tinha 15 anos é o fato do pesquisador conhecê-lo bem. Tal conclusão jamais poderia ser alcançada apenas com a análise de seu discurso por si só. Isso porque seu posicionamento atual perante o pesquisador não é o de um homem gay contando uma história sobre seu passado heterossexual. Suas histórias de vida o posicionam, mesmo hoje em dia, como um membro da masculinidade hegemônica.

Freqüentar a Hell foi um fator decisivo na construção da masculinidade hegemônica de Henrique na sua adolescência, como pode ser comprovado por outros momentos da entrevista:

Eu ia pra Hell, era coisa de machão mesmo, a gente batia nos outros...
--

Eu tinha várias namoradas, nunca tinha uma só.
--

Para Henrique, ser homem parecia se resumir basicamente a bater em outras pessoas e ter várias namoradas simultaneamente. Ser homem não parecia ser, para Henrique, algo natural, mas era algo que deveria ser constantemente provado (cf. Badinter, 1992 – seção 4.2). Entretanto, o posicionamento tácito (cf. seção 2.3) de Henrique ao contar essas histórias (o posicionamento em relação a mim não é intencional, pois, como já disse anteriormente, ele não demonstraria orgulho explícito de sua masculinidade hegemônica conhecendo a minha forma de encarar a transitoriedade das identidades masculinas) não parece demonstrar nenhum tipo de reconhecimento de culpa sobre suas atitudes passadas. Ao contrário, seu posicionamento parece justificá-las como necessárias para exercer aquele tipo de masculinidade que vivia na época. O fato de atualmente viver uma

outra masculinidade não mudou sua forma de ver a masculinidade hegemônica. A forma como narra suas histórias parece mostrar que ele ainda enxerga a masculinidade hegemônica como algo positivo – que, sem dúvida, goza de muito mais prestígio do que as demais formas de masculinidades (cf. seção 4.4).

Discordando (e um pouco irritado) de ver o Henrique homossexual justificando o Henrique macho hegemônico, resolvo interferir diretamente:

Narrativa 17: “Eu nunca levei namorada minha pra Hell”

Henrique: Eu nunca levei namorada minha pra Hell, porque eu queria ficar tranqüilo lá.
 Pesquisador: Se você nunca levava suas namoradas pra Hell pra ficar com outras garotas lá, você aceitaria dizer que você nunca gostou de nenhuma das suas namoradas?
 Henrique: Não, da Verônica eu gostei. Da Verônica eu gostei no início... De todas elas eu gostei; eu não gostava de ninguém no meu pé. [expressão de quem quer paz, sossego]
 Pesquisador: É um jeito de gostar estranho, porque você fica com uma pessoa mas fica a fim de ficar com outras.
 Henrique: Porque as outras eram troféus, era diferente. Entendeu?
 Pesquisador: Você precisava desses troféus?
 Henrique: Era bom... pra reputação da gente. [sorriso]

No diálogo acima, o posicionamento de Henrique é bastante diferente daquele que adotou quando contava suas histórias livremente, sem interferência da minha parte. Ao ter seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3), em que se mostra orgulhoso de suas conquistas, contestado por mim, que adoto um posicionamento de segunda ordem, questionando, durante a própria conversa, o posicionamento inicial de Henrique, este, na tentativa de justificar seu posicionamento de primeira ordem, reformula seu posicionamento e se posiciona como vítima das garotas, que, em suas palavras, ficavam no seu pé. O posicionamento inicial de Henrique é, portanto, reformulado pelo próprio com o objetivo de se justificar perante a mim, que contestei seu posicionamento inicial. Contudo, apesar da necessidade de negociação do seu posicionamento de primeira ordem devido ao posicionamento de segunda ordem do pesquisador, Henrique acaba voltando, embora mais humildemente, ao seu posicionamento de

primeira ordem, esboçando um sorriso ao tentar se justificar sobre por que tinha várias namoradas simultaneamente.

Foi ainda na época que freqüentava a Hell, quando estava com 16–17 anos, que Henrique teve seu primeiro desejo homossexual:

Narrativa 18: “...um dia eu tava me masturbando pensando numa garota e de repente eu pensei no Pedrinho”

O Pedrinho era meu amigo da Hell, só que o Pedrinho não brigava com ninguém. Ele era muito sossegado, e ele era meu amigo. E é claro, têm garotas bonitas e têm garotos bonitos. (...) Eu sempre tive perna fina (...) eu gostava de ver os caras de perna grossa; eu tinha vontade de ter perna grossa daquele jeito. Mas até aí nenhuma... Nessa época (16–17 anos) eu já me masturbava, mas nunca tinha pensado em homem. Eu era muito amigo do Pedrinho, e eu não admitia isso mas eu achava o Pedrinho muito bonito. Eu achava o Pedrinho muito parecido com o Felipe, meu irmão–de–santo, mas o Felipe era meu irmão, eu não tinha intenção nenhuma, com o Pedrinho eu já tinha. Eu fui descobrir isso quando um dia eu tava me masturbando pensando numa garota e de repente eu pensei no Pedrinho. Aí eu achei aquilo abjeto, fiquei muito chateado, e comentei com a Alessandra, minha irmã–de–santo, e ela falou "ah, não, isso é besteira, não tem nada a ver, não se liga nisso não...". Como eu sempre fui meio tranqüilo, eu não me chocava muito com as coisas. Eu me chocava, mas depois eu esquecia logo. Eu esqueci aquilo, a não ser, eu continuava admirando a beleza do Pedrinho. De vez em quando eu me pegava na Hell, eu via o Pedrinho dançando, e... ele tinha um jeito mais feminino; ele não era bichoso, ele tinha um jeito mais feminino. Eu via o Pedrinho dançando, e às vezes eu ficava muito próximo dele e eu ficava nervoso, mas eu sempre bloqueava esse tipo de pensamento. Depois o Pedrinho continuou a vida dele, eu continuei a minha, e eu continuei tendo namoradas.

Apesar de estar contando essa história para uma pessoa que sabe de seus desejos homossexuais atuais, Henrique continua se posicionando em primeira ordem (cf. seção 2.3) como um homem heterossexual hegemônico, justificando perante o pesquisador seus primeiros desejos homossexuais: “é claro, têm garotas bonitas e têm garotos bonitos”, “eu gostava de ver os caras de perna grossa; eu tinha vontade de ter perna grossa daquele jeito. Mas até aí nenhuma...”, “eu já me masturbava, mas nunca tinha pensado em homem”, “o Pedrinho continuou a vida dele, eu continuei a minha, e eu continuei tendo namoradas”. Ao mesmo tempo em que assume tal desejo, Henrique nega-o cada vez que procura explicá-lo. Até mesmo ao dizer “ele tinha um jeito mais feminino;

ele não era bichoso, ele tinha um jeito mais feminino”, Henrique está justificando sua atração por outro homem, pois um homem não pode se sentir atraído por um homem feminino (um homem do sexo biológico masculino com traços sociais do gênero feminino – cf. Parker, 2000 – seção 3.1), mas tal desejo pode ser de certa forma desculpado se for por um homem também com traços masculinos (cf. Castells, 1999 – seção 3.3). Ao dizer isso, Henrique mostra não apenas o que pensava na época em que os fatos ocorreram, mas também o que ainda pensa hoje. Seu comentário foi feito ao contar a história no presente, refletindo, portanto, um posicionamento que ainda assume atualmente.

A narrativa acima mostra bem o conflito vivido por Henrique: criado pelo pai para ser um típico representante da masculinidade hegemônica, e considerado por si próprio como tal, orgulhoso de suas conquistas e de seu sucesso com as mulheres, Henrique de repente se sente atraído por outro garoto. Como sabe que não pode recorrer à família e aos amigos para expor o que está sentindo, decide procurar uma irmã-de-santo, uma pessoa, segundo ele, sem preconceitos, que, no entanto, não o ajuda muito. Enojado por se sentir atraído por outro homem, Henrique decide bloquear esse pensamento. Mas a presença de Pedrinho continua fascinando-o e, ao mesmo tempo, incomodando-o.

Antes de retomar a análise das narrativas de Henrique, vou resumir alguns fatos por ele narrados e que servem para contextualizar as narrativas e a análise que se seguem.

Aos 17 anos, com o fim da matinê da discoteca Hell, Henrique perdeu o contato com seus amigos da discoteca e se aproximou mais de um amigo antigo, Anderson. Anderson era um colega de colégio de Henrique que tinha um jeito “meio afeminado” (palavras de Henrique), sendo por isso discriminado pelos colegas. Henrique gostava muito dele e por isso defendia-o. Quando Henrique

era pequeno, "raquítico", ele tinha um amigo "grandão" que sempre o defendia. Por isso ele acha que criou esse hábito de defender os mais fracos, e sempre defendia o Anderson. Os colegas respeitavam muito Henrique – um garanhão como todos gostariam de ser, um digno representante da masculinidade hegemônica – e, por isso, passaram a respeitar Anderson também (por este ser protegido de alguém tão respeitado).

A atitude inicial dos colegas de Henrique é uma atitude bastante comum entre os garotos: rejeitar os garotos que tenham um jeito afeminado, pois eles representam uma ameaça à masculinidade hegemônica do grupo (cf. Moita Lopes, 1999; Weeks, 1996/2000 – seção 4.3). Neste caso, o afeminado só é aceito como parte do grupo por ser defendido por um membro de respeito do grupo, um "verdadeiro macho".

Com a proximidade de Anderson, Henrique passou a ser exposto a novos discursos (cf. capítulo 1) que desconhecia até então.

Narrativa 19: “Eu gostava que o Anderson fosse lá pra casa e contasse as histórias do mundo gay”

Aos 17 anos a Hell acabou. (...) A minha amizade com o Anderson foi aumentando. Apesar de eu defender ele, aquele jeito dele me incomodava, mas eu gostava do Anderson, então... acaba que aquilo... eu fui me acostumando... (...) Todo mundo reparava esse jeito do Anderson, mas a gente acabava que passava por cima porque a gente gostava dele. Claro que a minha mãe sempre condenava, que tinha certeza que ele não podia ser homossexual, porque isso era isso, aquilo, e errado, e realmente o Anderson nunca tinha dito que era porque ele inclusive gostava da Jane, ainda na época da Hell. E o Anderson sempre ia lá em casa, depois de um certo tempo, e me contava uma história de uma pessoa que ele dava o nome de Lúcia. E eu sempre gostei muito de música de fossa, eu botava essas músicas, eu ficava sentado no sofá, o Anderson na poltrona, me contando essas histórias dessa garota que ele era apaixonado, **do curso de inglês**. E como eu não ia ao curso de inglês... de vez em quando eu ia lá pra pegar o Anderson, pra encontrar com ele pra gente sair, mas... nunca prestei atenção... Apareceu o Alex, que foi ex-namorado de uma ex-namorada minha, (...) e eu comecei a perceber que o Anderson ficou muito atraído pelo Alex e... tudo o que ele falava ele botava o nome do Alex, tudo o que ele falava... aquilo já estava me irritando... eu também tava ficando com a pulga atrás da orelha. Aí eu me lembro que eu um dia levei o Anderson pra praia e sentamos num banco e eu praticamente forcei-o a me dizer o que que ele sentia pelo Alex. Ele rodou, rodou, rodou, rodou, mas ele

me falou. Ele ficou muito envergonhado, sem graça, e falou "bom, agora você não vai mais querer ser meu amigo", eu falei "não, que isso! Não tem nada a ver". Não vou dizer que eu não fiquei chocado, fiquei um pouco assustado, mas eu estava mais ou menos esperando. E na verdade eu queria que ele desse essa resposta mesmo. Depois daí, as histórias do Anderson passaram a ter outro nome. Era Jean, Jean Charles. Jean Charles foi um francês que ele conheceu numa época de férias e eles tiveram um caso tórrido. Ele chamou o Anderson para ir embora com ele pra França, mas ele não foi por medo. Eu acho que ele devia ter ido. Ele dizia que nunca ia haver ninguém que nem o Jean Charles. Mesmo ele gostando do Alex, ele dizia que nunca ia gostar de ninguém que nem ele gostou do Jean Charles. Eu sei que o romance dele com o Alex não deu certo (...) Eu gostava que o Anderson fosse lá pra casa e contasse as histórias do mundo gay. E eu já tava numa religião que não condenava isso, então eu não achava nada demais saber, né? Conhecia pessoas assim... Eu comecei a me acostumar com aquilo, aquilo não me chocava tanto... Muito menos a história de um amigo meu!

Na narrativa acima Henrique mais uma vez posiciona-se como personagem e como narrador para diferentes platéias. Como personagem, Henrique adota um posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) de superioridade à sua platéia – Anderson – forçando-o a confessar algo que ele quer que o outro confesse. O fato de se considerar heterossexual e suspeitar da homossexualidade de seu interlocutor lhe dá, do seu posicionamento enquanto personagem (maior prestígio dos heterossexuais em relação aos homossexuais – cf. seção 4.4), o direito de exigir o que quiser do outro. Apesar de Anderson não ter adotado um posicionamento de segunda ordem para contestar o posicionamento de primeira ordem de Henrique – ao contrário, aceita o posicionamento de primeira ordem em que foi colocado – o próprio Henrique reformula seu posicionamento em relação a Anderson. Em vez de superior, como havia se posicionado anteriormente, Henrique passa a se posicionar e a posicionar Anderson em um nível de cumplicidade. Toda a autoridade usada para conseguir a confissão dá lugar a uma cumplicidade que ele quer ter com o amigo para poder compartilhar de suas histórias.

Henrique, dessa vez como narrador, também assume um posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) de solidariedade a Anderson perante a mim: “não

vou dizer que eu não fiquei chocado, fiquei um pouco assustado, mas eu estava mais ou menos esperando. E na verdade eu queria que ele desse essa resposta mesmo”, “eu gostava que o Anderson fosse lá pra casa e contasse as histórias do mundo gay”, “eu comecei a me acostumar com aquilo, aquilo não me chocava tanto... Muito menos a história de um amigo meu!”. Na verdade, esse posicionamento de Henrique perante a mim pode ser explicado como uma transição de Henrique do mundo da masculinidade hegemônica para o mundo gay. Henrique sabe que sei o fim de sua história, e sabe que já percebo que o momento da mudança está chegando. Isso faz com que Henrique comece a mudar seu posicionamento. Conforme já dito anteriormente, o posicionamento orgulhoso de Henrique perante a mim ao contar suas histórias heterossexuais muda para um posicionamento mais tímido ao contar suas histórias homossexuais – no discurso do senso comum (cf. Linde, 1993 – seção 2.5) não há motivo para se orgulhar de uma masculinidade homossexual, apenas da masculinidade hegemônica (cf. seção 4.4).

Na narrativa acima, Henrique conta como começou a se aproximar do mundo gay. Chocado a princípio, rende-se às histórias do amigo sobre aquele mundo proibido e diferente. Seu fascínio talvez se explique pelo fato de ter sido exposto desde muito cedo a apenas um discurso sobre sexualidade: o discurso da masculinidade hegemônica vindo do pai e reforçado pelos demais garotos.

A proximidade de Henrique com Anderson e sua exposição a novos discursos antes desconhecidos (cf. seção 1.2) caracterizam o que Weeks (1996/2000) chama de etapa de significação da construção da identidade (cf. seção 3.1). Segundo Weeks (1996/2000), esse é o momento em que o indivíduo começa a fazer as diferenças em relação à norma significarem, percebendo as possibilidades do mundo social. No caso de Henrique, isso ocorreu ao ser

exposto aos novos discursos trazidos por seu amigo Anderson. A falta de conhecimento sobre outros tipos de masculinidades atiçava a sua curiosidade cada vez mais.

Narrativa 20: “Eu ficava curioso, queria saber como que era, mas achava que não era pra mim”

O Anderson tentou com o Alex, não deu certo. Ele teve alguns namorados, ele me contava as aventuras dele. E eu ficava curioso, eu queria saber como que era. Eu queria saber como que era, mas não tinha coragem de ir à boate, de ir a lugar nenhum, tinha vergonha, e achava que não era pra mim. O Anderson às vezes me chamava pra ir, mas eu não ia... Eu não sei se eu me arrependo, ou se não era a hora mesmo... De repente se eu tivesse ido não teria caído na esparrela de Otávio, não sei... Eu sei que eu não fui, na época não me interessou. (...) O Anderson me contava o que acontecia nas boates, como é que as coisas aconteciam...

Nessa narrativa Henrique continua resistindo àquilo que o pesquisador já sabe de antemão que irá ocorrer. Ele parece demonstrar que achava natural uma pessoa ser gay, mas não ele – ele poderia aceitar que outras pessoas fossem gays, mas não aceitaria que ele próprio fosse. Isso fica claro no posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) que ele adota perante a mim ao narrar os fatos. Além disso, ao contar sua história, Henrique assume que seu discurso projeta coerência para mim em um sistema de coerência baseado em conhecimentos específicos (cf. Linde, 1993 – seção 2.5) partilhados por ele e por mim. Ao dizer “de repente se eu tivesse ido não teria caído na esparrela de Otávio, não sei...”, Henrique sabe que a frase fará sentido para mim – que já conhecia sua história previamente – e sua história irá adquirir coerência para mim. A mesma história contada para outra platéia teria que ser contada de uma forma diferente, e o seu efeito talvez não causasse o mesmo impacto que causou no pesquisador, que já sabia quem Otávio era.

A narrativa acima mostra a curiosidade cada vez maior de Henrique pelo mundo homossexual, considerado, por ele mesmo, proibido para ele. Convidado

por Anderson para ir à boates gay, Henrique nunca aceitou. Apesar de seu fascínio pelo assunto, nunca achou que "isso fosse pra ele". Algum tempo depois, quando soube que havia um rapaz apaixonado por ele, rejeitou completamente, a princípio, a hipótese de se envolver com ele (cf. narrativa 21 abaixo).

6.2 – Construção de Masculinidades Subalternas: Homossexualidade

Na narrativa a seguir, Henrique conta como foi seu primeiro contato homossexual:

Narrativa 21: “... e aí nós nos beijamos. Mas ninguém poderia saber, ninguém...”

Quando eu tinha 17 anos, em outubro de 1988, eu tava no 2º ano, o Dedé, que era amigo do Alex, me chamou pra sair com um grupo de amigos deles. Foi aí que eu conheci o Otávio. (...) Eles fizeram uma festa surpresa de aniversário de 18 anos pra mim, em outubro. (...) O Alex começou a insinuar que o Otávio tava a fim de mim. Eu levava tudo na sacanagem: "Ah, vai se foder, não quero saber de viado não...". Quando o Otávio fez aniversário, em janeiro de 1989, ele foi levar todo mundo em casa e eu fiquei sozinho no carro com ele porque eu queria tirar aquela história a limpo. O Alex tinha me ligado durante o dia, disse que o Otávio tava apaixonado, que se eu não quisesse nada com ele pelo menos que conversasse com ele... Então eu pedi pra conversar com ele. Nós estávamos sozinhos no carro dele e aí nós nos beijamos. Ele começou a passar a mão no meu pau e começou a me chupar até eu gozar. Aí o que que aconteceu, a gente ficou, mas eu proibi que ele contasse aquilo pra alguém, ninguém poderia saber, ninguém. Só que a primeira coisa que ele fez foi contar pro Alex. Então eu continuava sentando no banco de trás do carro, brincava com o Otávio, tudo, mas eu achava que ninguém sabia. A gente não chegava a transar. O Otávio tinha medo, achava que eu tinha o pau muito grande, que ia machucar ele, e... eu também não tava preparado. (...) Nessa época eu ficava com a Carol. (...) Eu não ficava com o Otávio, eu só brincava com ele. (...) Quinze dias depois a gente assumiu para a turma e começou a namorar mesmo, aí eu achei por bem não ficar com mais ninguém.

O posicionamento de Henrique muda ao longo da narrativa, assim como sua identidade sexual. No começo da história, ainda adotando um posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) heterossexual dentro da masculinidade hegemônica, Henrique rejeita os homossexuais ("viados", como ele diz) – desprezar os gays é uma das exigências da masculinidade hegemônica (cf. Moita

Lopes, 1999; Weeks, 1996/200 – seção 4.3). Seu posicionamento como personagem ainda é orgulhoso, afinal, Henrique sabe que seu interlocutor, Alex, teve um envolvimento com seu amigo Anderson. Henrique acha-se, então, com o direito de posicionar-se com superioridade a Alex – afinal, a masculinidade hegemônica é prestigiada socialmente, enquanto a homossexualidade é negada – cf. seção 4.4).

No entanto, ao começar a falar de Otávio, Henrique muda seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3). Com bastante naturalidade, conta que “nós estávamos sozinhos no carro dele e aí nós nos beijamos”, como se esse não fosse um momento de transição e de uma grande virada em sua sexualidade. O Henrique narrador pode adotar esse posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) por seu interlocutor (eu) ser uma pessoa que já conhece sua história, o que faz com que sua narrativa adquira coerência (cf. seção 2.5) – diferentemente de outros interlocutores que não compartilhassem do mesmo conhecimento, para quem a naturalidade com que Henrique narrou os fatos não produziria coerência.

Em seguida, ainda na mesma narrativa, Henrique muda seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) em relação a Otávio, proibindo-o de contar aos demais colegas do grupo o que houve entre eles. Esse posicionamento só é quebrado no fim da narrativa (pois até então ele não sabia que sua proibição havia sido desobedecida), quando ele diz que “quinze dias depois a gente assumiu para a turma e começou a namorar mesmo”.

Durante a narrativa, Henrique tenta posicionar-se em primeira ordem (cf. seção 2.3) para mim de uma forma que justifique a fluidez de sua identidade sexual. Dizer “a gente não chegava a transar” e “eu não ficava com o Otávio, eu só brincava com ele” são formas de recuperar aquele posicionamento que ele

possuía ao contar suas experiências heterossexuais (que lhe rendiam maior prestígio social – cf. seção 4.4) e que quer continuar mantendo, mesmo contando histórias de experiências com uma masculinidade subalterna.

Procurar manter esse mesmo posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) em relação a mim ao contar suas histórias é a forma que Henrique encontra de tentar manter o mesmo respeito e o mesmo reconhecimento que tinha quando exercia a masculinidade hegemônica (cf. seção 4.4). A frase “o Otávio tinha medo, achava que eu tinha o pau muito grande, que ia machucar ele” mostra bem esse posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) perante a mim. A frase não é necessária para que a história adquira coerência, mas foi dita para deixar claro para mim o seu posicionamento em relação a Otávio: ele, Henrique, era o ativo (cf. seção 3.3). É também uma forma de posicionar-se orgulhosamente em relação ao pesquisador: apesar de estar vivendo uma identidade homossexual, ele “tinha o pau muito grande e poderia machucar” o parceiro. Esse posicionamento é, no entanto, quebrado logo em seguida, quando Henrique admite que não estava preparado para ter um relacionamento sexual com Otávio.

Henrique começa a narrativa rejeitando os homossexuais (“viados”, em suas palavras), pois desprezar os gays é uma das exigências da masculinidade hegemônica (cf. Moita Lopes, 1999; Weeks, 1996/2000 – seção 4.3). Porém, termina beijando aquele que tinha a intenção de rejeitar. Henrique fica completamente confuso e desorientado: está sentindo e fazendo tudo que vai contra os discursos sobre o que é “certo” aos quais foi exposto durante toda a sua vida. Apesar de desta vez não sufocar seu desejo, proíbe o parceiro de contar o que aconteceu a quem quer que seja, além de não considerar as “brincadeiras no banco de trás do carro” relações sexuais. Paralelamente a Otávio, Henrique “ficava” com uma garota, e não considerava estar enganando Otávio, pois não

“ficava” com ele, apenas “brincavam”. Henrique não estava sabendo lidar com suas identidades sexuais fluidas e contraditórias (cf. seções 1.4 e 3.1), pois era tudo muito novo para ele – na verdade, ele nem imaginava que isso pudesse acontecer.

Na categorização de Weeks (1996/2000), Henrique está passando pelo momento da subculturização (cf. seção 3.1). Ou seja, através do envolvimento com outras pessoas que compartilham de discursos diferentes da norma (no caso, Otávio), o indivíduo (Henrique) começa a se reconhecer como parte desses discursos.

Para Henrique, um relacionamento homossexual parecia ser mais um jogo erótico do que um relacionamento sério. Isso pode ser concluído a partir do que Henrique disse a respeito de um dos rapazes gays do grupo:

O Mel... assim... ele era casado, essas coisas, ele gostava de uma sacanagem.

Ser casado, para Henrique, era o relacionamento sério de Mel. Seus relacionamentos homossexuais eram apenas brincadeiras eróticas, “sacanagens”, inofensivas, pois não afetavam seu casamento, a família e o patriarcalismo (cf. Castells, 1999 – seção 3.3).

Apesar de 15 dias depois ter assumido (para aquele grupo específico de amigos) o namoro, conforme o final da narrativa anterior, Henrique ainda tinha dificuldades em lidar com sua nova masculinidade subalterna e não aceitava sua homossexualidade: não assumia o namoro com Otávio para qualquer pessoa, ainda se relacionava com garotas.

Narrativa 22: “Eu fiquei com ela mesmo estando com o Otávio”

Em fevereiro eu fui convidado para uma festa, da Simone, e eu falei, "Otávio, se você quiser vir, pode vir também, só que lá a gente não pode chegar como namorado. Eles são
--

meus amigos de infância, meus amigos da rua, não fica legal". Ele não quis ir. Lá eu tomei umas e outras e eu acabei ficando com a Marli, e a gente ficou por uma semana e meia. A gente não chegou a transar, só tirou uns sarros. Eu fiquei com ela mesmo estando com o Otávio.

Na narrativa acima, Henrique deixa claro que ainda não sabe lidar com suas identidades sexuais fluidas e contraditórias (cf. seção 1.4). O que Henrique acredita, na verdade, é que ao adotar uma identidade sexual fixa socialmente aceita, ele consegue encobrir o segredo sobre suas demais identidades não aceitas socialmente (cf. Heilborn, 2001 – seção 3.3). Além disso, o fato de também viver relações heterossexuais torna seus encontros homossexuais mais socialmente aceitos, pois ele ainda mantém seu papel social heterossexual (cf. Castells, 1999 – cf. seção 3.3).

Seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) ao me contar sua história é o de se desculpar, tratando logo de me explicar que não se relacionou sexualmente com a garota. No entanto, sexo com Otávio era apenas deixá-lo fazer sexo oral nele (cf. narrativa 23 a seguir). Henrique não conseguia nem mesmo beijar ou tocar em Otávio. Tocar e beijar um homem seria desperdiçar todas as suas conquistas no campo da masculinidade hegemônica – pelo menos é esse o posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) assumido por ele enquanto narrador, como mostra a narrativa a seguir.

Narrativa 23: “No início o sexo era só brincadeira...”

Tinha um problema: eu não beijava o Otávio. Eu não conseguia beijar. Eu achava estranho beijar homem. Eu não entendia. (...) No início o sexo era só brincadeira, o Otávio só me chupava... Depois a gente começou a se tocar...

Essa narrativa, juntamente com a narrativa anterior, são exemplos claros de que Henrique não sabe lidar com suas identidades sociais contraditórias e fluidas (cf. seção 1.4). Além disso, seu posicionamento de primeira ordem (cf.

seção 2.3) ao me contar a história procura justificar a negação que faz à sua homossexualidade como uma dificuldade em adaptar-se à sua nova identidade, e não como mero desprezo por uma masculinidade subalterna. Segundo Weeks (1996/2000), a construção de uma nova identidade passa por alguns estágios, sendo que a transição entre eles não é automática, podendo alguns indivíduos nunca alcançar o último estágio (cf. seção 3.1).

Olhando-se o diário de Henrique, percebe-se que as referências a Otávio ganham um novo nome: Ester. Em seu diário, Henrique posiciona Otávio em primeira ordem (cf. seção 2.3) como uma mulher (sexo feminino), com quem supostamente tem um relacionamento heterossexual. Para isso, Henrique usa pronomes femininos e até mesmo inventa um nome feminino para Otávio.

Diário de Henrique (1)

Saí com a Ester.
Deu briga mas tudo se resolveu.

Fui no colégio dela.
Foi ótimo.

Ester,
Te amo muito.
Henrique

Otávio não contesta esse posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) a ele atribuído por Henrique, e não só aceita ser posicionado como mulher no diário de Henrique, como também passa ele próprio a assinar, no diário, o nome feminino a ele dado por Henrique. É o que mostra o bilhete a seguir, escrito por Otávio e endereçado a Henrique:

Bilhete de Otávio

Amor,
 Você esqueceu sua agenda na minha mala!
 Investiguei tudo. Te amo muito, foi ótimo tudo, principalmente hoje pela manhã!
 Você é e sempre será
 Meu Gato!
 Gostosão!

Ass: Ester Rodrigues

Diferentemente de Henrique, Otávio aceitava sua identidade homossexual com maior naturalidade. Talvez por adotar uma identidade feminina, considerando-se uma mulher (cf. narrativa 27 abaixo), Otávio não tinha tantos conflitos quanto Henrique na hora de se relacionar com outros homens. Mais do que gostar de ser um homem que tem relacionamentos com outros homens, Otávio se considerava uma mulher.

Narrativa 24: “O Otávio tem uma preocupação muito grande em provar que não é homem”

O Otávio tem uma preocupação muito grande em provar que não é homem. Ele tem medo de ser homem; porque homem assume responsabilidades, e ele não as quer. Ser homem subentende-se ter que sair de casa, ter que sustentar uma família, ter que casar, ou, que não case, ter a sua própria vida... E o Otávio tem muito medo disso. Então sendo mulher é mais fácil, né?

Na narrativa acima para justificar o posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) de Otávio (na verdade, o posicionamento de primeira ordem que ele atribui a Otávio e que ele diz ser o posicionamento que o próprio Otávio adota), Henrique mais uma vez incorpora o discurso da masculinidade hegemônica, segundo o qual o homem é responsável, empreendedor, prático, enquanto a mulher depende de ter um homem para cuidar dela, pois não é capaz de fazê-lo

sozinha (cf. Moita Lopes, 1999; Giddens, 1992 – seção 4.3). Mais uma vez, Henrique, apesar de estar posicionado tacitamente (cf. seção 2.3) como homossexual perante a mim, assume um posicionamento de primeira ordem característico da masculinidade hegemônica ao criticar o posicionamento feminino adotado por Otávio em algumas ocasiões.

Otávio, segundo Henrique, adotava posicionamentos de primeira ordem (cf. seção 2.3) dúbios: apesar de se considerar uma mulher na hora de ter que assumir responsabilidades, também possuía uma atitude masculina na hora de tomar decisões no relacionamento (cf. narrativa 27 abaixo). Isso causou uma confusão na cabeça de Henrique, que estava vivendo uma fase de transição entre a masculinidade hegemônica e a masculinidade gay (cf. Weeks, 1996/2000 – seção 3.1). Henrique não aceita que Otávio tenha identidades sexuais múltiplas e contraditórias (cf. seção 1.4).

Contudo, dentro da perspectiva sócio-construcionista, Otávio pode, sim, assumir identidades sexuais múltiplas e contraditórias (cf. seção 1.4), ou seja, pode adotar diferentes posicionamentos em diferentes contextos sociais e para diferentes platéias (cf. seção 2.3). E é isso o que, na verdade, acontece. Segundo a narrativa de Henrique, Otávio ora posiciona-se como masculino, e ora posiciona-se como feminino. Tal posicionamento múltiplo está de acordo com a visão sócio-construcionista do discurso e das identidades sociais seguida aqui (cf. capítulos 1 e 2).

O enraizamento dos ideais da masculinidade hegemônica é tão forte que seus efeitos são percebidos até em masculinidades subalternas. O próprio Otávio, que sempre exerceu uma identidade sexual gay, também parece repetir o discurso da masculinidade hegemônica, segundo as narrativas 25 e 26 de Henrique, a seguir:

Narrativa 25: “Se eu tratasse ele muito bem ele achava que eu tava sendo afeminado...”

Eu não podia nem agradá-lo demais nem agradá-lo de menos. (...) Se eu tratasse ele muito bem ele achava que eu tava sendo afeminado, que não podia tratá-lo tão bem. E se eu tratasse mal ele achava que eu tava sendo grosseiro. Ele não queria um afeminado. Ele se reconhecia como o afeminado, apesar de não ter esse tipo de atitude. Ele é afeminado, as pessoas percebem que ele é afeminado, ele tem jeito, só que, por exemplo, a gente ia a um restaurante, ele fazia o pedido pro garçom, ele que decidia a hora de ir embora... Era sempre a opinião dele que valia.

Narrativa 26: “... se eu deixei ele tentar é porque eu era viado, então não servia pra ele...”

Já no fim do nosso relacionamento o Otávio me humilhava muito. Ele dizia que queria um outro tipo de homem pra ele, que eu não era homem pra ele. Ele só fazia isso quando ele tentava me penetrar e eu não deixava ele ir até o final, e ele dizia que eu não devia ter deixado nem ele tentar, e que se eu deixei ele tentar é porque eu era viado, então não servia pra ele.

Nessas narrativas, Henrique posiciona Otávio em primeira ordem (cf. seção 2.3) como um gay assumido (“ele se reconhecia como o afeminado”) que repete o discurso essencialista da masculinidade hegemônica, pois, segundo Henrique, o próprio Otávio se posiciona em primeira ordem como afeminado e cobra de Henrique que este não tenha atitudes femininas. Apesar de Otávio estar sendo posicionado em primeira ordem por Henrique, este procura sempre deixar claro que não está posicionando Otávio intencionalmente de uma forma equivocada, uma vez que o outro não está presente na conversa para contestar os posicionamentos de primeira ordem a ele dados por Henrique a adotar novos posicionamentos de segunda ordem (cf. seção 2.3). Henrique faz questão de enfatizar que esse é o posicionamento de primeira ordem adotado pelo próprio Otávio (cf. narrativa 25 acima: “ele se reconhecia como o afeminado” e narrativa 27 abaixo: “ele fez questão de frisar pra mim que ele seria passivo”).

Além disso, em suas narrativas, Henrique não deixa de dar conta dos vários posicionamentos (cf. seção 2.3) – até mesmo contraditórios – que Otávio assume: o afeminado que quer um homem másculo ao seu lado (cf. narrativas 25 e 26 acima), ou o másculo que toma as decisões quando sai com o namorado (cf. narrativa 25 acima, narrativa 27 abaixo e diário 2 a seguir).

Diário de Henrique (2)

... por que sempre tenho que fazer o que ela quer, ir onde ela quer e nunca onde eu quero?

Entretanto, como as identidades sociais podem ser contraditórias (cf. seção 1.4), Otávio, assim como Henrique, também poderia assumir vários posicionamentos (cf. seção 2.3): se Henrique o tratasse muito bem, ele reclamava que um homem não poderia ser tão delicado; mas se Henrique o tratasse mal, ele o chamava de grosseiro (cf. narrativa 25 acima).

O fato de Otávio pedir para penetrar Henrique mas não querer que o parceiro assuma o papel de passivo é uma contradição por si só. Ao se posicionar em primeira ordem (cf. seção 2.3) para mim, Henrique posiciona Otávio em primeira ordem sempre como o passivo que se auto-posiciona em primeira ordem como tal e, portanto, quer um parceiro ativo. Apesar desse discurso, Otávio, na narrativa 26, pede para penetrar Henrique, que permite que o outro o faça. Logo em seguida, segundo Henrique, Otávio reformula seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) inicial e adota um posicionamento de segunda ordem (cf. seção 2.3) contraditório ao seu posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) inicial, alegando que Henrique não poderia tê-lo deixado tentar.

Apesar de reconhecer, ao longo de suas narrativas, os posicionamentos de primeira ordem (cf. seção 2.3) dúbios de Otávio, perante a mim Henrique insiste

em posicionar Otávio em primeira ordem – ou melhor, alegar que Otávio se auto-posiciona em primeira ordem – não apenas como passivo, mas como uma mulher de verdade (conforme foi visto explicitamente na narrativa 24 e será retomado na narrativa 27, a seguir).

Narrativa 27: “Eu era homem, só ele era homossexual”

Pesquisador: Como você notava que ele se sentia mulher?

Henrique: Ah, pelas atitudes dele. Mas na cama não era bem assim. Por exemplo, ele era o tipo de pessoa, ele agia como homem, apesar de não querer ser homem. Ele queria ter prazer, mas ele não queria dar prazer. Isso é uma atitude de homem. Ele queria chegar ao orgasmo primeiro, ele que decidia como, quando e onde transar, em tudo, quando começar, quando terminar. Isso é uma atitude ativa, mas ele era passivo. (...) Isso já ficou mais ou menos estabelecido desde o início porque ele fez questão de frisar pra mim que ele seria passivo. E que ele não gostava de passivo, muito menos de bicha. **Ele** era bicha. Mas o Otávio tinha umas viagens, ele se considerava uma mulher mesmo. Só que ele não agia como mulher. Eu não poderia ser homossexual, só ele. Eu era homem, só ele era homossexual. E ele repetia aquilo pra mim eternamente: que quando eu terminasse com ele, eu só poderia ficar com garotas, e na minha cabeça isso era a maior confusão. Como eu ia ficar com garotas se eu já tinha tido um relacionamento com um homem? Uma coisa é traír uma garota, ou ficar com várias mulheres, uma outra coisa é você ter ficado com um homem e voltar a ficar com outras mulheres; é meio complicado.

A maior prova de que é possível viver diferentes identidades de gênero independentemente do sexo e da sexualidade são as noções de *ativo* e *passivo* existentes na homossexualidade masculina (cf. Agacinski, 1999 – seção 3.3). Como as identidades sociais (incluindo as de gênero) são fragmentadas, um indivíduo pode ter um comportamento passivo em um determinado contexto social e um comportamento ativo em outra situação diferente. Entretanto, para os personagens das narrativas que analiso, os conceitos de ativo e passivo adquirem coerência no senso comum (cf. seção 2.5), ou seja, só produzem significados com referência ao comportamento sexual. No senso comum, os conceitos de ativo e passivo só adquirem coerência em relação à sexualidade: o ativo é o que penetra e o passivo o que é penetrado (cf. seção 3.3).

Essa distinção entre comportamento sexual ativo e passivo é, portanto, a maior prova de que é possível viver diferentes identidades de gênero independentemente do sexo da pessoa e da sexualidade que ela viva. No caso desta pesquisa, temos dois indivíduos do sexo masculino vivendo uma sexualidade homossexual em que, segundo o senso comum, pelo menos durante o ato sexual, um assume o gênero masculino (o ativo, Henrique), enquanto o outro assume o gênero feminino (o passivo, Otávio). Os dois são igualmente homens e homossexuais, mas, pelo menos durante o ato sexual, pretendem assumir gêneros diferentes. Tais identidades de gênero podem se repetir, ou não, em outras circunstâncias da vida social. O fato de assumirem tais identidades de gênero em um determinado contexto não significa que tais identidades de gênero se repetirão em todos os demais contextos: o passivo pode vir a assumir identidades masculinas em certas situações, assim como o ativo pode vir a assumir identidades femininas. Ao falar em identidades masculinas e femininas, refiro-me a comportamentos rotulados socialmente como esperados de homens e mulheres, respectivamente.

A distinção entre ativo e passivo está diretamente ligada à questão do poder. O ativo é posicionado (cf. seção 2.3) em uma situação superior ao passivo, pois o ativo faz o “papel do homem”, enquanto o passivo desempenha o “papel da mulher” (Agacinski, 1999). Ou seja, as relações de poder histórico-sócio-culturais que colocam o homem como dominante e a mulher como dominada são também freqüentemente reproduzidas nas relações homossexuais, submetendo o passivo ao poder dominante do ativo.

Na narrativa acima, Henrique, cada vez mais confuso, não consegue se enquadrar na masculinidade gay, pois seu namorado parece possuir uma visão essencialista de gênero: no relacionamento entre dois homens, aquele que

penetra é homem, macho, não é "viado", enquanto o que é penetrado, o passivo, é a bicha, ou, pior ainda, a mulher do relacionamento. A consequência disso é que quando Otávio termina o relacionamento, Henrique não sabe o que fazer. Ele se considerava bem vivendo dentro da masculinidade hegemônica, até Otávio aparecer e abalar a sua masculinidade, que Henrique acreditava já estar construída, pronta.

Narrativa 28: "...me tiraram do meu lugar, modificaram toda a minha vida..."

Eu não tinha cabeça pra mais nada, fiquei completamente alucinado. (...) Eu tava na minha quieto, aí me tiraram do meu lugar, modificaram toda a minha vida, transformaram toda a minha vida, e... "agora eu não sei o que eu faço, eu tô completamente perdido".

Na verdade, mesmo depois de ter vivido um relacionamento com outro homem, Henrique ainda não reconhecia sua identidade homossexual. Na narrativa acima, Henrique ainda se posiciona como um heterossexual, de identidade fixa, que foi modificado contra sua vontade. Ao se posicionar em primeira ordem (cf. seção 2.3) como vítima, Henrique nega, mais uma vez, sua identidade homossexual, posicionando intencionalmente (cf. seção 2.3) Otávio como o responsável pelas mudanças – que não queria assumir – em sua vida. Seu comportamento, entretanto, pode ser explicado pelo momento de mudança e transição que Henrique estava vivendo.

Após ter rompido com Otávio, Henrique procurou se readaptar à masculinidade hegemônica, de preferência querendo esquecer o desvio sofrido no que ele acreditava ser o fluxo natural das coisas. Começou a achar, então, que a melhor coisa que poderia fazer era voltar a se envolver com garotas, como o próprio Henrique escreveu em seu diário:

Diário de Henrique (3)
“Não gosto dela, mas seria bom para tentar esquecer a Ester”

Hoje a Carol veio aqui em casa para ver a mamãe, só que eu estava sozinho e quase transamos. Ela ficou se oferecendo, mas na hora H minha mãe chegou. Que droga! Não gosto dela, mas seria bom para tentar esquecer a Ester. Só não sei porque estou sentindo culpa, como se a tivesse traído, mas foi ela quem me deixou. Apesar disso eu ainda a amo.

A Carol sabe de tudo, mas me falou que não se importa e me pediu para tentar. Eu não tenho nada a perder, quem sabe a Ester vê e se toca do que ela fez. Só que não vou me envolver.

Um dia vou ver a Ester e conversaremos. Talvez até...

Por se tratar de um diário, Henrique se posiciona em primeira ordem (cf. seção 2.3) perante ele mesmo ao escrever sua história, pois não espera que alguém o leia. No entanto, substitui o nome Otávio por Ester, por precaução, no caso de alguém encontrar e ler seu diário. Os posicionamentos de Henrique são múltiplos e contraditórios. Sua história começa com sua personagem posicionada em primeira ordem (cf. seção 2.3) como vítima da outra personagem (“ela ficou se oferecendo”), mas logo se reposiciona (“que droga!”) e assume um posicionamento de segunda ordem (cf. seção 2.3), admitindo que, apesar de não gostar da garota, quer ficar com ela para esquecer o ex-namorado. Ao longo da história, porém, seu posicionamento muda novamente: ele não quer mais que seu relacionamento com a garota dê certo, mas quer que esse relacionamento provoque ciúmes em Otávio. Henrique termina sua história acenando com a possibilidade de reatar com Otávio.

Depois de se sentir enganando as mulheres com quem ficava, por já ter tido um relacionamento com outro homem, Henrique volta a procurar Anderson, seu amigo de infância gay, e eles voltam a sair juntos. Henrique fica com outros homens e descobre porque não consegue esquecer Otávio: trata-se de orgulho de macho. Dando mais uma demonstração de se posicionar como um macho

hegemônico, Henrique não admite ter sido abandonado por um gay, coisa que nunca havia acontecido com uma mulher.

Narrativa 29: “Nenhuma garota tinha terminado comigo nunca, como é que um gay ia terminar comigo?”

Henrique: Eu tentei me readaptar às minhas antigas amizades, mas sempre tinha alguma coisa estranha. Eu saí algumas vezes com eles, eu fiquei com algumas garotas, mas sempre tinha alguma coisa estranha. Eu me sentia enganando a todo mundo, me enganando, eu me sentia mal. Eu me sentia sozinho.

Pesquisador: Por que você não ficou com outros homens?

Henrique: Porque eu não tinha coragem. Porque o Otávio sempre dizia que eu só podia ficar com ele e mais com homem nenhum. Porque se ele me visse com outro homem aquilo que ele pensava de mim ia desmoronar. (...) Eu queria encontrar uma outra pessoa, não tinha rosto, não tinha sexo, não tinha nada, apenas uma pessoa que gostasse de mim, só isso. Eu precisava de uma outra pessoa. (...) Uma das pessoas que eu achei que poderia me salvar do poço era a Carol, mas depois eu percebi que eu tava usando muito ela, e que não era justo nem pra ela nem pra mim. (...) Eu voltei a sair com o Anderson, (...) a gente foi a uma boate, (...) eu conheci um cara, a gente se beijou (...) e eu fiquei com ele durante umas duas semanas. (...) Mas na verdade eu procurava o Otávio nas pessoas. Eu continuei na minha busca, mas sempre procurando o Otávio. Aquilo pra mim começou a virar ponto de honra: eu nunca tinha sido deixado por garota nenhuma, nenhuma garota tinha terminado comigo nunca, como é que um gay ia terminar comigo? Eu não admitia aquilo, eu tinha que voltar pro Otávio de qualquer maneira.

Na narrativa acima, Henrique continua se posicionando em primeira ordem (cf. seção 2.3), embora tacitamente (cf. seção 2.3), perante a mim e às personagens, como um heterossexual que foi seduzido e enganado – apesar de não ser este um comportamento esperado de um representante da masculinidade hegemônica. Mais uma vez, o discurso da masculinidade hegemônica é incorporado ao discurso daqueles que exercem outras masculinidades subalternas. Mais do que negar sua identidade homossexual ao não se posicionar como gay, Henrique, na frase que dá título à narrativa acima, remete ao discurso naturalizado (Fairclough, 1992) de que mulheres são inferiores aos homens, mas gays são mais inferiores ainda, porque não são homens nem mulheres. A mulher tem um certo papel na sociedade e não se espera muito dela (Nolasco, 1997),

enquanto gays não exercem seu papel de homens e não são mulheres para ter direito ao papel de mulheres.

Entretanto, o posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) de Henrique em seu diário é bastante diferente do seu posicionamento (cf. seção 2.3) perante a mim. Posicionando-se apenas perante si próprio ao escrever em seu diário, Henrique não é mais um heterossexual que foi desviado da masculinidade hegemônica contra sua vontade. Em seu diário, Henrique é, simplesmente, uma pessoa (um homem, mas sem ressaltar tanto a sua masculinidade) sofrendo pelo amor não correspondido de outra pessoa – que ele chega a admitir ser um homem. Embora essa outra pessoa tenha sido – e ainda seja – tantas vezes posicionada em primeira ordem (cf. seção 2.3) como mulher, Henrique já não faz muita questão de posicionar Otávio dessa forma, assumindo sua fragilidade perante o outro. Dessa forma, Henrique, tacitamente (cf. seção 2.3), reformula o posicionamento de primeira ordem (cf. seção 2.3) de Otávio e o posiciona em segunda ordem (cf. seção 2.3) em condição de superioridade a si próprio.

Diário de Henrique (4)

Você partiu e me deixou sem motivo algum. Não sei mais viver sem você.

Te amo hoje e sempre.

Um beijo.

Eu preciso desesperadamente de você.

Tetê,

Talvez um dia você volte. Não sei como será, só peço que não me maltrate mais, pois estou me guardando de corpo e alma para você. Não me iluda, tá?

De quem te ama,

Eu

Na noite passada sonhei com ela, e nós estávamos quase nos amando. Quando eu acordei eu quase quis chorar, pois apesar de tudo eu ainda gosto dele ou quem sabe o amo ainda. Mas eu tenho que gostar de quem gosta de mim. Quem

sabe um dia nós nos encontramos pelas estradas da vida, conversamos e nos entendemos de novo. Mas desta vez, eu juro por Oxalá, meu pai, será bem diferente.

Te amo muito.

Um beijo,

Henrique

Após finalmente conseguir reatar o namoro com Otávio, Henrique comprova ao longo do tempo aquilo que já desconfiava. Muito mais do que amor, o que sentia por Otávio era orgulho ferido, como será visto na narrativa 30, a seguir.

Narrativa 30: “Eu considero que eu tive uma atitude machista, de querer aquele troféu que eu tinha perdido”

Finalmente, o Otávio voltou pra mim. (...) Com o tempo as coisas foram acabando, acabando, acabando, até que eu comecei a me afastar, dizia pra ele que não queria mais, que não tinha nada a ver, que era melhor a gente terminar. Eu me afastava por uma semana, ele me perturbava, eu acabava voltando, eu me afastava de novo, acabava voltando... mas voltava assim... Eu comecei a me afastar do Otávio quando eu parei e comecei a pensar que na verdade tudo isso foi um capricho meu, foi meu orgulho (...) eu considero que eu tive uma atitude machista, de querer aquele troféu que eu tinha perdido.

Nessa última narrativa Henrique finalmente reconhece sua atitude machista, mesmo vivendo uma masculinidade gay. Apesar de reconhecer tal atitude perante a mim, seu comportamento reflete um posicionamento presente ao se contar uma história passada. Para as personagens, na época da história, Henrique se posicionou em primeira ordem (cf. seção 2.3) com superioridade à Otávio (o passivo, que se sentia uma mulher), lutando para reatar um namoro que havia sido rompido contra sua vontade – para que, então, ele próprio, aquele que nunca havia sido abandonado por mulher alguma, terminasse o relacionamento.

Henrique deixa claro nessa narrativa que o comportamento típico da masculinidade hegemônica não está presente apenas nos relacionamentos heterossexuais. Construído inicialmente como um macho hegemônico, voltado

para relacionamentos heterossexuais, Henrique reluta em reconstruir sua masculinidade e transporta os valores da masculinidade hegemônica para um relacionamento homossexual.

Com base nos dados que coletei, sei que esse comportamento de Henrique é justificado pelo fato de se tratar de seu primeiro relacionamento homossexual, um momento difícil de transição, de transformação, de reconstrução de sua identidade masculina (cf. Weeks, 1996/2000 – seção 3.1). Hoje, vivendo um relacionamento maduro e estável com outro homem, Henrique já consegue assumir quase integralmente sua identidade homossexual, embora em alguns momentos ainda surjam traços da masculinidade hegemônica em seu discurso – como ao relatar suas histórias passadas de vida hoje, conforme mostrado por esse trabalho (cf. narrativas 8, 16, 17, 28, 29).

Sendo a sociedade formada por uma grande rede discursiva, é natural reconhecer que esses discursos se entrecruzem, influenciando uns aos outros. Uma vez que o discurso da masculinidade hegemônica é tão forte e enraizado há séculos, até mesmo masculinidades subalternas incorporam, reproduzem ou adaptam parte desse discurso em seus próprios discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurei investigar como se dá a construção discursiva da identidade masculina de um garoto durante a adolescência, e como essa identidade vai sendo reconstruída ao longo de sua vida.

Apoiar-me na natureza sócio-construcionista do discurso foi o primeiro passo nessa pesquisa. Entendendo o discurso como uma forma de agir no mundo, uma forma pela qual as pessoas agem umas com as outras, construindo significados ao seu redor, e construindo-se a si mesmas e ao mundo, pode-se dizer que é através do discurso que as pessoas constroem, voluntaria ou involuntariamente, suas identidades. As pessoas não vivem em um vácuo social, mas em um meio social permeado de diversos discursos. São esses discursos, tão variados quanto a vasta gama de relações sociais, que constituem os indivíduos. Esses discursos são fruto não só das relações sociais, históricas, culturais e institucionais, mas também das diferentes relações de poder às quais todos os membros da sociedade estão sujeitos.

Dentro dessa visão sócio-construcionista, não só o discurso, mas também as identidades sociais, são um produto do meio social ao qual as pessoas são expostas. Dessa forma, um indivíduo não possui uma identidade única e fixa, mas

um conjunto de identidades que se adaptam às diferentes situações sociais que vive. Podemos chamá-las de identidades sociais, pois não são inerentes a cada indivíduo em particular, mas construídas socialmente por meio do discurso em diferentes interações sociais. Identidades sociais são, portanto, fragmentadas, múltiplas, e por isso podem ser até mesmo contraditórias. Além disso, como os indivíduos estão sempre expostos a diferentes e novos discursos e diferentes e novas situações sociais, as identidades sociais também podem ser consideradas fluidas, ou seja, em constante reconstrução.

No caso específico dessa pesquisa, as identidades sociais de maior relevância para minha análise foram as identidades de gênero e a sexualidade. No sócio-construcionismo, a distinção entre sexo, gênero e sexualidade é bastante clara. Enquanto o termo sexo é usado para designar o sexo biológico de um indivíduo (homem ou mulher), os termos gênero e sexualidade retratam possibilidades do mundo social. A identidade de gênero é a forma como o indivíduo se constrói e é construído socialmente (masculino ou feminino), independentemente do seu sexo biológico, enquanto a sexualidade é a forma como o indivíduo se relaciona sexualmente com outras pessoas..

Com o objetivo de estudar a formação de identidades de gênero e sexualidades de um garoto no Brasil, buscando entender a influência dos diversos discursos ao qual esse garoto é exposto na construção dessas identidades, optei por fazer um estudo de caso, acreditando que com essa tradição de pesquisa poderia analisar bem de perto cada momento da construção das masculinidades de um indivíduo.

A maneira que considerei mais apropriada para fazer essa análise foi a coleta de histórias de vida. Seguindo essa metodologia de pesquisa, utilizei entrevistas para eliciar de meu sujeito de pesquisa histórias passadas sobre a

construção de suas masculinidades. Tais histórias abrangeram um grande período de sua vida, que incluiu infância, adolescência e início da vida adulta, além de abranger dois momentos significativos de construção de masculinidades: a construção de uma masculinidade hegemônica e a construção de uma masculinidade gay, ou seja, subalterna. Além das entrevistas, tive ainda acesso ao diário do meu sujeito e a alguns bilhetes a ele escritos por seu parceiro homossexual – usei tais elementos para triangular parte dos dados na análise.

Finalmente, para conduzir a análise das histórias de vida, além de trabalhar com a visão sócio-construcionista de discurso e identidade social, considerei os posicionamentos adotados pelo narrador ao contar suas histórias de vida, a coerência por ele projetada ao contar essas histórias, e o contexto de produção em que tais histórias surgiam, ou seja, sua interação comigo.

Na primeira parte da análise, *construção de masculinidades hegemônicas: heterossexualidade*, observei a importância do papel da família, principalmente do pai, na construção da masculinidade de Henrique. A família de Henrique negou completamente a existência de masculinidades subalternas. Ao contrário, seu pai não media esforços para despertar no filho o interesse pela masculinidade hegemônica. Mesmo a escola não parece ter mostrado a Henrique a existência de outras masculinidades. Ao mencionar a escola, Henrique só se refere aos colegas, que, assim como seus demais amigos fora da escola, repetiam o discurso hegemônico que ouviam – principalmente por parte da família.

Na segunda parte da análise, *construção de masculinidades subalternas: homossexualidade*, Henrique toma conhecimento da existência de outras formas de masculinidades ao conhecer novas pessoas e ser exposto a novos discursos. Apesar de passar a exercer uma masculinidade subalterna, Henrique continua, em vários momentos, a repetir o discurso da masculinidade hegemônica. Trata-

se, sem dúvida, de um momento difícil de transição para Henrique, mas a repetição do discurso da masculinidade hegemônica por parte de Henrique parece indicar a negação de sua masculinidade subalterna em nome do prestígio social da masculinidade hegemônica. Além disso, tal fato mostra a força do discurso da masculinidade hegemônica, presente mesmo no exercício de masculinidades subalternas, não apenas como o modelo com o qual todas as demais formas de masculinidades são comparadas (masculinidades hegemônicas possuem maior prestígio social que masculinidades subalternas), mas também como parte dos discursos das masculinidades subalternas. Ao não admitir ter sido abandonado pelo namorado, Henrique incorpora o discurso da masculinidade hegemônica de desprezo aos gays, embora ele próprio estivesse vivendo uma relação homossexual.

Ao tentar entender como se dá a construção da identidade masculina, percebe-se uma falta de liberdade para que o homem construa sua identidade masculina da forma que queira. Em uma sociedade em que a masculinidade hegemônica predomina e condena outras formas de masculinidade, como é o caso da sociedade brasileira e da maioria das sociedades no mundo ocidental, o homem (assim como qualquer outra pessoa que queira viver fora das normas ditadas pela sociedade, passando a constituir grupos minoritários) encontra-se sempre reprimido, não podendo viver a construção de suas identidades de forma plena.

Uma primeira conclusão a que se pode chegar é a confirmação de que os pais criam os filhos de forma que eles não tenham muitas opções na construção de suas masculinidades, forçando-os a construir uma identidade masculina hegemônica. Para isso, além de reforçarem a imagem masculina socialmente aceita, escondem a existência de outras formas de masculinidades.

O trabalho também mostra como homens que constroem masculinidades subalternas enfrentam dificuldades e preconceitos, tendo que se manter escondidos para não serem discriminados. As saídas mais comuns encontradas por esses homens são reprimir sua identidade não aceita ou viver uma vida dupla, assumindo publicamente uma identidade socialmente aceita e escondendo a identidade não aceita.

A influência e a pressão da masculinidade hegemônica são tão fortes que até mesmo masculinidades subalternas incorporam seu discurso, como indicam os dados. Homossexuais podem se construir como homens hegemônicos, entendendo que se assim não o fizerem perdem seu direito de terem o gênero masculino, ou seja, passam a ser afeminados. Notamos assim que um traço forte no discurso da masculinidade hegemônica (não ser mulher) está também presente no discurso da masculinidade gay, pois alguns gays vêm cada vez mais sentindo a necessidade de se construir como “homens de verdade” (Nolasco, 2001, 1997), machos – é claro que existem aqueles que optam por se construir dentro do discurso feminino, mas não é este o caso estudado neste trabalho.

Os dados analisados também não parecem indicar o surgimento de um “novo homem” (Nolasco, 1993) – o “*soft man*” (Badinter, 1992) – menos preocupado em adequar-se aos padrões da masculinidade hegemônica. Apesar de insistentes teorias de que o homem está se vendo obrigado a deixar de lado a masculinidade hegemônica e reaprender a ser homem de uma nova forma, mais feminina e menos radical, meu trabalho não aponta para essa direção. As histórias aqui analisadas abrangem o período entre 1977 e 2000, um período de várias mudanças no Brasil, como maior liberação feminina e maior aceitação dos homossexuais na vida social. Entretanto, o caso aqui estudado mostra que a

sociedade brasileira parece continuar não reconhecendo e aceitando outros tipos de masculinidades que não a hegemônica.

BIBLIOGRAFIA

ADELMAN, C., JENKINS, D. & KEMMIS, S. Rethinking case study: notes from the second Cambridge conference. *Cambridge Journal of Education*, 6 (3), 1976.

AGACINSKI, S. *Política dos sexos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BADINTER, E. *XY – Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BAHKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAMBERG, M. Is there anything behind discourse? Narrative and the local accomplishments of identities. In: MAIERS, W., BAYER, B., ESGALHADO, B. D., JORNA, R. & SCHRAUBE, E. (eds.). *Challenges to theoretical psychology*. North York, Ontario: Captus University Publications, 1999.

BEAUVOIR, S. *Balanço final*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRADLEY, H. *Fractured identities*. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e realidade*. Vol. 21(1), jan/jul 1996.

BROCKMEIER, J. & HARRÉ, R. Narrative: problems and promises of an alternative paradigm. In: *Research in language and social interaction*, 30 (4), 1997.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. *Qualitative research for education*. Boston: Allyn and Bacon, Inc., 1982.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

- BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARRITHERS, M. *Autobiography as truth and justice*. Trabalho apresentado no 4th Congress of the International Society for Cultural Research and Activity Theory. Aarhus, Dinamarca, 1998.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo : Paz e Terra, 1999.
- CLARK, K. & HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- COHEN, L., MANION, L. *Research methods in education*. London: Croom Helm, 1985.
- COHLER, B. J. *Personal narrative and life course*. In: BALTES, P. B. & BRIM JR., O. G. *Life-span development and behavior*, vol. 4. New York: Academic Press, 1982.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- CRAWFORD, M. *Talking difference on gender and language*. London: Sage, 1995.
- DAMATTA, R. *Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina*. In: CALDAS, D. (org.). *Homens*. São Paulo: Editora do Senac, 1997.
- DAVIES, B. & HARRÉ, R. *Positioning: the discursive production of selves*. In: *Journal for the theory of social behaviour*, vol. 20, nº 1, 1990.
- DONMOYER, R. *Generability and the single case study*. In: EISNER, E. & PESHKIN, A. (eds.). *Qualitative inquiry in education: the continuing debate*. New York: Teachers College Press, 1990.
- DURANTI, *The audience as co-author: an introduction*. Special Issue, *Text*, 6 (3), 1986.
- EPSTEIN, D. & JOHNSON, R. *Schooling sexualities*. Buckingham: Open University Press, 1998.
- ERICKSON, E. *Young man Luther: a study in psychoanalysis and history*. W. W. Norton, 1962.
- ERICKSON, E. *Ghandi's truth on the origins of militant non-violence*. W. W. Norton, 1969 .
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade – Vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREIRE COSTA, J. *A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- FREITAS, M. T. A. *Vygotsky & Bakhtin – psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1999.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HARRÉ, R. & LANGENHOVE, L. van. Reflexive positioning: autobiography. In: HARRÉ, R. & LANGENHOVE, L. van. *Positioning theory*. Oxford: Blackwell, 1998.
- HEILBORN, M. L. Identidades sexuais, construção de si e carreiras afetivo-sexuais. Palestra dada na PUC-Rio durante o Simpósio Nacional *Discurso, identidade e sociedade*, em 17 de maio de 2001.
- HEILBORN, M. L. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- HITCHCOCK, G. & HUGHES, D. *Research and the teacher*. London: Routledge, 1989.
- KATZ, J. N. *A invenção da sexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LINDE, C. *Life stories: the creation of coherence*. New York: Oxford University Press, 1993 .
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LACERDA, C. A. O. P. & LACERDA, M. P. *Adolescência: problema, mito ou desafio?* Petrópolis: Vozes, 1998.
- LANGENHOVE, L. van & HARRÉ, R. Introducing positioning theory. In: HARRÉ, R. & LANGENHOVE, L. van. *Positioning theory*. Oxford: Blackwell, 1998.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MAC AN GHAILL, M. (In)Visibility: 'race', sexuality and masculinity in the school context. In: BLAIR, M. & HOLLAND, J. with SHELDON, S. *Identity and diversity – gender and the experience of education*. Clevedon: Multilingual Matters, 1995.
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. Introdução. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MAILER, N. *Prisonnier du sexe*. Laffont, 1971.
- MERCER, K. Welcome to the jungle: identity and diversity in postmodern politics. In: RUTHERFORD, J. (ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- MISHLER, E. G. *Storylines*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- MISHLER, E. G. *Research interviewing – context and narrative*. Massachusetts: Harvard University Press, 1986
- MOGHADDAM, F. M. Reflexive positioning: culture and private discourse. In: HARRÉ, R. & LANGENHOVE, L. van. *Positioning theory*. Oxford: Blackwell, 1998.
- MOITA LOPES, L. P. Stories through which we are woven: constructing masculinity in the language classroom. Trabalho apresentado no XII World Congress of Applied Linguistics, AILA' 99. Tokyo: mimeo, no prelo, 1999.
- MOITA LOPES, L. P. Discourse as social action: constructing sexual orientation identity in a school setting. Trabalho apresentado no 4º Congresso da International Society for Cultural Research and Activity Theory, Aarhus, Dinamarca, no prelo, 1998a.
- MOITA LOPES, L. P. Discursos de identidade na sala de aula de leitura de língua materna: a construção da diferença. In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado das Letras, 1998b.
- MOITA LOPES, L. P. Discourses of identity in an L1 reading classroom: the construction of difference. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional de Lingüística Aplicada, Jyväskylä, Finlândia, 1996, mimeo, no prelo.
- MOITA LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *Delta*, vol. 10, nº 2, 1994.

- NOLASCO, S. *De Tarzan a Homer Simpson – banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- NOLASCO, S. Um "homem de verdade". In: CALDAS, D. (org.). *Homens*. São Paulo: Editora do Senac, 1997.
- NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, S. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- NUNAN, D. *Research methods in language learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, R. & BARBOSA, M. R. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- RAJAGOPALAN, K. Debatedor no simpósio "Identidade social, discurso e instituição", realizado no 11º Inpla (Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada) na PUC/SP, em 5 de maio de 2001.
- SARUP, M. *Identity, culture and the postmodern world*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.
- SCHIFFRIN, D. Narrative as self-portrait: sociolinguistic constructions of identity. *Language in society*, 25, 1996.
- SCHILLING, C. The body and difference. In: WOODWARD, K. (ed.), *Identity and difference*. London: Sage, 1997.
- SCHOFIELD, J. W. Increasing the generalizability of qualitative research. In: EISNER, E. & PESHKIN, A. (eds.). *Qualitative inquiry in education: the continuing debate*. New York: Teachers College Press, 1990.
- STAKE, R. Case study methods in educational research: seeking sweet water. In: JAEGER, R. M. (ed.). *Complementary methods for research in education*. Washington, D. C.: American Educational Research Association, 1988.
- SULLIVAN, A. *Praticamente normal – uma discussão sobre o homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TIBA, I. *Sexo e adolescência*. São Paulo: Ática, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- WEEKS, J. The value of difference. In: RUTHERFORD, J. (ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- WERTSCH, J. V. *Voices of the mind*. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press, 1991.
- WHYTE, W. F. Interviewing in field research. In: BURGESS, R. G. (ed.). *Field research: a sourcebook and field manual*. London: Falmer Press, 1982.
- WOODWARD, K. Concepts of identity and difference. In: WOODWARD, K. (ed.). *Identity and difference*. London: Sage, 1997.